DANIEL CARDOSO

**A VIDA NA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA
UMA OBSERVAÇÃO NO INTERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO
DE PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO**

**CURITIBA
2003**

DANIEL CARDOSO

**A VIDA NA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA
UMA OBSERVAÇÃO NO INTERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO
DE PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia das Organizações, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luisa Fayet Sallas

**CURITIBA
2003**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 907 Fone e fax : 360-5173

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação do aluno DANIEL CARDOSO, sob o título “A VIDA NA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA – uma observação no interior de uma instituição de proteção de adolescentes em situação de risco”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, *UFPR* o candidato com conceito “.....A.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 02 de setembro de 2003.

Profª Drª Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR)

Profª Drª Leila Sollberger Jeolás (UEL)

Prof. Dr. José Miguel Rasia (UFPR)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível :

Pela abertura da Direção da República Nova Esperança e de funcionários da Secretaria Municipal da Criança; especialmente o apoio da Joséli, do Sr. Adriano e da Cassiane.

Pelo carinho e colaboração das Meninas da República a quem desejo a realização de todos os sonhos.

Pelas valiosas contribuições das funcionárias e ex-funcionárias da República, em especial à Sandra.

Pela orientação precisa, segura e carinhosa da Professora Ana Luisa Fayet Sallas.

Pelas sugestões imprescindíveis dos Professores José Miguel Rasia e Maria Tarcisa Bega, na minha banca de qualificação.

E principalmente pelo apoio da Pollyana: menina, moça, mulher... Namorada, noiva e esposa durante o processo de construção deste trabalho... ela acompanhou e fortaleceu corajosamente todos os passos desta caminhada.

A Ela e a meus pais, irmãos, irmã e afilhado dedico totalmente este trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 O PERCURSO DA PESQUISA	5
1.1 REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA	13
CAPÍTULO 2 O INGRESSO E COTIDIANO NA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA	20
2.1 A BUSCA DE UMA VAGA	20
2.2 A ENTRADA	23
2.3 AS REGRAS	25
2.4 AFAZERES	29
2.5 LAZER	31
CAPÍTULO 3 A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA É UMA INSTITUIÇÃO TOTAL?	34
3.1 O ESTIGMA	39
CAPÍTULO 4 O QUE É SER DA REPÚBLICA?	44
4.1 AS MENINAS E AS SUAS TEIAS DE RELAÇÕES	48
4.1.1 A Recepção e as relações entre educandas	48
4.1.2 As relações com o observador	55
4.1.3 As relações com vizinhos, colegas, namorados	58
4.1.4 Família Adotiva	63
CAPÍTULO 5 EDUCADORAS – UM CASO PARADIGMÁTICO	67
5.1 EDUCADORAS	67
5.2 DUAS DIRETORAS	69
5.2.1 A antiga direção	71
5.2.2 A atual direção	73
5.2.3 Contraste	74
5.3 RELAÇÕES COM AS ATUAIS EDUCADORAS	76
5.3.1 Diferenciação e Estigma	79
CAPÍTULO 6 MODELO BUROCRÁTICO RACIONAL X MODELO AFETIVO	82
6.1 MODELO AFETIVO: ‘TIA SÔNIA’ E CHÁCARA	83
6.1.1 Tia Sônia	83
6.1.2 Chácara	84
6.2 MODELO BUROCRÁTICO RACIONAL: SECRETARIA DA CRIANÇA	85
6.3 DOS VÍNCULOS POSSÍVEIS	87
CAPÍTULO 7 SAÍDA: E O FUTURO?	91
7.1 AUTO-IMAGEM NEGATIVA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	91
7.2 TERROR NA SAÍDA	97
7.3 AS EDUCANDAS QUE JÁ SAÍRAM	100
7.4 FUGAS: NAMORADO = OPORTUNIDADE	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
BIBLIOGRAFIA	115

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 – FRENTE DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA	13
FOTO 2 – VISTA LATERAL.....	14
FOTO 3 – CHURRASQUEIRA	15
FOTO 4 – SALA DE TV.....	16
FOTO 5 – SALA DE REFORÇO ESCOLAR.....	16
FOTO 6 – REFEITÓRIO.....	17
FOTO 7 – BANHEIRO	18
FOTO 8 – DORMITÓRIO	19

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – QUADRO DE HORÁRIO A SER RESPEITADO PELAS INTERNAS.....	26
QUADRO 2 – DOCUMENTO QUE ESTIPULA A CONDUTA DO EDUCADOR.....	68
QUADRO 3 – LISTA DE FUNÇÕES DE UMA EDUCADORA	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA PÔR IDADE	44
TABELA 2 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR SITUAÇÃO DO PAI.....	46
TABELA 3 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR SITUAÇÃO DA MÃE	47
TABELA 4 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR VÍNCULOS FAMILIARES	47
TABELA 5 – QUANTIDADE E PORCENTAGEM DE MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR MOTIVO DA SAÍDA	100
TABELA 6 – QUANTIDADE DE MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR FORMA DE SAÍDA	101
TABELA 7 – SITUAÇÃO GERAL DAS MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR FORMA DE SAÍDA	102
TABELA 8 – SITUAÇÃO DE TRABALHO DAS MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR FORMA DE SAÍDA	102
TABELA 9 – SITUAÇÃO DOMICILIAR DAS MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR SITUAÇÃO GERAL.....	103

LISTA DE SIGLAS

ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
SMCr	- Secretaria Municipal da Criança
RNE	- República Nova Esperança
FAS	- Fundação de Ação Social
MSE	- Medidas Sócio-Educativas

RESUMO

A presente dissertação teve por objeto de estudo a República Nova Esperança. Uma instituição da Prefeitura Municipal de Curitiba, que abriga (em média) 28 adolescentes em situação de risco de 12 a 17 anos do sexo feminino. Estas moças estão, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob medida de proteção do Estado em virtude de estarem sofrendo algum tipo de ameaça, no meio onde viviam anteriormente, à sua integridade física, moral ou emocional. O objetivo da pesquisa é o de buscar uma aproximação a este tipo de entidade a fim de estudar suas práticas e efeitos sobre a vida e a auto-imagem das jovens que ali habitam ou habitaram, tendo como parâmetro as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente para instituições desta natureza. Como método de pesquisa, foi utilizada a observação participante, entrevistas com as moradoras e ex-moradoras, funcionárias e ex-funcionárias da instituição, bem como entrevistas com outros profissionais da Prefeitura de Curitiba que tenha envolvimento direto no funcionamento da instituição; além de análise de documentos, dados e informações sobre meninas abrigadas. Como resultado de pesquisa foi detectado uma grande evolução no atendimento a jovens em situação de risco tendo em vista os antigos modelos de atendimento desta categoria social. Também foi detectada a existência de um forte estigma (preconceito) por parte da comunidade onde a casa está localizada que acaba afetando sobremaneira o cotidiano das suas moradoras e o conceito que elas tem de si mesmas. Percebeu-se que é fundamental a análise das relações das meninas que habitam a casa, entre si e com as educadoras (funcionárias), já que é, principalmente através destes relacionamentos que se constróem as identificações e a auto-imagem das meninas. Neste aspecto foi descoberto que nesta casa já foram utilizados dois modelos de estabelecer os vínculos entre funcionárias e moradoras: o racional burocrático e o afetivo. O que trouxe a tona a questão, que foi discutida no cerne do trabalho, sobre que tipo de vínculos se deve estabelecer no interior de instituições como estas e que tipo de efeitos tem cada modelo de vínculo adotado, sobre os atores em questão.

INTRODUÇÃO

O artigo 227 da constituição federal decreta que “a criança e o adolescente são absoluta prioridade nacional e responsabilidade da família, sociedade e Estado.” Entretanto, é incontestável que os adolescentes e as crianças¹ em situação de risco são a parcela da sociedade brasileira mais exposta às violações do direito da família.

Consideramos jovem em situação de risco aquele que apresenta, pelo menos, uma das características a seguir: vive com insuficientes recursos materiais (em situação de pobreza ou exclusão social); está abandonado ou vive entregue a si próprio; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigado a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal, ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento; está sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, sem que os pais, o representante legal ou quem detenha a guarda de fato, se lhes oponham de modo adequado a remover esse perigo.

Existem altíssimas taxas de exposição destes indivíduos à falta total de oportunidades de trabalho, à violência, à exploração sexual, ao tráfico, à fome, ao extermínio, à tortura, às prisões arbitrárias; etc. O adolescente em situação de risco quer se envolva ou não num ato infracional, acaba sendo desqualificado enquanto adolescente, e tendo suas possibilidades de existência social ‘aceitáveis’ ainda mais limitadas, tanto pelas suas condições deterioradas de sobrevivência, quanto pelo estigma do qual é vítima².

---

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente considera crianças, as pessoas de até 12 anos e adolescentes os jovens entre 12 e 18 anos.

² Não é difícil perceber pelo discurso de senso comum como os adolescentes em situação de risco estão cada vez mais estigmatizados como sendo ‘delinqüentes’, ‘marginais’, ‘tombadinhas’, etc. Muitas destas expressões de preconceito em sua situação de institucionalizado brotam nas declarações da pesquisa que aqui apresentamos. O conceito de estigma está descrito na p.4 e no capítulo 3.1. Outras informações ver **Estigma**. GOFFMAN, Ervin. Ed Zahar. Rio de Janeiro, 1975.

Como se pode proteger um jovem a ponto dele resistir às pressões do meio em reincidir ou cometer crimes? Como efetivar um processo de inclusão suficientemente forte para garantir ao jovem não sucumbir ao estigma?

O (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/90), que são as leis mais avançadas e coerentes que já regeram as diretrizes para o Estado e a Sociedade no que se refere ao tratamento que se deve dispensar aos nossos jovens; prescrevem como medida de proteção para alguns casos de crianças e adolescentes em situação de risco social³, o abrigo e a internação.

Já se demonstrou que o modelo de “instituição de recuperação” do adolescente em situação de risco utilizado pelo Estado brasileiro até o final da década de 1980 (e que em muitas cidades brasileiras ainda vem sendo utilizado) é, não só ineficiente, como nocivo. Tais instituições foram (e são) incapazes de cumprir seus objetivos, além de boa parte delas violarem os direitos dos jovens. Entretanto, a política de proteção e integração social de adolescentes no Brasil, recebeu, depois do ECA, a perspectiva de uma nova diretriz: o atendimento personalizado em pequenas unidades. A aplicação deste novo modelo de instituições que acolhem e protegem estes jovens deve ser verificada. É preciso descobrir as reais possibilidades e os respectivos métodos de que uma instituição de menor porte dispõe para aumentar os fatores de resiliência destes jovens.

A noção de resiliência foi um marco na pesquisa médico social. MALDONADO⁴, citado por ASSIS (1999, p.21), define as pessoas resilientes como aquelas que conseguem atravessar os momentos difíceis da vida sem se desestruturar, “como uma árvore flexível cujos galhos se dobram em um vendaval mas não se quebram”. Ou seja, fatores de resiliência são aqueles que protegem o indivíduo a ponto de, mesmo ele sendo submetido a altos níveis de pressão provenientes de pessoas, ambiente familiar e social, ele não se desestruturar.

---

³ O Estatuto da Criança e do Adolescente (Livro II Título I Art 98) prevê que: “ *As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.*”

⁴ MALDONADO, M. T. *Os Construtores da paz: os caminhos de prevenção da violência*. São Paulo; Moderna 1997.

No caso dos adolescentes em situação de risco, se eles vivenciarem mais fatores de resiliência do que de risco, irão resistir a se entregar às atividades ilegais, ou à mendicância.

É necessário averiguar se melhores condições de sobrevivência e oportunidades de trabalho disponibilizadas por estas instituições podem realmente aumentar a resiliência dos adolescente em situação de risco a ponto de alterar a rota de colisão entre estes jovens e o crime. E quais outras medidas devem ser aplicadas em conjunto para que uma proteção efetiva e uma inserção social – considerada digna pelos padrões da sociedade em geral – se concretizem.

O presente trabalho tem a intenção de investigar o interior das instituições públicas da cidade de Curitiba que objetivam a (re)integração de crianças e adolescentes em situação de risco a fim de perceber as práticas e efeitos das mesmas.

Tais instituições, segundo a própria Prefeitura Municipal de Curitiba, atuam conforme os padrões do Estatuto da Criança e do Adolescente, seguindo o novo modelo de pequenas unidades de proteção (abrigos) que prestam um atendimento personalizado aos jovens.

Pretendemos descobrir se estas instituições estão realmente agindo conforme as diretrizes do ECA e se estão conseguindo cumprir realmente o papel de promover a inclusão destes jovens.

Se estão tendo sucesso, em que instância ocorre a socialização (ou “ressocialização”⁵)? Quais instituições (trabalho, família, escola) contribuem para uma melhor adaptação do adolescente em situação de risco à sociedade? Como foi ou é a vida de adolescentes que estiveram na instituição? Conseguiram manter de fato uma (re) integração à sociedade? Como vivem no interior das casas de abrigo? Como se vêem, e como percebem a sua situação e as instituições que os acolhem?

Para buscar responder a todas estas questões, ‘entramos’ numa Instituição estatal que trabalha com adolescentes em situação de risco. E nas próximas páginas

---

⁵ O termo ressocialização foi utilizado na obra de Berger e Luckmann BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis. Vozes, 1973. E diz respeito a integração do indivíduo á uma nova realidade (ambiente ou grupo social). Entretanto, no corrente trabalho evitaremos a utilização deste termo, pois consideramos que seu uso está descaracterizado e impregnado de preconceito contra os adolescentes.

estaremos relatando as nossas impressões com relação a este tema e a instituição pesquisada.

Primeiramente, no Capítulo 1, apresentaremos a construção da nossa pesquisa, e seu caminho metodológico, descrevendo a instituição onde trabalhamos e o cotidiano dentro da mesma. Em seguida, no Capítulo 2, descreveremos o processo de entrada de um jovem na instituição em questão e o cotidiano desta.

Após estas apresentações iniciais, passamos a analisar o que consideramos o mais relevante: as relações entre os atores e a construção da realidade social e das representações no ambiente estudado.

No Capítulo 3 faremos uma discussão sobre as características da instituição que a fazem assemelhar-se com uma 'instituição total'; e sobre o estigma que acaba se abatendo sobre os habitantes do ambiente; que é uma das características que mais fortemente brotaram da análise do nosso material de campo.

O estigma, (GOFFMAN, 1995, p.12-14) é um fenômeno social que imprime uma marca sobre um indivíduo, fazendo com que ele seja rejeitado por sua comunidade, por algum aspecto de seu corpo físico, sua raça, ou alguma atitude reprovável em sua história de vida. Percebemos que não se pode pesquisar estas instituições sem lançar mão do conceito de estigma; estaremos apresentando e discutindo esta característica neste capítulo.

No Capítulo 4 estaremos abordando o perfil dos adolescentes que entram na instituição; e, principalmente, analisando as teias de relações destes adolescentes: deles com seus colegas de instituição, com as pessoas que trabalham com eles e com o restante da comunidade.

No Capítulo 5 apresentaremos brevemente a equipe de funcionários da instituição e outra questão que consideramos das mais relevantes na nossa pesquisa: os modelos de relacionamento entre os adolescentes e os dirigentes da instituição, que estão repletos de questões a serem abordadas. Em especial as tensões existentes entre o caráter burocrático racional da instituição e as 'pessoalidades' dos funcionários envolvidos. O Capítulo 6 é inteiramente dedicado à discussão destes aspectos.

No Capítulo 7, finalmente, analisaremos os efeitos da instituição sobre os indivíduos, o seu processo de desligamento e os destinos que eles tomam ao abandonar as instituições.

O PERCURSO DA PESQUISA

As diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o documento que define as políticas públicas mais apropriadas para a infância e adolescência no Brasil até o momento; estabelece algumas ações para os casos em que uma criança ou adolescente tenha os seus direitos fundamentais lesados.

Entre elas, para os casos mais graves, está previsto no artigo 101, o abrigo em entidade, que pode ser abrigo pertencente ao Estado ou de Organizações não governamentais.

Sobre as diretrizes da política de atendimento aos jovens em situação de risco, o ECA prescreve (em seu artigo 88), a descentralização político-administrativa através da municipalização do atendimento e a criação de conselhos para fiscalizar tais entidades.

No que se refere as disposições gerais das entidades de abrigamento o Estatuto determina em seu artigo 92, uma série de vinte e nove itens que incluem como determinação, entre outros aspectos: a preservação dos vínculos familiares; o atendimento personalizado e em pequenos grupos; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; a preservação da identidade e oferecimento de:

- ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
  - instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
  - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;
  - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
  - escolarização e profissionalização;
  - atividades culturais, esportivas e de lazer;
  - assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- entre outros itens.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, determinou, no ano de 1994, que a execução das medidas previstas no Estatuto seriam de responsabilidade da Secretaria Municipal da Criança (SMCr), que foi re-estruturada para cumprir tal determinação.

O cumprimento do Estatuto por parte da Secretaria é controlado por um órgão independente também previsto pelo ECA chamado Conselho Municipal dos Direitos da Criança (Art. 89) que trabalha em conjunto com órgãos do Poder Judiciário e dos Conselhos Tutelares¹.

A Secretaria Municipal da Criança da Prefeitura Municipal de Curitiba (conforme documento de março de 2001) é dividida em três departamentos: O DAI - Departamento de Atendimento Infantil (que gerencia as creches municipais); O DAIC - Departamento de Apoio às Iniciativas Comunitárias (que gerencia programas preventivos); e o DCA – Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente. Este último, responsável pela gerência do Programa de Abrigamentos.

A gerência do programa de Abrigamentos é responsável por todas as Unidades de Abrigamento² de Crianças e Adolescentes do Município, sejam elas oficiais (dirigidas por funcionários da prefeitura) ou conveniados.

Existem oito Unidades de Abrigamento oficiais e 48 Unidades de Abrigamento conveniadas: casas mantidas por entidades filantrópicas, religiosas ou não, e ONG's que recebem uma verba mensal de ajuda de custo proporcional ao número de crianças e adolescentes assistidos e que são orientadas pela Secretaria através da gerência de abrigamentos. Toda esta rede atende em média 1070 crianças e adolescentes, sendo que aproximadamente 40% deste total é do sexo feminino e 60% do sexo masculino.

Antes da reforma estrutural de 1994, que implantou com mais rigor as determinações do ECA, todas as crianças e adolescentes em situação de risco de Curitiba recolhidas pela Prefeitura eram levadas para um enorme barracão no bairro do Rebouças onde eram abrigadas.

Segundo um funcionário da Gerência do Programa de Abrigamento, foram incontáveis os problemas que surgiram por conta do número de jovens num mesmo ambiente e da falta de separação por sexo, faixa etária e intensidade de vínculo com a rua.

---

¹ Segundo o Art. 131 do Capítulo I do Título V do Estatuto da Criança e do Adolescente, "o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei".

² Como são denominadas pela referida Secretaria, as casas onde são acolhidos os jovens em situação de risco.

Após esta experiência desastrosa, a Secretaria decidiu por uma maior descentralização. Segundo documento desta gerência: “A rede de proteção constituída através dos abrigos, está organizada por níveis de atendimento. Estes níveis foram estabelecidos após experiências que demonstraram a necessidade de priorizar o atendimento em pequenos grupos, distintos por sexo e faixa etária, conforme o tempo de permanência e preservando-se a característica de moradia”.³

Atualmente, as Unidades de Abrigamento são divididas levando em consideração uma separação dos jovens por sexo, idade e vínculo com a rua. Existem, então, Unidades de Abrigamento denominadas de “Nível 1” e de “Nível 2”. As unidades de Nível 1 são as consideradas de permanência breve, que recebem adolescentes em situação de risco, meninos e meninas que estavam na rua, ou que ainda tenham forte vínculo com a rua, prostituição ou drogas, ou ainda meninos e meninas em conflitos com a lei. As unidades de Nível 2 são consideradas de permanência continuada, para os adolescentes que ainda estejam em situação de risco e que por um ou mais fatores não possam voltar às suas famílias. São meninos e meninas que já estão com um vínculo maior com o programa, ou seja, estão livres das drogas, e não tem mais buscado as ruas.

As oito Unidades oficiais Prefeitura de Curitiba estão abertas 24 horas para receber as crianças e adolescentes em situação de risco. O abrigo provisório da FAS (Fundação de Ação Social do município de Curitiba), e sete Unidades de Abrigamento, sendo quatro de Nível 1 e três de Nível 2. As de Nível 1 (ditas de permanência breve) são: a ‘Casa do Piá I’ em Santa Felicidade - que atende 30 crianças de 7 a 14 anos do sexo masculino; a ‘Casa do Piá II’ no bairro do Pinheirinho – que atende 30 adolescentes de 14 a 17 anos do sexo masculino; a ‘Casa das Meninas’ no bairro do Portão – que atende 30 meninas de 7 a 14 anos; e a ‘Casa das Meninas Madre Antônia’ – no bairro do Boqueirão - que atende 20 adolescentes de 14 a 17 anos. As de Nível 2 (ditas de permanência continuada) são: a ‘República do Piá’ no Bairro Novo - que atende 20 adolescentes de 14 a 17 anos; a ‘República de Jovens Mossunguê’ em Santa Felicidade - atendem jovens de 14 a 17 anos também do sexo masculino; e a ‘República de Meninas Nova Esperança’ – na Barreirinha que atende 28 adolescentes de 12 a 17 anos.

---

³ “Procedimentos e organização do atendimento em unidades de abrigo”, p. 16.:

Qual o melhor método para proceder as investigações que nos interessam, ou seja, verificar como estão sendo aplicadas as determinações do Estatuto e quais estão sendo os resultados? Apesar de números estatísticos não serem de forma alguma dispensáveis para uma investigação como esta; uma simples análise de dados estatísticos seria superficial e enganosa.

Se obtivéssemos um número alto de jovens que passaram pelos programas públicos desta área e não tiveram uma adaptação ou inserção social satisfatória para os parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente, não indicaria necessariamente um fracasso destas instituições, pois vários fatores determinam o destino destes jovens, inclusive as suas decisões pessoais.

Acreditamos que é a relação entre o jovem e a instituição que pode ou não ajudá-lo a superar a sua condição de adolescente em situação de risco e a (re)integrar-se à sociedade⁴.

Consideraremos integração à sociedade, neste trabalho, os parâmetros da própria constituição Federal. Integração é o direito a vida digna através da possibilidade de inserir-se no mercado lícito de um trabalho que dê ao indivíduo rendimentos necessários para proporcionar a si e à sua família condições de suprir com qualidade todas as suas necessidades: moradia, vestuário, saúde, alimentação, educação e lazer. Além de ter preservado seu direito à liberdade e à participação enquanto sujeito na sociedade. Sem entraves, de natureza explícita ou velada, as suas condições de plena cidadania.

O procedimento mais apropriado de pesquisa é acompanhar de perto o trabalho de uma dessas instituições, a fim de perceber a dinâmica das relações no interior da mesma.

É necessário perceber como vivem estes adolescentes dentro destas instituições. Quem são eles? Como se vêem? Que rumo tomam ao deixar a instituição? Quais valores permeiam sua ação ao deixá-la? Como é a relação deles com outros indivíduos e com a sociedade? De que maneira a instituição os influencia? Consideramos ser impossível perceber todas estas nuances sem 'estar'

---

⁴ Integrar-se à sociedade é um conceito altamente discutível. O que é integração? Numa população de 13% de desempregados é difícil estabelecer quem está realmente integrado à sociedade. Pode um traficante estar muito mais integrado do que um cidadão que age dentro da lei e não tem trabalho. As possibilidades de discussão sobre o parâmetro do que é estar integrado são vastas.

numa instituição. Somente uma inserção efetiva neste ambiente para observar de perto o seu *modus operandi* pode ser elucidativo.

Como disse GOFFMAN (1996, p.8) no seu prefácio à obra “Manicômios Prisões e Conventos”: “uma forma de conhecer qualquer desses mundos é submeter-se á companhia de seus participantes, de acordo com as pequenas conjunturas a que estão sujeitos”.

Assim, o caminho escolhido foi realizar uma observação participante. E a idéia de observação participante que acreditamos ser mais adequada é a de buscar um meio de estar numa destas instituições não simplesmente enquanto observador, mas de uma maneira tal que pudéssemos pertencer à rotina da casa sem parecer apenas um ‘estranho’. Para tornar a nossa presença (enquanto observador) no interior da instituição a menos perceptível e incômoda ao ambiente possível, pensamos em uma “participação observante”, ou seja, teríamos que entrar neste ambiente não como mero observador, mas desempenhando alguma função que nos proporcionasse a inserção efetiva no cotidiano das relações da instituição, para então, proceder as averiguações que nos interessam.⁵

Somente a nossa presença regular numa casa como esta é que dissolveria a nossa condição de ‘estranho’ e nos transformaria em alguém ‘familiar’. Para tanto era necessário que se escolhesse apenas uma instituição, e que esta fosse rotineiramente visitada.

Julgamos que este método, que tem um forte caráter etnográfico, é o que faria com que surgissem com mais espontaneidade e naturalidade os aspectos relevantes do cotidiano das relações no interior da instituição.

Esta proposta significava, na prática, que teríamos de obter uma autorização para desenvolver alguma atividade como voluntário, com certa freqüência, dentro de uma das Unidades de Abrigamento da Secretaria da Criança.

Para a nossa proposta de estudo foi escolhida a República Nova Esperança, a República de Nível 2 (ver p. 7) que fica no bairro da Barreirinha e abriga 28

---

⁵ Não podemos deixar de mencionar, nesta questão da metodologia de pesquisa, a inspiração que nos foi dada pelo trabalho de Loïc Wacquant o *livro Corpo e alma, Notas etnográficas de um aprendiz de boxe* (Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2002). Em que o autor, para se aproximar da realidade dos bairros negros americanos entra como aprendiz de uma academia de boxe. A entrada do observador na pesquisa, foi neste caso, integral, o que fez com que Wacquant chamasse seu método de “participação observante”.

meninas de 12 a 17 anos. Dois aspectos nos fizeram concluir ser esta instituição a mais recomendada para nossa proposta.

Em primeiro lugar a proximidade geográfica; as demais unidades localizam-se a grandes distâncias do centro da cidade, e um trabalho na República Nova Esperança, possibilitaria uma maior freqüência nas visitas, o que era imprescindível para a nossa proposta de 'participação observante'. Somou-se a este aspecto o fato da diretora desta República ter nos proporcionado uma abertura muito acima das nossa expectativas:

"Estive a primeira vez na República Nova Esperança. Fui muito bem recebido e atendido pela diretora, que logo me mostrou os ambientes da casa. (...) Em seguida nós conversamos um pouco. Eu falei sobre a minha pesquisa e a minha idéia para realizar este estudo. Ela achou uma ótima idéia eu trabalhar como voluntário dando aulas de reforço. Combinamos que farei duas aulas por semana. Quartas e quintas"
[Nota do diário, dia 06 de agosto de 2002]

Ficou acordado com a diretora da casa que nós trabalharíamos como voluntário. Ajudaríamos no reforço escolar das meninas, todas às quartas e quintas-feiras à tarde, das 15h15 (horário em que elas já lancharam) às 17 horas (horário em que as que estudam à noite vão tomar banho antes de irem à escola). Assim foi feito, freqüentamos a casa, para atuar como professor de reforço escolar voluntário das meninas, durante os meses de agosto a dezembro de 2002.

Esta rotina foi um pouco limitante já que víamos sempre as mesmas meninas (um número que variava de 6 a 10) as outras estavam trabalhando ou estudando, e estávamos na casa sempre no mesmo horário do dia. Entretanto já foi o suficiente para obtermos as primeiras informações sobre a casa, as meninas e a dinâmica da instituição.

Além disso, as limitações deste horário um tanto restrito foram de certa forma compensadas pelo nosso trabalho em janeiro, quando passamos a ir todos os dias (de segunda a sexta-feira, e em alguns sábados) à casa em horários variados (entre manhã e tarde), algumas vezes ficando o dia todo.

Além das aulas de reforço, que eram praticamente de todas as disciplinas, tentamos fazer algumas dinâmicas de reflexão (uma espécie de aula de Filosofia), mas as meninas se mostraram um tanto desfavoráveis a esta proposta. Estas dinâmicas foram retomadas durante o mês de janeiro devido ao interesse da Vice-

diretora da casa em fazer com que as meninas produzissem textos para serem compilados e editados juntamente com a história de cada uma com a finalidade de compor um livro sobre a instituição. Projeto para o qual fomos convidados, e devido às possibilidades de acesso a informações úteis à nossa pesquisa, evidentemente aceitamos⁶.

Graças à cordialidade da Diretora desta República de Meninas da Prefeitura Municipal de Curitiba, conseguimos realizar o nosso intuito e conhecer um pouco mais o mundo social de quem vive numa Instituição de proteção de jovens, através de uma “participação observante” e discreta.

A função que realizamos como voluntário, nos deu a oportunidade de passar algumas tardes com as meninas, entrevistá-las e conversar com elas informalmente, perceber seu comportamento e as relações no interior da casa. A direção sabia dos nossos objetivos, mas junto às meninas, ao nos apresentar, enfatizou muito mais o fato de sermos professor de reforço.

Em pouco tempo, o fato de estarmos fazendo uma observação foi ficando esquecida, passamos a ser vistos como uma pessoa ‘da casa’. As meninas, e principalmente a direção e as educadoras nos viam apenas como um voluntário. Pediam-nos favores, requisitavam a nossa presença para reforços aos sábados, pediam a nossa opinião e queriam que a nossa participação na casa fosse intensa, o que representava que o objetivo de tornar a nossa presença ‘familiar’, e não ‘estranha’, fora concretizado.

Ser visto como uma pessoa conhecida do ambiente da instituição e não como um elemento estranho foi duplamente importante. Em primeiro lugar por que fez com que a casa continuasse operando normalmente na nossa presença (que era nosso objetivo); em segundo lugar, o fato de passarmos a ser uma pessoa ‘da casa’ trouxe maior abertura e desprendimento por parte das meninas no momento de nos conceder entrevistas.

A proximidade da instituição facilitou as visitas e a abertura por parte da direção foi muito maior do que esperávamos⁷. Além da permissão de estarmos

---

⁶ Este projeto acabou não sendo levado adiante em virtude da transferência da funcionária em questão.

⁷ A uma pessoa de fora, isto pode parecer exagero; mas a Prefeitura Municipal de Curitiba tem por costume criar barreiras aos ‘bastidores’ dos seus trabalhos; e toma muito cuidado com investigações da natureza da nossa. Basta dizer que para receber a autorização de pesquisar as Unidades de

freqüentemente na casa, não tivemos nenhuma dificuldade de ter acesso a relatórios, dados, diários, livros de ocorrência, arquivos de computador e outras informações sobre as meninas.

Apesar do período inicial de observação ter sido muito bem sucedido, consideramos que os aspectos mais valiosos sobre a dinâmica da casa surgiram com as entrevistas.

Foram realizadas 26 entrevistas no período de quinze de dezembro de 2002 a nove de fevereiro de 2003 (após o período de observação inicial). Todas as entrevistas foram gravadas e em todas foi usada a técnica de entrevista guiada.

Com exceção da entrevista com a ex-diretora que foi realizada no seu atual local de trabalho, todas foram feitas dentro da própria República. Foram entrevistadas 16 meninas que moram na casa, 4 educadoras, 3 meninas que já deixaram a República, a diretora e a ex-diretora e a psicóloga voluntária. Na transcrição dos trechos das entrevistas constantes neste trabalho, todos os nomes das pessoas foram trocados por iniciais ou por nomes fictícios para preservar a privacidade das colaboradoras.

Além da observação, das dinâmicas e das entrevistas, também foram utilizados como recursos metodológicos dessa pesquisa: análise de dados estatísticos, análise da documentação da República em questão e da Secretaria da Criança.

Maiores detalhes sobre a instituição e as meninas estão contidas na descrição dos dados e na análise dos resultados obtidos que apresentamos em seguida.

1.1 REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA

"Você pega a rua Fernando de Noronha e segue bastante por ela, e depois da Igreja Nossa Senhora Nazaré, vira a primeira à direita, segue reto e depois da descida você já vai ver uma casa amarela assim no alto, é Rua Francisco Fávoro, 50. Tem uma curva depois da descida, não pega a estrada de chão, vire à esquerda, e depois à direita, é bem fácil... Mas não vai reparar que a gente tá pintando, tá em reforma." (...) 'Disse-me a diretora ao telefone'. [Nota do diário de campo do dia 05 de agosto de 2002]

No dia oito de agosto de 2002 estávamos fazendo a nossa primeira, das muitas visitas que faríamos, à República Nova Esperança. Uma casa amarela que fica no bairro residencial da Barreirinha, em Curitiba.

Foto 1 – Frente da República Nova Esperança

Com exceção de um mosaico com a logomarca da Prefeitura Municipal e de uma placa de inauguração fixada na parede lateral externa, a casa não possui nenhuma referência ou símbolo que pareça a quem está fora da mesma, que ela não é uma residência 'normal'.

É uma casa grande, de um único pavimento, cercada de um muro e uma grade de aproximadamente dois metros de altura. Possui um quintal bastante extenso nos fundos, com um grande varal e três bancos de praça; além do que parece ser o muro de fundos existe ainda um bosque separado do terreno principal, cujo acesso se faz por um pequeno portão ao lado do canil (que está atualmente vazio). Este bosque também faz parte do terreno da casa e é cercado por um alambrado.

Foto 2 - Lateral

Na área externa do lado esquerdo há uma área coberta para estacionar carros e ao lado direito uma área coberta do tipo churrasqueira.

Foto 3 - Churrasqueira

Todas as janelas possuem grades. Quatro portas dão acesso ao interior da casa, (três destas portas estão do lado direito e uma do esquerdo): uma pela lavanderia, outra pela a cozinha, outra pela sala das educadoras. A porta do lado esquerdo dá acesso à sala de televisão, que possui um balcão, alguns quadros, três sofás, uma TV e um vídeo-cassete que estão sobre uma estante.

O interior da casa é tão limpo, agradável e bem organizado quanto a sua área externa, possui quatro quartos com três beliches triplos cada um, e um quarto com dois beliches triplos. Dois banheiros (com cerca de seis boxes com chuveiro cada), uma sala de refeições, uma sala de TV, uma sala para as educadoras um pequeno gabinete para a direção (separado por uma parede de *eucatex*), uma sala de estudos (chamada 'sala de reforço') com um grande balcão, uma mesa, cadeiras e uma grande estante repleta de livros; uma despensa e um banheiro para funcionários (cujo box é também usado como despensa).

Foto 4 – Sala de TV

Foto 5 – Sala de Reforço Escolar

Os banheiros, pela quantidade de chuveiros; a sala de refeições, por possuir duas mesas grandes com dois bancos grandes cada; e a sala das educadoras, são os ambientes que dão ao interior da casa uma aparência de 'não-residência'. Cada menina além da sua própria cama tem uma porta de armário com uma chave que fica em seu poder (a chave da dispensa, da sala do reforço, e do banheiro de funcionários, assim como as chaves dos portões e das portas e da geladeira ficam penduradas na sala das educadoras).

Foto 6 – Refeitório

Foto 7 - Banheiro

A 'sala do reforço' depois de alguns meses passou a contar com dois computadores (que parecem ter muito uso). Até então só havia o computador da sala das educadoras, que é de uso exclusivo delas. O telefone, que também está na sala das educadoras, só pode ser usado pelas internas sob autorização.

Nunca entramos nos quartos das meninas, mas o observamos pelas janelas: eles contém enfeites, posters, fotos nas paredes e nos armários, bichos de pelúcia e outros adornos de decoração típicos de meninas adolescentes.

Foto 8 - Dormitório

Acima do balcão da sala de TV e do lado da televisão, existem porta-retratos com fotos de algumas meninas: uma foto de uma cerimônia de primeira comunhão, uma de uma casamento¹, e duas fotos de passeio de um pequeno grupo de meninas no morro do Anhangava, (no Município de Quatro Barras) e no Parque do Passaúna (em Curitiba).

Esta casa e seus funcionários são totalmente mantidos pela Secretaria da Criança da Prefeitura Municipal de Curitiba, recebendo ajuda de terceiros para as atividades culturais e educacionais das meninas (cinema, teatro, cursos de informática, inglês, natação). A direção da República nunca recebe verba para os mantimentos. Tudo é requisitado e trazido pela prefeitura em gêneros alimentícios, artigos de higiene, de limpeza e roupas. As roupas são todas de doação e vem através da FAS ou das próprias famílias das meninas.

---

¹ Tivemos que perguntar de que se tratava a foto, porque ela retrata as meninas, muito bem vestidas e maquiadas sentadas numa Igreja e olhando para frente.

2. O INGRESSO E O COTIDIANO NA REPUBLICA NOVA ESPERANÇA

2.1 A BUSCA DE UMA VAGA...

Quando o Juiz ou o Conselheiro Tutelar decide que uma adolescente deve ser encaminhada a uma medida de proteção por sua situação de risco, começa uma verdadeira maratona em busca de um local para ela¹. Isso ocorre por que há uma grande carência de vagas nas Unidades de Abrigamento da Prefeitura.

Percebeu-se este fato (confirmado por funcionários da própria gerência de abrigamentos), pelas muitas ligações entre as unidades solicitando que se providencie uma vaga. Algumas destas ligações estão no Livro de Ocorrências da instituição, e em algumas ocasiões, até presenciamos telefonemas de educadoras em busca de vagas para as meninas.

Existem em Curitiba, apenas duas Unidades de Abrigamento de Nível 2, (como já descrito no capítulo anterior, abrigos para permanência continuada, destinados a meninas que tiveram pouco ou nenhum contato com a rua); a República Nova Esperança e outra República conveniada à prefeitura, que atendem meninas desta faixa etária; o que é insuficiente para a demanda. Nota-se, que em virtude deste fato, há, muitas vezes, a inserção nesta República, de meninas que tem o perfil para estarem em outras casas.

Esta falta de vagas, somada à falta de tato e preparo de alguns funcionários leva as adolescentes a acompanharem a 'busca de uma vaga' ou, no mínimo um constrangimento em esperar horas ou andar de um lado para outro da cidade com um veículo da prefeitura enquanto o Conselheiro Tutelar tenta obstinadamente arranjar um local para ela ficar. Várias vezes ouvimos meninas mencionando este problema, como por exemplo este relato de uma educanda a quem chamaremos de Milena, que tem 18 anos e está na casa há dois anos e meio:

---

¹ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção são as providências adotadas por autoridades com poderes especiais sempre que crianças e adolescentes, caso a caso, forem ameaçados ou violados em seu direito pela falta, omissão, abandono, negligência ou violência dos pais.

“... ah era para eu ir para uma casa assim e não tinha vaga. ...daí ela foi me buscar daí no mesmo dia ela foi tentar na Madre Antônia², não conseguiu vaga, casa de passagem, aí da madre Antônia tentou na Francisca³, na Francisca também não tinha, daí foi lá pra tia Paula, também não conseguiu, daí que ela apelou pra aqui, que na época era tia Sônia” né. Daí falou com a diretora só que acho que não tinha vaga só que daí ela contou a minha história, tipo ó não tem condições mesmo, não tem onde ela ficar, não tem como ela ficar aí? Então até que eles acabaram me aceitando, mas era para ser uma coisa provisória por que tem meus tios de sangue de São Paulo, ela ia tentar entrar em contato com eles né.... daí eu não sei por que acabou eu vir morar aqui...”

Algumas das ligações telefônicas mencionadas acima estão no Livro de Ocorrências da instituição, e em algumas ocasiões, até presenciemos telefonemas de educadoras para as outras unidades em busca de vagas para as meninas.

Abaixo o relato de Giovana, uma menina de 15 anos, que está em medida protetiva por causa dos maus tratos da mãe; ela atualmente está na casa em caráter provisório com seu filho de um ano, o que para esta casa é irregular – já que não é um abrigo para meninas ficarem com filhos – e só aconteceu pela falta de vagas em casas específicas para o caso dela.

“Fiquei lá (no conselho), esperei desde às três horas até... uma cara... até quase fechar o conselho, fiquei lá esperei, esperei, esperei, esperei, esperei, aí não teve jeito, não conseguiram achar casa, eu não queria vir pra cá agora ontem mesmo eu queria fugir daqui, por que eu não queria, as guña aqui são muito encrenqueiras, são muito brutas aqui”

Há também uma espécie de queda de braço entre os Conselhos Tutelares e as Unidades de Abrigamento. A direção da casa diz ter que acatar as decisões do Conselho mesmo que perceba que uma internação é desnecessária.

A falta de vagas em unidades de abrigo traz problemas às jovens. Vimos passar pela casa em caráter provisório, meninas que era para estarem no nível 1, e por absoluta falta de vagas, eram colocadas lá na RNE, muito a contra gosto até da própria direção da casa. Atualmente há na casa esta menina, que, contrariando os objetivos desta instituição, por falta de vaga, está alojada na casa com seu filho pequeno. A vice diretora reclama: *“Esta casa não tem estrutura pra isto. As meninas que estão aqui tem que estudar, trabalhar, quem vai cuidar desta criança? Está aqui*

² Unidade de Abrigamento feminino de Nível 1 da Prefeitura.

³ Idem.

* Nome fictício, assim como todos os nomes de educandas e educadoras que aparecerem neste trabalho e que não apresentem nota de referência em contrário.

por falta de lugar pra ir”. Também há reclamações das educadoras por colocarem na casa meninas que teriam o perfil do nível 1.

Renata (educadora) – *“Quem já tem todo este histórico de rua, que já tem um envolvimento maior, que já teve vínculo maior com a rua, não pode vir pra cá, por que aqui a gente tem uma liberdade e uma autonomia diferente, aí elas teriam que ir pra nível 1, daí às vezes mandam pra cá por estas situações, ou de não ter vaga ou de ser uma coisa provisória. E nesse provisório algumas não ficam que nem eu tava te contando daquela que foi esfaqueada, ficou só um dia e fugiu”*

O depoimento abaixo, de outra educadora, relata ainda o problema da falta de vagas, por ele entende-se o que é o ‘perfil’⁴ das meninas de nível1:

Silmara – *“Acho que isso é uma questão mais prática do que... não é o ... a intenção deles não seria que fosse assim, mas daí você recebe meninas que, vamos dizer que saíram da rua e eles não tem onde colocar, não tem como mandar pra nível 1 uma menina que nunca esteve na rua né; você mandar pra meninas que são infratoras, que usam drogas, uma menina que nunca teve na rua. Então a maioria dos nossos casos hoje é exatamente isso, eles vieram pra cá mais por falta de opção do que por um encaminhamento que já tava sendo previsto. Que tem muitas meninas na Francisca⁵ e em outros projetos nível 1 pra vir pra cá, mas eles não tão é... não tem vaga aqui né, se vê hoje sai uma menina, amanhã já vem outra para entrar.”*

A questão de se colocar o indivíduo em uma Unidade de Abrigamento imprópria, pode trazer efeitos muito nocivos. Meninas que estavam em família são às vezes colocadas em casas de Nível 1 que é um lugar destinado a meninas de situação de rua, onde a violência está muito mais presente e a convivência com meninas que já furtaram, usam drogas é bastante arriscado e muito questionável se levarmos em conta que ela está sendo encaminhada para uma instituição para ser ‘protegida’ de uma família considerada desestruturada.

Entrevistador – *“Se você não tinha problemas com drogas e nunca esteve na rua, por que mandaram você para a Madre Antônia?”*

Vanessa – *“Por que não tinha vaga. E não tem uma casa pras meninas que só saíram de casa, não tem... então... acaba misturando.”*

Entrevistador – *“E te prejudicou de alguma maneira, você se sentiu mal de estar lá?”*

Vanessa – *“Nossa... me senti horrível, as meninas tratam mal sabe, no começo é horrível”*

⁴ Ver Capítulo 1 – p. 7, para esclarecimento de qual o perfil das meninas que devem ir para o nível 1 e qual deve ir para nível 2. Segundo os relatos de educadoras e educandas, a casa de Nível 1 tem muros altos, guarda Municipal 24 horas, as meninas não recebem talheres, todo o material das educadoras é totalmente isolado, no primeiro mês a menina fica somente de camisola para se inibir as tentativas de fuga.

⁵ República de Nível 1 da Prefeitura.

2.2 A ENTRADA

Além da busca por uma vaga, a adolescente em situação de medida protetiva sofre uma segunda violência, que é a maneira abrupta como os funcionários do Conselho Tutelar ou do Juizado tiram a menina da família ou da FAS e levam-na para uma das Unidades de Abrigamento. Não por uso da violência física, pois nunca encontramos relatos sobre agressões, mas pela falta de esclarecimento maior da situação e do espaço onde a menina irá ficar morando.

Todo indivíduo sente apreensão em enfrentar uma situação nova. A situação nova da qual temos algum controle já é temível. E é de se esperar que qualquer pessoa sinta-se apavorada ao experimentar uma mudança de situação da qual ela não tem o menor controle.

Como todas devem esperar decisões judiciais sobre a possibilidade de retorno para sua família, ou autorização para que fiquem com parentes (tios, padrinhos, irmãos) ou famílias voluntárias, nem mesmo a direção da casa pode lhes dizer o seu tempo de permanência na República. Isto significa que, ela está sendo instalada (por determinação de alguém que não ela mesma), neste novo local, que é para ela tão desconhecido e misterioso quanto as pessoas que já moram ali; e ela não sabe quanto tempo irá ficar e muito menos, como será tratada.

O indivíduo quando levado a um abrigo, está, portanto, sendo conduzido por pessoas que nunca viu antes, a um lugar desconhecido, sem saber ao certo quanto tempo vai passar lá, se voltará à sua vida e às pessoas de suas relações⁶.

Este é um momento em que se deveria tomar muito cuidado, pois a menina (que em muitos casos nunca esteve em instituições deste tipo) está sendo colocada em um local que será – por alguns dias ou até por alguns anos – sua nova residência.

Tal situação gera nestas garotas uma angústia pela falta de controle e conhecimento de sua própria sorte, e muito medo, que vai aparecer nos relatos abaixo, de serem mal tratadas, pois não conhecem o tipo de casa em que estão entrando e com que tipo de meninas vão conviver. O fato das educadoras lhes mostrarem a casa e lhes explicarem atenciosamente as regras da mesma, não traz

---

⁶ Como iremos comentar no capítulo 4, a grande maioria das meninas tem algum tipo de vínculo familiar, apenas 3 num universo de 26 não tinha contato com membro nenhum da família.

tranqüilidade, pois o conceito que estas tem de casas deste tipo é o mesmo que a sociedade em geral, que são reformatórios onde os jovens são maltratados pelos funcionários e pelos internos.

Quando a menina é oriunda da casa de Nível 1, tem-se maior cuidado em se fazer uma ambientação prévia. As meninas que vêm de outras instituições passam por uma fase de adaptação que inclui visitas a casa, e passeios com as outras meninas para que ela vá se entrosando. Entretanto, as meninas que vêm de fora do projeto e nunca estiveram em instituições desta espécie, não passam por nenhuma ambientação ou trabalho de adaptação, nem mesmo um esclarecimento mais aprofundado sobre o local aonde ela vai permanecer.

Não foram poucas as declarações de que a chegada à República, seu ingresso na mesma e as primeiras semanas tenham sido experiências traumáticas; há relatos de verdadeiro desespero em virtude da pouca ou nenhuma explicação que é dada ao adolescente em relação ao lugar para onde ele está sendo levado.

A declaração da adolescente Milena, que foi mandada para a República quando os pais adotivos se separaram e disseram não mais ter condições de educá-la, é a que mais evidencia este aspecto, mas muitas meninas disseram ter tido este sentimento ao chegar a uma das casas do programa incluindo a República Nova Esperança.

Milena - "daí uma hora o conselho mandou me buscar daí não tinha vaga em casa nenhuma assim... me pegaram de repente, na hora eu fiquei com medo, não sabia nada, não conhecia o projeto, não conhecia este tipo de casa, achei que era um orfanato, que você apanhava todo dia, que você é espancado que você vai ficar preso, que vai sair com 21 anos, pensava que era assim daí na hora assim me deu medo assim, meu Deus e agora...No primeiro dia que eu vim pra cá eu olhei e falei meu Deus do céu o que vai ser de mim morar com todas estas meninas (...) a primeira impressão que eu tive foi, ah, vou apanhar, meu Deus o que vai acontecer (...) Eu falo por experiência própria que é difícil você sair de uma família sabe e ficar rodando por aí de lá pra cá, te jogam prum lado te jogam pro outro, isso é super chato assim, muito doloroso."

Este depoimento faz-nos lembrar dos escritos de Goffman :

"O recém-admitido freqüentemente parte de algo semelhante às concepções erradas e populares quanto ao caráter dos internados; acaba por descobrir que quase todos os seus companheiros tem todas as qualidades de seres humanos comuns, ocasionalmente decentes e que merecem apoio." (GOFFMAN, 1996, p.55)

A resposta de Milena transcrita acima, demonstra o quão traumática é esta ruptura entre o 'mundo anterior' e a entrada no 'novo mundo': a República. Por mais que a menina tenha sofrido violência, até mesmo física, no mundo anterior, ela estava num ambiente conhecido e de seu domínio, com pessoas que gostava e algumas que poderia não gostar, mas que conhecia. E agora, está entrando num ambiente totalmente estranho, que ela imagina que seja hostil, e tem muito medo do que vai encontrar pela frente e de perder o que gostava no mundo que (não se sabe até que ponto) está ficando para trás.

2.3 AS REGRAS

Segundo as próprias diretrizes da Secretaria, ao entrar na casa a menina deve primeiramente ser informada das regras⁷. Isto é algo que realmente é cumprido na República Nova Esperança. Neste primeiro momento, a menina que vai entrar na República, começa a perceber que a casa funciona com uma determinação de horários bem definidos para cada atividade cotidiana e que devem ser respeitados: horário de acordar, de dormir, de tomar banho, de descansar após o almoço, das refeições, do estudo, do namoro.

Além de horários, a menina que entra na casa vai perceber que há um regimento interno com as normas de comportamento, deveres e disciplina exigida das meninas da casa. Como sistemática de controle destas regras há o caderno da 'avaliação'. Toda menina que tiver comportamento insatisfatório terá sua conduta anotada neste caderno.

A avaliação é uma reunião semanal (toda Sexta-feira) feita através de um rodízio, sempre com duas educadoras e uma educanda da casa. Nesta reunião são

---

⁷ O livro das normas da Secretaria da Criança chamado "Procedimentos e organização do atendimento em unidades de abrigo", quando o adolescente chega à uma Unidade deve-se adotar os seguintes procedimentos: "1. Cadastro de dados; 2. Listagem de pertences; 3. Verificação de lesões ou porte de objetos perigosos; 4. Informar as normas do abrigo; 5 Cuidados iniciais com a criança ou o adolescente no recebimento: - Encaminhar para higienização corporal, oferecendo vestuário limpo. Após, oferecer uma refeição e incluí-lo nas atividades rotineiras da casa ; - No acolhimento, procurar uma abordagem afetiva, facilitando o estabelecimento de vínculo. As crianças e adolescentes que apresentarem sinais de cansaço excessivo deverão ser acomodados em espaço apropriado." (SMCr, 2000, p.25)

vistas todas as anotações do caderno levando em conta os seguintes critérios de comportamento:

- Participação nas Oficinas
- Cumprimento de Horários
- Desempenho Escolar
- Cumprimento da Escala⁸
- Respeito aos Funcionários
- Organização de seus pertences
- Respeito às educandas
- Respeito às normas da casa
- Desrespeito às medidas sócio educativas

Quadro 1 – Quadro de Horários a ser respeitado pelas internas

<u>QUADRO DE HORÁRIOS</u>	
LEVANTAR	
	De Segunda a Sexta: 7 h Sábado: 9h Domingos e Feriados: 10h Café da manhã: 10h
	CAFÉ DA MANHÃ
	De Segunda a Sexta: 7h30m Sábado: 9h30m Domingo e feriados: 10h30m
	<i>HORÁRIO DE NAMORO</i>
	Sábado das 19h às 23h Domingos e feriados das 15h às 21h
	<u>HORÁRIO DE DORMIR:</u>
	Domingo à quinta 22h Meninas do colégio 23h30 Sexta feira 1h Sábado 2h
	TELEFONE das 18h às 19h

Quadro de horários afixado no mural da sala das educadoras. Copiado do computador da RNE.

⁸ A definição de escala de trabalho está descrita na p. 30.

Aquelas que descumprirem as regras são submetidas a determinados castigos, denominados pelas educadoras de Medidas Sócio-Educativas (MSE) que podem ser:

- Ficar sem TV
- Ficar presa no quarto num horário determinado
- Ficar sem rádio
- Ficar sem telefone
- Ficar sem sair
- Fazer toda a escala
- Lavar os panos e toalhas por uma semana
- Copiar um texto de reflexão de um livro
- Copiar o regimento Interno
- Dormir fora do quarto (no refeitório ou na sala de reforço)
- Redação “ Por que devo respeitar o educador?”
- Limpar o armário do refeitório
- Ficar fora do passeio

Entre outros.

Há, na sala das educadoras, a exibição de cartazes com “Meninas que não foram para a avaliação”. Algumas meninas tem bastante medo de ir para o caderno e para a avaliação. *“Não tia pelo amor de Deus se eu for para a avaliação eu não vou sair no fim de semana”*

As meninas que moram nas Unidades de Abrigo são adolescentes que, via de regra, não estão em conflito com a lei, estão sob uma medida de proteção do Estado, não tem portanto, privação de liberdade.

Todas as meninas vão à escola, algumas trabalham, e para tanto recebem vale-transporte ou são levadas pelo veículo da prefeitura⁹. Entretanto, por uma questão de disciplina, outras saídas que não sejam para estudar ou trabalhar, inclusive visitas aos parentes, somente podem ser feitas com autorização da

---

⁹ Em situações em que muitas meninas vão para o mesmo lugar, um veículo da prefeitura é que as leva; para outras, se não, é dado a elas, Vales Transporte, para ir à escola, ao trabalho, e para sair também. A cada saída a menina requisita os `V.T`s` à direção. Todos os VT`s dados são anotados no Livro de ocorrências para controle da direção. Em casos de atendimento médico ou outras situações que não haja veículo da prefeitura são utilizados vales-táxi.

direção, e com horários bem determinados (e segundo as meninas bastante restrito).¹⁰

As regras causam indignação por parte de algumas meninas. Algumas sentem-se presas. As que trabalham fora acabam tendo muitos privilégios por uma questão prática, além de terem seu dinheiro passam bastante tempo fora da instituição e fazem neste horários, ações para as quais normalmente teriam que pedir permissão e comportar-se para conseguir autorização.

Mas todas (mesmo as que trabalham fora) reclamam dos horários, das regras e dos castigos e existem muitas queixas por parte das meninas no que se refere à falta de liberdade, como podemos perceber, abaixo, em alguns trechos de entrevistas de algumas meninas:

“Morar aqui, ficar presa pedir pra tudo, você quer uma certa liberdade maior assim”

“Uma casa onde você não pode ter nada, que tudo ´some´. Não posso ir na padaria sem pedir. Abrir a geladeira, como vou dizer que tenho liberdade”

“Eu queria um pouco mais de liberdade, aqui dentro não dá pra ter. Ah sei lá eu queria sair e não ter hora pra voltar. Queria poder sair pra namorar não só final de semana por que aqui dentro é só final de semana ou feriado. Nem lá embaixo eu não posso ficar com ele, lá vira e mexe eles catam.”

“Aqui dentro não é que nem na sua casa entendeu, você pode deixar o xampu no banheiro que quem quiser pode usar. Aqui não imagine, se você deixar o xampu para todo mundo usar vai um por dia (ou dois em cada banheiro). Você nunca pode deixar nada fora do seu armário que alguém pega se você deixar um sabonete quando voltar não tá mais, de deixar um real em cima da mesa quando voltar não tá mais. Esse é o problema.”

“...eu acho um absurdo você chegar cinco pra dez pra tomar café, o café acaba as dez, e o educador acaba me pondo na avaliação por que eu levantei cinco minutos antes de acabar o café. (...) eu acho um cúmulo me colocar na avaliação por que eu levantei cinco minutos antes de acabar o café (...) Também quando você toma banho fora de horário, você vai para a avaliação, tem coisas assim que eu acho um absurdo, coisas que não tem necessidade de se por ninguém na avaliação... desligar a TV todo dia isso eu acho um absurdo.”

“Aqui tem regra pra dormir, tem regra pra acordar, tem regra pra tomar banho, tem regra pra comer, sei lá, não gosto de regras.”

---

¹⁰ Comentário de uma menina sobre o horário para a saída: *“Toda vez que eu quero sair para ir a algum lugar tipo danceteria eu tenho que dormir na casa de uma amiga e para isso ir primeiro pra casa do meu irmão. Pois como eu vou sair num lugar destes se eu tenho que estar às onze horas em casa?”*

Uma garota protesta contra a regra de recolhimento aos quartos no horário de descanso após o almoço:

“ eu acho isso horrível. Eu não gosto de dormir depois do almoço, gosto de dormir é claro, mas de noite, daí no horário de dormir à tarde eu tenho que ficar no quarto!”

As meninas reconhecem a necessidade de regras, mas muitas reclamam das mesmas e da falta de liberdade, estaremos discutindo este aspecto no capítulo sobre instituição total (Capítulo 3).

No seu primeiro dia, além de conhecer as regras, será determinada à nova moradora o seu quarto e a sua cama. Existem 5 quartos com um armário para cada menina e 3 beliches cada um. A direção é que determina o lugar de cada menina. O critério para o agrupamento nos quartos é a faixa etária, a direção procura fazer com que as meninas da mesma idade fiquem juntas (já que moram na casa meninas de 11 a 18 anos e nesta faixa etária os interesses são bastante variáveis). É feito rodízio de quartos quando existe algum problema.

É feita inspeção de armários toda semana. Para fins de organização e de controle, para evitar que se esconda drogas e também pertences de outras meninas.

2.4 AFAZERES

O livro das normas da Secretaria da Criança chamado: “Procedimentos e organização do atendimento em unidades de abrigo”, traz a orientação das Escalas de Trabalho. Esta escala está da seguinte forma:

“Buscando a valorização do espaço de moradia, da convivência coletiva e da educação para as atitudes cooperativas no que constitui o abrigo, são organizadas escalas com a participação dos educandos nos cuidados diários da casa, de acordo com a faixa etária e sob a orientação dos educadores. Dessa forma, os afazeres domésticos desenvolvidos pelos moradores favorecem a preservação e o sentimento de “pertencer” ao abrigo, colaborando no estabelecimento de vinculação com ele. Todas as crianças e ou adolescentes devem ser envolvidos nessa atividade, que não deverá ultrapassar 01 hora diária, com o acompanhamento contínuo de educadores e com tarefas condizentes com a capacidade física e psicológica, considerando-se as condições sob as quais as crianças e adolescentes encontram-se.” (SMCR, 2000, p.33)

Como se pode perceber pelo documento da Secretaria, para a limpeza e organização da casa e também, por uma questão de educação das garotas, todas devem participar das tarefas 'domésticas'. Cada menina lava suas próprias roupas e há uma escala de horário para a limpeza da casa. Cada menina tem uma tarefa por dia num sistema de rodízio: limpar o interior da casa, os banheiros, a cozinha, o refeitório, a área externa, os tapetes e os vidros.

Uma funcionária é responsável por coordenar esta escala de limpeza. Cuidar para que as meninas executem as suas tarefas, não saiam de casa ou vão descansar sem tê-las completado. Um trabalho (segundo a própria coordenadora da limpeza) bastante difícil: *“Não agüento mais, elas reclamam muito, não querem fazer nada. Tem que ficar no pé delas o tempo todo e agüentar cara feia e desaforo”*.

Os serviços de manutenção: (pintura, conserto, corte de gramado), são feitos por funcionários da prefeitura ou de empresas terceirizadas que vão até o local.

Terminados os afazeres da escala de limpeza, se não estiverem no horário de ir à escola, e não trabalharem fora, as meninas que estão em casa têm uma programação organizada pelas educadoras; e algumas vezes, vão às atividades promovidas pela Secretaria da Criança, que são cursos que preparam-nas para entrar no mercado de trabalho, oficinas de lazer, cultura e educação. Mas na maioria dos dias elas ficam em casa, fazendo suas tarefas ajudadas pelas educadoras e voluntários o que é chamado de reforço escolar.

Pela rotina da casa, as tardes, no período letivo, após o almoço é o horário de descanso (recolhimento nos quartos) até às 15 horas quando é feito o lanche. Das 15h15 até às 17 horas é o horário do reforço. Normalmente o horário do lanche era respeitado, houve apenas uma vez no período letivo em que chegamos e as meninas ainda estavam dormindo.

Quanto aos outros voluntários que dão aulas para as meninas, vimos registros de sua presença nos livros de ocorrência mas em nenhum momento os presenciamos. Todos os dias em que estivemos éramos o único professor de reforço.

As meninas que estavam estudando ou tendo aula eram sempre em pequeno número (até três no máximo). As demais ficavam ou lavando suas roupas, ou nos quartos. Não é permitido assistir TV à tarde, depois do horário de descanso, durante o período letivo.

Alguns dias algumas meninas incentivadas e acompanhadas pelas educadoras encontravam-se em atividades de confecção de bijuterias e outros artigos que são vendidos em eventos promovidos pelas educadoras, que é uma das formas de as meninas terem algum dinheiro para guardar, para comprar roupas e para seu lazer.

2.5 LAZER

Nas tardes de segunda a sexta-feira o clima geral é bem tranquilo. No sábado o clima é mais festivo com as meninas jogando vôlei, escutando música, dançando. Como se pode perceber nos fins de semana e nas férias os horários para dormir e acordar são mais flexíveis. Pode-se acordar às 9 horas, dormir à meia-noite (há registros no livro de educadoras que permitiram avançar em uma hora este limite); pode-se assistir TV até à meia-noite e ouvir rádio até às 11h30. O café é servido às 9h45, o almoço ao meio-dia, lanche da tarde 15h15 o jantar às 18h30 e o lanche da noite às 21 horas.

A diversão das meninas é feita com apoio de alguns estabelecimentos (restaurantes, teatros, cinema, circo), e outras formas de diversão (filme de vídeo, outras saídas, chamar o disque-pizza) são adquiridas com o próprio dinheiro das meninas que trabalham ou das campanhas de arrecadação (chá e bazar) promovidas pelas educadoras com auxílio das meninas.

Há registro de um chá beneficente que deu um lucro de 400 reais, para se ter uma idéia. Em todos os passeios o transporte fica por conta da Secretaria. Em muitos finais de semana e no período de férias escolares existe uma boa programação, passeios, oficinas, gincanas (com adolescentes de outras instituições, jogos). Somente as meninas que ficam em casa, devido a castigo ou indisposição é que encontram-se sem ter o que fazer: passam a tarde vendo TV ou filmes de vídeo (segundo uma educadora chegam a assistir três filmes por dia).

Há um número bastante intenso de registros de saídas para visitas aos familiares e outros passeio, tais como: Passeios no Anhangava, circo, teatro, parques, centro da cidade, shows de música e à própria casa dos familiares. Nas entrevistas as meninas se mostram contentes com as atividades de lazer:

Entrevistador- E onde costumam ir

Vanessa – “A gente vai pro Jóquei, pizzaria sai bastante”

Entrevistador – E as regras pra sair

Vanessa – “Ah é meio chato... se você quer sair pra uma danceteria você tem que ir pra casa de alguém se não você não vai. Dormir na casa de amiga também não pode daí então a gente vai pra casa do meu irmão daí de lá eu vou pra casa das minhas amigas, assim a gente sai, por que eles não deixam. (dormem escondido na casa das amigas)”

No período que estivemos na casa presenciamos três festas de aniversário onde sempre haviam bolo com velinhas, suco, doces, cartazes com mensagens afetuosas assinadas pelas meninas. Normalmente era um momento perto do almoço, quando tinha mais gente na casa. Por muitas terem atividades fazia-se algo rápido: cantava-se parabéns e comia-se; mesmo assim era um momento de bastante alegria, empolgação e integração das meninas.

Para namorar, como se pôde perceber pelo quadro de horários, só é permitido sair com autorização e depois de uma criteriosa apreciação da direção (do namorado e da programação escolhida pela menina). Para namorar na casa, o que segundo elas, acontece muito raramente, somente para as meninas acima dos quinze anos no horário estabelecido: sábado das 19 horas às 23 horas e domingos e feriados das 15 horas às 21 horas.

Como se pode perceber pelas descrições feitas até aqui, em termos de condições materiais, a República vem atendendo as suas internas com bastante conformidade com o ECA. Elas estão plenamente atendidas no que se refere à alimentação, abrigo, vestuário, escola, saúde¹¹ e transporte necessário. Além das atividades educativas e de preparo para o mercado de trabalho, havendo também um número bastante satisfatório de atividades culturais.

Pelas nossas observações, em termos de avaliação periódica, acompanhamento do processo de cada menina, contato com as famílias, organização de documentos das adolescentes e envio de relatórios ao Conselho

---

¹¹ Pelo acompanhado nas observações e nos registros do livro de ocorrências, as meninas desta casa tem um amplo acesso à serviços de saúde. Vemos, no livro de ocorrência, uma grande quantidade de registros de ida ao médico para consultas para todas as meninas. Todas tem acesso à consultas, exames e remédios além da acupunturista e fonoaudióloga. Quando não há médico voluntário na especialidade necessária a prefeitura paga a consulta. No mural da sala das educadoras há um quadro com horários dos remédios e no computador há uma tabela de controle das menstruações de cada uma.

Tutelar e juizado, (que também são prerrogativas do ECA) esta instituição tem também cumprido plenamente suas obrigações.

O único aspecto exigido pelo Estatuto (art. 94 item IX) que pudemos perceber que esta instituição está falhando, é no atendimento psicológico das meninas. Há um psiquiatra e uma psicóloga que atendem voluntariamente algumas das meninas, o que é, segundo a própria opinião da direção da casa, muito aquém do necessário. Consideramos o atendimento psicológico de qualidade, por uma série de motivos que estaremos apontando adiante, uma necessidade extrema das internas desta instituição.

Fora esta carência, pode-se afirmar que a República Nova Esperança é uma Unidade (que em termos de condições físicas) cumpre satisfatoriamente as determinações do ECA.

3. A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA É UMA INSTITUIÇÃO TOTAL?

Pelo exposto até o presente momento com relação a rotina e ao cotidiano da República Nova Esperança, somos levados a refletir sobre a seguinte pergunta: A República é uma Instituição Total?

Segundo GOFFMAN (1974) na obra “Manicômios, prisões e conventos” existem cinco tipos de instituições totais:

“Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros”. (GOFFMAN 1974, p. 16-17)

As instituições como a que é objeto deste estudo (se fossem classificadas como instituições totais) se enquadrariam no primeiro tipo descrito, que vêm a ser: “instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes.”

Entretanto, por uma série de aspectos que estaremos apresentando e comentando a seguir, podemos afirmar que esta República não é uma instituição total. Já afirmamos, que, à primeira vista, esta instituição está bastante de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente. E o próprio Estatuto já prevê em seu artigo 101 que: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Para Goffman, as principais características de uma instituição total são relacionadas à uma série de situações que a instituição impõe ao indivíduo de forma a isolá-lo da sociedade:

“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (...) Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (...) (GOFFMAN, 1974)

As principais características de uma instituição total são uma restrição quase total do direito de deixar a instituição por um prolongado período de tempo (como o que acontece nas academias militares, manicômios, prisões) e por uma ausência ou grande escassez de contato com o mundo externo. Nenhuma destas duas condições acontecem na República Nova Esperança o que faz com que ela não se enquadre nesta definição.

As meninas da República em questão não levam uma vida fechada. Como já foi dito, elas não estão cumprindo nenhum tipo de pena, não estão formalmente separadas da sociedade. Elas saem para estudar e trabalhar. Saem com frequência para ver a família, para ver o namorado, para ir ao centro, ao cinema e a outros lugares de seu interesse.

Não se configura, portanto, nesta República, o que Goffman descrevia como “(...) a separação entre o internado e o mundo mais amplo que dura o tempo todo e pode continuar por vários anos” (p. 23)

Como já foi relatado (Capítulo 2.5), para as saídas que não sejam com fins de estudo e trabalho, há um certo rigor, entretanto elas não estão presas, não sofrem privação de liberdade. Apesar das meninas e educadoras usarem o termo ‘fugir’¹ para as que abandonam a casa, a ‘fuga’, não é uma tarefa difícil. O acesso às chaves é fácil, e nesta casa não há guarda e nenhum outro tipo de controle.

Mesmo que se considerasse o sistema de controle das saídas rígido e mais limitante que o das instituições “não-totais”, as meninas (principalmente as que

---

¹ O termo ‘fugir’ denota uma questão de Estigma que iremos abordar mais, adiante. Demonstra o imaginário que educadoras e educandas tem da situação das meninas.

trabalham fora), não realizam as atividades de todos os setores da sua vida no mesmo local, o que caracterizaria mais fortemente uma instituição total.

Outro aspecto que a isenta de se enquadrar como instituição total, é o fato de que não há na República, como acontece nas instituições totais, uma ruptura com o passado, (talvez, isto aconteça nas Unidades de Nível 1, mas mesmo assim não é uma simples medida de poder e sim uma medida protetiva também).

Na República também não há a proibição de preservação de nomes, bens, não há uniforme e há um grupo pequeno de pessoas em comparação às verdadeiras instituições totais.

Em termos materiais ela também não pode ser classificada como instituição total, pois como GOFFMAN (p.57) afirma: *“Algumas comodidades materiais são provavelmente perdidas pela pessoa ao entrar numa instituição total – por exemplo, uma cama macia (...)”*. E estas comodidades materiais são justamente os aspectos que elas estão ganhando.

As meninas da República são todas oriundas de famílias de baixa renda, e na instituição recebem o que a família não lhes pode conceder: uma cama boa, comida boa e farta, roupas, possibilidades de higiene, assistência médica, passeios, acesso à atividades culturais e tentativas de preparo para ingresso no mercado de trabalho. Existem meninas que fazem curso de inglês, dança, natação; que são atividades que apenas adolescentes de classe média tem acesso. A totalidade das meninas tem à disposição dentro desta instituição, muito mais recursos materiais do que costumava ter antes de sua entrada na mesma.

Outro aspecto é que, nas instituições totais, pelo pouco contato com o mundo externo, tem-se muito a impressão que o tempo no interior da instituição é tempo perdido, enquanto que na República, a maioria esmagadora das meninas, apesar de reclamarem da falta de liberdade, respondeu que está ganhando tempo no interior da casa.

Entretanto o fato de a República não ser uma instituição total, não impede que ela possua algumas características daquele tipo de instituição. Características ligadas à falta de liberdade, como GOFFMAN descreveu:

”Numa instituição total, no entanto, os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interação vinda de cima, sobretudo durante o período inicial da estada (...) Cada especificação tira do indivíduo uma

oportunidade de equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações à mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato” (p.47)

Na República a falta de liberdade (que a faz parecer, em alguns momentos, com uma instituição total) é proveniente de três aspectos: 1) das meninas não terem escolhido entrar na instituição de própria vontade; 2) da obediência a regras e horários mais rígidos que outras instituições (não-totais); 3) do tratamento de alguns membros da ‘equipe dirigente’.²

O primeiro aspecto está ligado ao fato do indivíduo morar ali, mas não por sua própria vontade, e sim por uma circunstância que muitas vezes foi determinada por outrem (juiz ou conselheiro tutelar), e que pode até ter sido executada de maneira a não considerar a sua opinião. É portanto uma casa em que ele deve estar e onde deve obediência às regras não porque decidiu submeter-se à elas, mas porque as circunstâncias o obrigaram. Um indivíduo deve muito mais obediência às regras e deveres dentro dessa República do que um outro deve a um hotel ou pensão em que resida; com o agravante que na República, a decisão de entrada não foi do interno.

Em segundo lugar, há na República, um controle de tarefas e atitudes por parte das educadoras, que é firme e constante, e também uma determinação de horários (para tomar banho, estudar, descansar, dormir, namorar), um grande número de regras, de limites de uso dos aparelhos da casa (TV, telefone, geladeira, máquina de lavar), e de itens de consumo comum a uma residência (sabonete, xampu, creme dental, etc). É inegável o fato de que o indivíduo não poder tomar banho, dormir, namorar e não poder se utilizar de aparelhos, itens de consumo diário e alimentos a hora que bem entende é uma grande restrição. Como diz GOFFMAN (p. 44) “Como já foi sugerido, uma das formas mais eficientes para perturbar a ação de uma pessoa é a obrigação de pedir permissão ou instrumentos para atividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha no mundo externo.”

---

² Termo usado por Goffman para nomear as pessoas que estão no interior da instituição para trabalhar, o que , em nosso objeto de estudo refere-se às educadoras, diretora, e auxiliares de serviços em geral.

Em terceiro lugar a maneira como algumas orientadoras se armam destas regras (como veremos no capítulo 5.3) fazem a República parecer, em alguns momentos, uma instituição mais total do que de proteção.

Entretanto todos estes aspectos são justificáveis ou contornáveis. Não podemos esquecer que as meninas não são adultos, portanto não tem ainda, pelo menos judicialmente, autorização para total autonomia. A diretora é responsável legal por tudo que aconteça à elas. As regras são restritivas da ação individual, porém necessários à organização da convivência de quase 30 meninas com interesses e vontades próprias, que estão naquela instituição para obter instrumentos e conhecimentos que as ajudem a ter autonomia fora da instituição. A intenção das regras não é humilhar, é organizar a convivência de um grupo de indivíduos que tem, cada um, seus desejos e necessidades. A obediência às regras é a forma que se tem de educá-las e de preservar seus próprios direitos.

A menina na República pode até ser restringida em sua intimidade e em seu livre arbítrio, mas está tendo garantias de suas necessidades básicas de sobrevivência; está ali por uma situação de preservação de sua integridade física e moral (já que antes de estar ali, sofria algum tipo de ameaça no mundo externo).

Também se deve considerar que, apesar do grande desleixo e da permissividade exagerada de alguns pais da sociedade atual, em todas as famílias existem regras e castigos que os adolescentes, bem como os outros integrantes da casa, devem seguir.

Goffman fala “(...)em uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu” (p.24) que acontecem no interior da instituição total. Existem, na República, com certeza algumas degradações e humilhações, principalmente entre as meninas, em especial no momento da chegada de uma novata. Também existem momentos em que as educadoras acabam desrespeitando a integridade emocional das meninas com tratamentos e palavras inadequados.

Mas são ações isoladas, os excessos de repressão ou humilhação que por ventura existam, restringem-se a algumas educadoras despreparadas profissional e emocionalmente.

No que se refere às relações com as educadoras (que Goffman chamaria de equipe dirigente) as semelhança das características entre a República e outras instituições totais também não se confirma. A proximidade existente entre algumas

educadoras com boa parte das educandas demonstra que se existe uma segregação entre as categorias 'internos' e 'equipe dirigente' ela não é total. Muitas vezes o contato entre um interno e um educador continua depois da estada daquele na instituição. E o sucesso do ex-interno em sua vida particular traz uma sensação de sucesso para o educador, assim como o fracasso ou a fuga produz a sensação de fracasso no educador. O que demonstra uma proximidade dele com o interno que não acontece nas instituições totais.

3.1 O ESTIGMA

Um dos aspectos mais danosos de uma instituição total como sanatórios, prisões ou orfanatos, é que insere o indivíduo numa situação de estigma. Apesar da República Nova Esperança não ser, como apontamos, uma instituição total, ela imputa às suas internas prejuízos bastante consideráveis, porque as imerge num ambiente fortemente carregado de estigma.

Este fenômeno relativo a esta instituição foi o que mais intensamente apareceu nos depoimentos das meninas. Por isso e pela sua importância, a questão do estigma acabou sendo um dos principais prismas da nossa análise e um dos aspectos mais relevantes de toda a pesquisa.

O Sociólogo americano Ervin GOFFMAN definiu o estigma como sendo "a situação do indivíduo (que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana) está inabilitado para a aceitação social plena". (**Estigma**, 1975, p.11-12) Segundo o autor, "os gregos, criaram o termo **estigma** para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário e mau sobre o *status* moral que quem o apresentava". (id)

O estigma é, portanto, uma característica que um indivíduo possui, que para a sociedade a qual ele pertence o torna negativamente diferente, indesejável, repelente, inferior.

"Assim deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem..." (Goffman, p.11-12)

Goffman vai mencionar três tipos de estigma: as abominações do corpo, o estigma de raça e as culpas de caráter individual. O indivíduo que se encontra ou já esteve internado em instituições, acaba adquirindo esta terceira espécie de estigma descrita por Goffman: a culpa de caráter individual.

Assim como as vítimas das outras espécies de estigma, o indivíduo que esteve institucionalizado apresenta uma característica sociológica: "(...) possui um traço que pode impor à atenção e afastar aqueles que encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus." (ibid. p.14)

Como iremos perceber, o fato de morar em uma República, que é uma instituição vista de maneira depreciativa pela sociedade, produz no indivíduo uma marca que o torna repelente ou 'inferior' às demais pessoas. Este aspecto está muito presente no cotidiano das relações sociais das educandas desta República. A começar pelo próprio observador.

Todos temos pensamentos em maior ou menor medida inconfessáveis, por várias determinações morais da sociedade. Nós como observadores, num trabalho como este em que se está analisando sob um viés antropológico uma comunidade e numa situação de participação observante, e em que se está inserido na teia de relações do ambiente analisado, temos que estar atentos aos nossos próprios pensamentos, sentimentos e aos nossos preconceitos. Por que se conseguirmos nos permitir esta auto-avaliação podemos descobrir aspectos importantes das relações sociais. E quando o pesquisador descobre coisas 'feias' ou que possam 'sujar' a sua imagem perante os seus, deve ter coragem e desprendimento, a serviço da verdade, por que em poucos ramos da ciência o papel e a interferência do observador, suas impressões e julgamentos são tão vitais quanto nas Ciências Sociais.

E o que pudemos perceber que aconteceu conosco é que o estigma que 'paira' sobre aquela casa impregnou o nosso próprio conceito a respeito das meninas. Foi possível no contato com as meninas detectar em nós mesmos como o estigma social molda as representações que temos de certos grupos. Na verdade estas meninas são, na sua maioria, muito inteligentes, educadas e tão capazes quanto qualquer indivíduo da mesma idade que elas e isto nos surpreendeu.

Obviamente que elas são um pouco mais 'fechadas', com menos auto-estima e mais calejadas do que adolescentes de outros estratos sociais e outras trajetórias, mas estas meninas são muito mais inteligentes e espertas do que imaginávamos.

Nossa primeira equivocada impressão revela um preconceito, que é, na verdade um das formas do estigma a que elas estão sujeitas e que com a aproximação que tivemos pôde ser detectado e desmentido, como previu GOFFMAN (1975, p.51).

"Quando há discrepância entre identidade social real de um indivíduo e sua identidade virtual, é possível que nós normais tenhamos conhecimento desse fato antes de entrarmos em contato com ele ou, então, que essa discrepância se torne evidente no momento em que ele nos é apresentado."

Além de um estigma externo (isto é, cultuado pelas pessoas com quem as internas se relacionam), há a produção de uma auto-imagem negativa no próprio indivíduo, pautada no fato dele pertencer ou ter pertencido à uma instituição que é vista depreciativamente pela sociedade. As crenças daqueles que as estigmatizam acabam sendo incorporado pelas meninas. O que é o aspecto mais grave e mais danoso para elas.

É surpreendente perceber o quanto uma auto-imagem negativa está arraigada nas moradoras da República Nova Esperança. No clima da casa, na postura das meninas perante nossa presença e perante as educadoras: quase sempre cabisbaixas, caladas, com expressões de tristeza.

Evidentemente não podemos afirmar que isto se deve única e exclusivamente ao fato de estarem abrigadas nesta casa; pois todas estas meninas tiveram uma trajetória de vida, em menor ou maior intensidade, bastante dolorosa. Entretanto podemos afirmar, pelo desenrolar desta pesquisa, que elas sofrem muito o peso do estigma.

Algumas meninas disseram e relataram situações de preconceito por sua condição (algumas serão descritas adiante), disseram ter passado pela experiência de uma namoro dificultado ou impedido pela família do namorado por elas morarem no projeto, a dificuldade de relacionar-se na escola, entre outras situações.

Pela sucessão de situações como estas, algumas internas nos contaram que quando conhecem um menino ou estão em processo de estreitar os laços de

amizade com alguém “vão logo avisando que são ‘de república’ que é pra não ter problemas mais tarde.”

Entrevistador - *Como se apresentaria a alguém?*

Kátia - *“eu iria dizer que eu sou a Kátia, que eu moro numa república de meninas entendeu? E que eu não tenho mãe nem pai, o que eu sempre falo pra todo mundo e eu acho que é assim, quando eu conheço alguém, logo eu tenho que falar de cara que eu moro numa república que só tem menina que eu não tenho família entendeu? Por que se for pra ser meu amigo tem que me aceitar do jeito que eu sou entendeu? Porque eu fico com medo de ir prolongando a conversa e chega no final você fala e as pessoas se decepcionam com você, tem que falar de cara”*

Uma postura como esta demonstra claramente uma auto-imagem já deteriorada por um estigma, produzido socialmente, incorporado. Como escreveu GOFFMAN (p.17):

“Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tomando-o intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que deveria ser (...) A presença próxima de normais provavelmente reforçará a revisão entre auto-exigências e ego, mas na verdade o auto-ódio e a auto depreciação podem ocorrer quando somente ele e o espelho estão frente a frente”

Não é novidade que adolescentes que já habitaram instituições ‘correcionais’ como as conhecidas Febem’s sofrem deste estigma, que é tão forte e similar ao que sofrem os ex-presidiários. Este novo modelo de instituição foi concebido e colocado em prática, entre outras coisas, para diminuir os efeitos danosos que o estigma de ter sido internado numa instituição total acarreta ao indivíduo. Continuaremos portanto, durante nossa descrição da vida das meninas internadas neste tipo de instituição, analisando alguns aspectos relacionados a esta questão. Nosso objetivo é saber como as meninas percebem a sua própria situação e como são vistas por sua comunidade e pelas pessoas que trabalham e se relacionam com elas, para tentar verificar fatores de existência de estigma e suas conseqüências.

RESUMINDO

Apesar da República possuir algumas características de uma instituição total, ela não é uma instituição total.

As características de instituição total que ela possui deve-se ao fato das meninas não escolherem entrar na instituição; ao excesso de regras e à postura de algumas educadoras, e o estigma.

A menina não escolhe entrar para a República Nova Esperança, e mesmo contra sua vontade é enviada para lá, por proteção, já que está ameaçada e não é ainda, um adulto capaz.

As regras, inclusive as de horários são necessárias à disciplina, ao bom andamento da casa, e as seus objetivos de proteção e preparação do indivíduo para a vida adulta.

O problema das educadoras despreparadas pode ser sanado e não compromete, portanto, a essência dos objetivos e métodos deste modelo de instituição, e nem tampouco é forte a ponto de se parecer com o tratamento das equipes dirigentes típicas de instituições totais.

O estigma é um fenômeno que atinge (em maior ou menor grau) a todas as meninas que ingressam ou já estiveram na instituição, e é um aspecto degradante da imagem das meninas perante a sociedade e conseqüentemente extremamente prejudicial à auto-imagem de cada uma delas.

Mesmo com o caráter maléfico do estigma, existem, no interior da República, mais benefícios que privações. Apesar das características nocivas, a proteção, o conforto e possibilidades de ações no mundo externo que as internas desta República possuem, jamais nos daria a possibilidade de classificá-la como uma instituição total.

4. O QUE É SER DA REPÚBLICA?

As meninas da República Nova Esperança: 'educandas', termo pelo qual as meninas são denominadas no interior da instituição, são adolescentes entre 12 e 17 anos, 18 é a idade em que as meninas deveriam deixar o programa (existem algumas mais novas quando há casos de terem irmãs na mesma casa ou quando são meninas que estão em abrigo provisório; também existem algumas meninas com mais de 17 anos que ainda não tem condições econômicas de saírem.

Estas meninas estavam em situação de risco, por conta de maus tratos, negligência, exploração, violência dos pais ou responsáveis; pelos pais ou responsáveis não terem condições morais, financeiras ou emocionais de mantê-las e educá-las; ou ainda por serem órfãs, ou estarem esperando alguma decisão judicial de guarda ou adoção. A maioria delas nunca esteve na rua, nem na Unidade de Nível 1¹.

Com relação à idade, encontramos no interior da República, segundo o controle interno da direção da casa, o seguinte quadro:

TABELA 1 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR IDADE – 2003

IDADE	QUANTIDADE DE MENINAS
11 anos	1
13 anos	4
14 anos	5
15 anos	3
16 anos	3
17 anos	4
18 anos	4
20 anos	2
Total*	26

FONTE: Direção da República Nova Esperança.

*Total considerando as meninas que se encontravam na casa até dia 14 de janeiro de 2003 incluídas as fichas de três meninas que saíram da casa há pouco tempo.

¹ Ver p. 7

As meninas desta casa não são encaminhadas para lá por estarem cumprindo nenhum tipo de penalidade judicial e a maioria diz nunca ter cometido infração. Elas são adolescentes em situação de risco por conta de não terem onde ficar, por serem órfãs, ou pelo fato dos pais ou responsáveis não terem condições econômicas, emocionais ou 'morais' para tomar conta delas.

Apenas algumas têm ou já tiveram experiências com drogas e apenas três (até o dia 14 de janeiro de 2003) eram procedentes da Casa das Meninas de nível 1 da Secretaria, e mesmo assim, só vieram para cá por serem consideradas obedientes, identificadas com o projeto e por não terem vínculo com a rua. Este aspecto dá a esta casa um perfil de meninas muito diferente das que se encontram na casa de nível 1 como descreve a educadora:

Soraia- "Então, é diferente porque o trabalho aqui é muito mais tranquilo do que lá. Tanto que hoje eu não trabalharia numa casa de nível 1, porque o desgaste é muito forte, é muito forte mesmo. De você estar trabalhando direto com este confronto permanente assim, e tal. Assim é muito mais tranquilo, se vê, as meninas são um doce em vista do que eu já passei, de separar briga de faca de tirar droga da menina a força e tal... aqui você não vê isso. Isso definitivamente não acontece. É uma coisa ou outra, uma discussão, uma coisa muito mais simples. O trabalho aqui é muito mais tranquilo, então ele é diferente porque eu não trabalho mais assim o grupo, aquele trabalho meio que heróico de estar ali, de sabe ir para a rua e tal, entrar em mocó que a gente fazia bastante ou vinha o namorado da menina que queria entra à força no projeto e tal, e... mas você tem um trabalho maior assim, você pode sentar com uma menina e conversar, você leva num teatro. É um trabalho totalmente diferente, né? Que antes era de resgate."

Todas as educandas entrevistadas já passaram por situações traumáticas² algumas sofreram violência sexual (na grande parte dos casos praticados pelos padrastos, em alguns outros pelo pai), a maioria sofreu violência física, algumas estiveram um breve período na rua. Todas as meninas da casa estudam (é uma obrigatoriedade da casa e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente), em escolas públicas próximas da RNE. Seis meninas trabalham atualmente, e as maiores de treze anos estão nos programas profissionalizantes da prefeitura (Formando o Cidadão e Menor Aprendiz).

---

² Como situação traumática estamos considerando agressões morais ou físicas, estupro ou tentativa de estupro e quando a jovem presencia situações de violência física ou uso de drogas dentro de casa. Como se pôde notar no capítulo 3.1 em que se comenta o estigma, o próprio fato de se morar nesta casa, ou deixar sua vida anterior e entrar numa instituição do gênero já representa uma experiência traumática.

Todas as meninas são oriundas dos estratos econômicos mais baixos. A maioria delas veio de Curitiba ou região metropolitana e como se pode perceber por este levantamento (relatório abaixo), aquelas que não possuem absolutamente nenhum parente biológico são minoria.

Em entrevista, a psicóloga ³ nos revela suas impressões sobre as meninas.

Entrevistador – *“Quem são estas meninas? Quais são as principais questões delas?”*
 Psicóloga – *“São meninas com uma carência muito grande, uma carência afetiva, financeira, social muito grande. São meninas que elas vem de lares desfeitos. Então como faltou muito pra elas, de suporte básico de segurança básica, dos primeiros anos de vida, que o que falta muito pra elas. Então basicamente assim, de maneira resumida, são meninas que faltou no começo do desenvolvimento delas, a segurança básica, a questão de valores, então tudo isso é muito distorcido pra elas.”*

A partir dos documentos que nos foram concedidos pela direção da instituição encontrava-se o seguinte quadro (meninas que estavam na casa até dia 14 de janeiro de 2003 incluídas as fichas de três meninas que saíram da casa há pouco tempo):

TABELA 2 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR SITUAÇÃO DO PAI – 2003

SITUAÇÃO DO PAI	QUANTIDADE
Falecido	8
Desconhecido, Desaparecido ou com outra família. (situação em que não reconhece a menina como sua filha)	9
Usuário contumaz de álcool ou drogas	5
Sem condições econômicas ou de saúde	4
Total	26

FONTE: Direção da República Nova Esperança.

³ Profissional voluntária que trabalha com as meninas desde setembro de 2002 com grupos, através da técnica de arte-terapia, durante quatro horas por semana.

TABELA 3 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR SITUAÇÃO DA MÃE – 2003

SITUAÇÃO DA MÃE	QUANTIDADE
Falecida	10
Desconhecida ou desaparecida	2
Abandonou a família	8
Usuário contumaz de álcool ou drogas	3
Sem condições econômicas ou de saúde	3
Total	26

FONTE: Direção da República Nova Esperança

Obs: Duas das mães que já faleceram eram alcoólatras, uma era drogada e estava no tráfico. Uma mãe que abandonou as filhas estava na prostituição .

TABELA 4 – QUANTIDADE DE MENINAS DA REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR VÍNCULOS FAMILIARES – 2003

VÍNCULOS FAMILIARES	QUANTIDADE
Pai	3
Mãe	2
Irmandos	10
Avô ou Avó	4
Tios e padrinhos, tias e madrinhas	4
Sem nenhum vínculo	3
Total	26

FONTE: Direção da República Nova Esperança

Importante perceber por este levantamento que existem apenas 3 meninas que não tem nenhum tipo de vínculo familiar, apesar de não significar que os parentes estejam em condições ou dispostos a ficar com elas.

4.1 AS MENINAS E AS SUAS TEIAS DE RELAÇÕES

4.1.1 A Recepção e as relações entre educandas

Após passar pelas situações de violência da busca de uma vaga e da inserção abrupta num ambiente desconhecido e suspeito, a terceira violência que uma menina que é internada nesta instituição está sujeita é proveniente das que já são internas. Há um costume, que segundo as mais velhas é bastante antigo, que é o de ignorar e tratar mal as novatas. Um verdadeiro teste psicológico que o indivíduo novo na casa sofre por parte dos outros e que nos foi evidenciado por uma grande quantidade de meninas que relataram ter sofrido bastante rejeição por parte das internas nas primeiras semanas de República:

Milena – *“(...) Então a gente vem assim esperando que elas dêem um apoio e elas não principalmente as meninas né, elas não dão este apoio assim no começo. Depois que elas começam a te conhecer (...) é a primeira impressão que elas tem por isso que elas te tratam mal.”*

Entrevistador – *“Como você se sentiu?”*

Ariane – *“Super mal. Por que na época ninguém queria me aceitar, sei lá, achavam que eu era muito metida, sei lá, na verdade não tinha nada a ver, ninguém queria me aceitar. Eu olhava para as meninas as meninas me olhavam assim baixavam a cabeça e davam risada.”*

Entrevistador – *“Você foi mal recebida?”*

Milena – *“Aqui todas as meninas novas que vem pra cá elas são tratadas mal. TODAS... eu não sei por quê. As meninas de antigamente, as meninas antigas mesmo eram só meninas que vinham da rua, elas tinham aquela mania de chefe manda sabe, uma brincadeira, que quando você chegava aqui se você não fizesse você apanhava. E elas tratavam muito mal as meninas para as meninas se sentirem rejeitadas ou ficar com medo delas. E como elas começavam a tratar mal as meninas foi passando pras outras que foram vindo, as velhas foram indo e foi ficando. A primeira vez que eu cheguei aqui elas me trataram mal, super mal assim sabe. Tipo não falavam comigo ou qualquer coisinha que eu fazia elas não falavam comigo. Ninguém conversava comigo. Ai elas vão se aproximando de você depois de um mês ou dois meses que você mora aqui. Agora não é tanto mas antigamente era bem pior (...) Até hoje tem ainda assim um pouco disso, não é tanto como foi na minha época mas ainda existe”.*

Milena – *“Ah. Eu pergunto (pra novas) se elas gostam daqui e elas sempre dizem que não, todas, nenhuma fala que sim sabe, sempre falam que não. Todas sem exceção. Daí eu sempre falo, é bom morar aqui, você vai ver como é bom”*

Outras duas garotas manifestaram a mesma opinião:

Entrevistador – *“E quando você chegou aqui foi bem recebida?”*

Vanessa – *“Pelos educadores foi muito bem sabe, mas pelas meninas... todas meninas que chegam aqui em casa não é muito bem recebida sabe... Eu já falei eu não concordo com isso, mas é assim... Não sei por que acontece isso... a menina chega e já é metida, é assim as meninas aqui em casa.”*

Giovana – *“(...) ontem mesmo eu queria fugir daqui, por que eu não queria, as guria aqui são muito encenqueiras, não pode olhar assim pra elas que elas já ...a gente vai conversar com elas, elas levam tudo na brincadeira sabe. Eu não gosto disso. Ah sei lá... pra mim eu acho que elas são criança ainda, elas só sabem conversar tipo de piá, de homem, e eu já não sou assim, eu não tipo converso só, quero levantar minha vida de novo quero conseguir uma casa pra mim e pro meu filho, colocar ele na creche pra mim trabalhar, quero viver a minha vida, Elas são o contrário de mim. Elas pensam eu vou sair daqui, eu vou casar, elas só pensam em namorar eu já não eu sou diferente por isso que eu não gostei daqui, não me enturmei com as guria.”*

Abaixo o depoimento de uma menina que, no dia da entrevista estava há uma semana na casa:

Entrevistador - *“O que você está achando de ficar aqui?”*

Sheila – *“Ah sei lá eu não tô me dando bem em ficar aqui porque tipo assim, cê viu o tamanho das meninas e qualquer coisinha que acontece sabe? Elas me xingam sabe: me xingam de piranha, de vagabunda de filha da puta e eu tenho que ficar quieta. Eu pego abaixo a cabeça e saio pra não criar confusão e virar aquela discussão. Né que é pior ainda. Daí elas nossa elas me xingam de um monte de coisa, nossa eu fico quieta e elas humilham eu (chorando)... eu queria sair o quanto antes daqui por que eu não estou agüentando ficar aqui e eu acho que se Deus fosse bom ele não me deixava aqui.(...) então quero sair daqui o mais rápido possível, que eu pegue e fique com a minha mãe. E que minha mãe pegue um emprego.”*

A mesma menina, depois de algumas semanas estava alegre e entrosada com as demais, o que demonstra ser um fenômeno passageiro e restrito aos primeiros dias de estada na instituição.

Todas as meninas que ingressam na casa sentem-se mal recebidas e mal tratadas, assim como as mais antigas parecem sempre achar as novas orgulhosas. Leva-se alguns dias para que ambos os lados ‘baixem a guarda’ e comecem a interagir amistosamente. Esta espécie de ‘síndrome das novatas’, é, na verdade um processo de repelência mútua entre as ‘de dentro’ e as ‘de fora’. As ‘de dentro’ da casa, como acontece em muitas situações sociais, associam a estranha a uma ameaça.

A menina recém-chegada, além de não ter ainda se ambientado e se colocado como uma ‘igual’ às demais moradoras, recebe uma certa atenção

diferenciada por parte das educadoras. As educandas 'da casa' têm medo que a 'invasora' perturbe a ordem estabelecida, ou roube a sua tranquilidade, suas amigas, 'suas' educadoras, ou ainda que tenha um passado que possa denegrir o grupo.

Não é difícil imaginar o quanto isto é complicado para o indivíduo que está na fase de ingresso na instituição. Passando por todos os medos que descrevemos e necessitando adaptar-se à nova realidade social, conquistar e emanar confiança. E em meio a esta turbulência depara-se com esta barreira às suas tentativas de estabelecer laços afetivos com o grupo.

Sobre este processo podemos evocar a observação de Norbert Elias:

"(...) o rebaixamento da posição de um membro dentro da ordem hierárquica interna do grupo reduz sua capacidade de se manter firme na competição interna pelo poder e pelo status; nos casos mais graves, pode deixá-lo sujeito à pressão dos boatos depreciativos sussurrados à boca pequena ou até à franca estigmatização dentro do grupo (sem que ele possa revidar), que pode ser tão implacável e contundente quanto a estigmatização dos outsiders" (ELIAS, 2000, p.73)

Se para a novata esta situação é penosa; por outro lado este comportamento coletivo demonstra-nos que dentro da instituição está constituída uma noção de grupo entre as 'iguais' (educandas). O fato desta hostilidade ser generalizada é uma das regras internas do grupo. E o indivíduo, no momento que participa da agressão ao 'novato ameaçador' sente-se pertencente a algo que já existe.

No ritual de 'bater' nas novatas, as mais antigas partilham o prazer de sentirem-se superiores⁴ as novatas, reforçando a união do grupo e o sentimento de pertencimento de cada indivíduo. Este aspecto nos lembra Freud que via a intolerância e a agressividade como "o mais forte dos cimentos sociais"⁵

Ingressar na casa é uma decisão que, na maioria das vezes, não é tomada pela futura interna. Ao entrar ela vai ser obrigada, portanto, a se ajustar a uma situação que ela não esperava e que, na maioria dos casos, não desejava. Em primeiro lugar, apesar de não cortar totalmente os laços com o mundo externo, ela

---

⁴ "o direito de desprezar os outros acompanha, como um complemento indissociável, a estima (ou superestima) de si" COBLENCÉ, Françoise, **Ditadura da razão?** In SAHEL, Claude org **Tolerância: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993 (p. 30)

⁵ FREUD, Sigmund in COBLENCÉ ibid., p 28.

vai abandonar uma rotina a que estava acostumada antes e se ajustar tanto às normas da instituição, quanto à nova teia de relações com as diferentes pessoas com quem vai passar a conviver dentro e fora da instituição. Ela sofre, portanto, um contato interpessoal imposto, uma relação social imposta. E, principalmente por se tratar de um grupo onde o tempo de convívio é intenso, estas novas relações trarão também uma nova visão de si mesmo. Como disse ELIAS (2000, p.38) “A opinião grupal tem, sob certos aspectos, a função e o caráter de consciência da própria pessoa(...) O auto-controle individual e a opinião grupal estão articulados entre si.”

BERGER e LUCKMANN (1973), neste aspecto também contribuem com esta passagem sobre o que eles chamam de alternância, que diz respeito a uma grande mudança de ambiente e/ou grupo na vida do indivíduo, ao adaptar-se a uma nova micro-sociedade: “A alternância exige processos de re-socialização. Estes processos assemelham-se à socialização primária, porque têm radicalmente de atribuir tons à realidade e por conseguinte devem reproduzir em grau considerável a identificação fortemente afetiva com o pessoal socializante que era característica da infância.” (p.208)

Temos que concordar com estes autores. O indivíduo, não só lê a sociedade através do grupo, como a sociedade se relaciona com o indivíduo através do grupo que ele pertence. Isso significa que no tempo em que estiver no interior da instituição, e até depois, a auto-imagem e o auto-respeito da educanda estão vinculados a este grupo em que estão inseridas. E é a ‘linguagem’, o código de representações deste grupo que ela tem que aprender a falar.

Lembramos ainda a contribuição de Denise JODELET (1991) sobre a questão das representações. Segundo Jodelet, a importância das representações sociais reside no fato de que não somos indivíduos isolados. Elas nos guiam para uma forma de nomear, interpretar e definir (juntamente com os demais) os diversos aspectos da realidade do dia-a-dia. “*Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constróem uma visão consensual da realidade para esse grupo.*” (p.34)

Desta forma as representações sociais conduzem nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações e intervêm nos processos de difusão e assimilação de conhecimentos e na definição de identidades pessoais e sociais.

Dentro do processo de adaptação à uma nova realidade que Berger e Luckman chamaram de alternância, que é o processo de reorganização da própria vida em novas bases simbólicas e de representação; a grande ferramenta de construção da identidade do sujeito é com os 'iguais' (no caso, no interior da RNE, as demais educandas). E aqui nos lembramos das questão de *alteridade*. Que, para Hannah ARENDT (1985, p.139) "é uma capacidade que se manifesta não por condicionamentos, mas pelo estímulo da presença do outro com quem se deseja estar com quem se pode partilhar e expressar aquilo que há de distinto e comum em tudo o que existe."

Se é o grupo que me dá as representações e simbologias, a comunicação com os 'iguais' é fundamental para nos situarmos enquanto grupo, mas também enquanto sujeito, como nos lembram BERGER e LUCKMAN(1973), "não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros". (p.40)

Sobre a questão podemos, ainda, invocar Hannah Arendt "A alteridade é, sem dúvida, aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e o motivo pelo qual não podemos saber o que uma coisa é sem distingui-la de outra" (...) "distinguir-se ao invés de permanecer apenas diferente" (...) "Encontrar através da vivência com o outro, a própria singularidade, sua própria imagem, a própria singularidade o eu latente." (ARENDT, 1985, p.190) A alteridade, ou o encontrar-se, situar-se através do outro, é condição para que o sujeito se constitua, ou seja, a possibilidade de partilhar a si próprio.

O próprio GOFFMAN (**A Representação do eu...**, 1983) dizia que os indivíduos se comportam com base no significado que vêem nas interações sociais. O espaço mais importante na construção do sujeito dentro da RNE é o das interações sociais decorrentes dos laços de amizade. Através da relação com os iguais e dos laços verdadeiramente afetivos que as meninas estabelecem com outras educandas e com educadoras as faz sentirem-se parte de um grupo.

O valor do indivíduo dentro do grupo está diretamente vinculado às relações de amizade, neste sentido são fundamentais as relações de amizade, como já proclamou Goffman: "Mais importante, como influência reorganizadora, é o processo de confraternização, através do qual pessoas socialmente distantes desenvolvem

apoio mútuo e resistência a um sistema que as forçou à intimidade numa única comunidade igualitária de destino” (GOFFMAN, **Manicômios...**, 1996 p. 55)

Pudemos constatar, no período de observação, que as meninas no interior desta República, têm boas relações entre si. Observamos algumas pequenas brigas e discussões de menor monta (a maior parte delas por causa da escala da limpeza, e uma boa parte por causa de objetos pessoais desaparecidos) e ficamos sabendo através dos relatos das educadoras no livro de ocorrências de episódios com brigas mais sérias (com violência física) entre as meninas. Consideramos que as brigas também fazem parte dos processos de consolidação da amizade, amadurecimento, alteridade, enfim, o conflito é parte do processo de identificação.

Podemos dizer que existem fortes relações de amizade dentro desta casa. Todas dizem que não se dão bem com algumas, que não se relacionam com todas, mas nenhuma das meninas que já estão há mais de um mês na casa (depois da ‘quarentena inicial’) fica ‘isolada’. Pudemos perceber observando a casa e ouvindo as entrevistas, a existência de “panelinhas” que sofrem bastante variações no decorrer do tempo, há uma rotatividade intensa das meninas que ‘andam juntas’ e uma rotatividade menor entre as ‘melhores amigas’.

Na atualidade este grupo se caracteriza mais pela convivência nestas “panelinhas”, não há um forte espírito de unidade ou sentimento de coletividade geral. As meninas mais antigas dizem que durante a administração anterior o grupo era muito mais unido. O que é compreensível já que se trata de uma época em que a rotatividade de meninas era bem menor.

Todas as meninas entrevistadas dizem ter duas ou três amigas ‘de verdade’ entre as educandas. Quando as meninas consideram-se bastante amigas elas chamam-se de ‘irmãs’, não raro fizemos confusões por conta disso devido a maneira muito natural e convincente com que dizem: *“Ela é minha irmã”*. As amizades mais fortes estão mais presentes entre meninas de idades mais próximas e entre meninas que fazem os mesmos cursos ou freqüentam a mesma escola.

Os depoimentos abaixo são ilustrativos das características que acabamos de apontar:

Melina – *“Aqui tem lados ruins mas você acaba acostumando. Os lados ruins é: Você mora com trinta meninas e nem com duas você se dá bem, você não vai com a cara*

ou você não gosta do jeito, se dar bem se dá, mas é aquela coisa de colega entendeu.”

Ariane – “...eu me dou bem com todas, mas amiga mesmo é uma ou duas (...) Todas são assim, cada uma é assim, eu falo com todas, tem meninas aqui em casa que não se falam há anos. Imagine morar na mesma casa e não falar com a pessoa é dose né?”

Entrevistador – “Você acha que tem ‘panelinhas’?”

Flavia – “Tem, é sempre duas três, duas três, duas três que se dão melhor (...) mas isso depende um pouco do tempo que você convive com a pessoa. Por exemplo eu a V. e a M.. Se a gente faz curso junto, a gente vai pro mesmo colégio a gente acaba se tornando amigas por que a gente faz as coisas junto. Entendeu? É assim que se formam as panelinhas. (...) As meninas passam um certo medo assim pra você. Não digo da minha parte por que eu sou uma das mais velhas assim sabe?”

Cláudia – “Tenho umas duas amigas mesmo. Tem dias que você tá de bem com todo mundo, tem dias que elas nem olham na sua cara entendeu...andam muito estressadas, tem vezes que é um saco. A menina que eu mais converso aqui é a M., nossa relação é boa, só que a gente tem discussões, qualquer amizade tem.”

Entrevistador – “E entre as meninas tem muita briga, muita panelinha?”

Vanessa – “Tem, panelinha nossa é o que mais tem aqui em casa. Antigamente no começo quando eu entrei aqui não tinha panelinha. As meninas eram bem unidas hoje em dia já não, tem bastante panela.”

Nos foi relatado pelas educadoras e confirmado pelas dinâmicas que realizamos, que há um *status* maior das meninas de mais idade e das meninas que estão há mais tempo morando em instituição (seja nesta casa ou não). As meninas mais “fracas” (termo usado por elas mesmas) são, normalmente as recém chegadas e mais novas. É perceptível desde o tratamento que as novatas recebem e pela participação nas dinâmicas. Quando as mais velhas estão presentes as menores nunca se manifestam.

Entrevistador – “O que você diz assim as mais fracas? As menos respeitadas?”

Milena – “Isso se elas são de um grupo elas são as capacho assim, as que as meninas mais pisam assim. Acabam se submetendo a qualquer coisa para ser amiga daquelas menina sabe, se submetem a qualquer coisa e quem acaba sempre levando sempre são as mais fracas.”

“...quando cheguei vi a Bere. uma menina de sete anos que está na casa provisoriamente junto com uma irmã mais velha e ela estava com metade das sobancelhas raspadas: - O que foi isso? – perguntei. E a irmã dela falou: “ela é uma boba as meninas ficaram tirando sarro da sobancelha dela e ela foi lá e raspou”
[Nota do diário de campo do dia 13 de novembro de 2002]

Existe uma rejeição às meninas que vieram de nível 1, ou que tiveram experiência de muito tempo de rua ou de infração (que são raras nesta unidade).

Segundo uma educadora: "Elas mesma rejeitam as meninas que tem problemas mais sérios as próprias meninas rechaçam as que já tiveram uma vivência de mais 'marginalidade', na rua, no tráfico, na prostituição ou que já cometeram infrações."

Este tipo de atitude (que também tem a ver com o 'estranhamento inicial' que acontece quando uma menina nova chega na casa) revela desconforto em presenciar e ter dentro da instituição alguém, que segundo as crenças das próprias meninas, tem a concretização do estigma (que no caso é a ficha na polícia, a experiência com drogas e tráfico, o homossexualismo, a prostituição). Apesar de só existirem na casa três meninas que vieram de instituição de nível1, é perceptível como elas estão integradas. Demonstrando que a ojeriza inicial era mais uma questão de segregação por poder e projeção do estigma.

"Dada a ambivalência da vinculação do indivíduo com a sua categoria estigmatizada, é compreensível que ocorram oscilações no apoio, identificação e participação que tem entre seus iguais. Haverá "ciclos de incorporação", através dos quais ele vem aceitar as oportunidades especiais de participação intragrupal ou rejeitá-las depois de havê-las aceito anteriormente" (GOFFMAN, *Estigma...*, 1975, p.47)

O fato delas estarem compartilhando aquele espaço com um número elevado de meninas (para os padrões de família da nossa sociedade atual) não representa apenas desvantagens. Tem-se mostrado até mais eficaz do que algumas famílias adotivas, já que as meninas estão em certa igualdade. Como já se pudemos perceber por alguns relatos de educadoras e educandas, a convivência em famílias adotivas despreparadas (que são maioria entre as experiências que soubemos) são repletas de estigmas e situações depreciativas para as meninas.

4.1.2 As relações com o observador

Como já foi comentado, pudemos constatar a presença de uma visão estigmatizante no próprio observador: nossa primeira impressão é de que encontraríamos meninas muito mais limitadas intelectualmente falando, muito mais feias e mal educadas. E na realidade elas não são nada disso. Também é uma visão de estigma presente no observador o fato de surpreender-mo-nos ao saber que elas gostam de fazer (e fazem) outras coisas que as outras pessoas 'normais' também gostam: ir ao cinema, assistir vídeo, ouvir músicas, dançar, fazer curso de inglês,

praticar natação. Constatamos que elas não são limitadas em termos de capacidades de aprendizagem quando se imaginava. Esta nossa visão preconceituosa nos remete às observações de Goffman.

“Quando há discrepância entre identidade social real de um indivíduo e sua identidade virtual, é possível que nós normais tenhamos conhecimento desse fato antes de entrarmos em contato com ele ou, então, que essa discrepância se torne evidente no momento em que ele nos é apresentado.” (GOFFMAN, *Estigma...*, 1975, p.51)

“Se ele (o estigmatizado) desempenha qualquer atividade com destreza e segurança, provoca o mesmo tipo de admiração que um mágico que tira coelhos da cartola” (ibid. p.24)

De modo geral fomos muito bem tratados pelas meninas o tempo todo. Algumas eram mais quietas, outras nos cumprimentavam com mais ânimo, algumas ainda começavam a se aproximar um pouco mais, outras chegavam a cobrar a nossa atenção e amizade.

“Algumas meninas querem ser mais próximas, fazem perguntas pessoais, outras chegam a ser ‘intransigentes’ como a Déia⁶ que reclamou, gritou e fez birra dizendo: ‘Você só dá atenção para as outras, eu também quero explicação, também tenho lição!’ . ‘Jeanine está me adotando como pai não sei até que ponto não estou fazendo o mesmo. Me pediu dinheiro uma vez pra vaquinha de um presente para a educadora, (aqui tem muitos aniversários), hoje me perguntou se eu vou assistir a apresentação dela do Dia das Crianças. Joana, uma menina que sempre me cumprimenta com um beijo me cobrou: ‘É Dani, nem fala mais com a gente né?’. Outro dia, quando falei que ia embora a L. disse: ‘Ah você já vai, eu queria te amarrar nesta cadeira’ [Notas do diário]

A manifestação da Déia relatada acima é o que Freud chamaria o ‘Amor do chefe’: “A identificação dos subordinados uns com os outros é tornada possível pela idealização do chefe, colocado pelos participantes no lugar de seu ideal do ego.” A hostilidade dos ‘subordinados’ vem do pensamento de que “já que não se pode ser o privilegiado que ninguém o seja.” (COBLENCÉ, 1993, p.30)

Todas as educandas, sem exceção, sempre nos trataram com muito respeito, com admiração (isso também vale para as educadoras⁷) e até mesmo como se eu fosse alguma autoridade que se deve respeitar.

⁶ Ao ser transferido do diário para este documento os nomes reais deste trecho foram alterados por nomes fictícios.

⁷ [Nota de 14 de janeiro] Todas as educadoras demonstram admiração e respeito por mim, a Renata disse a uma menina com quem estava brigando “ Como você acha que o Daniel chegou aonde chegou?”. Enfim, fazem tudo que eu sugiro e peço, respeitam muito a minha opinião.

Como já foi mencionado, o fato de entrarmos como professor de reforço voluntário na República fez com que, aos poucos, e principalmente no período de janeiro (quando estávamos diariamente na casa) nos tornássemos cada vez mais uma pessoa pertencente à rotina da casa que não causava (tanto) constrangimento.

Porém, é muito interessante notar como o constrangimento surge muito intensamente quando fazemos alguma dinâmica em que propomos um debate para que elas manifestem as suas opiniões. Neste momento sentimos como se as estivéssemos torturando, elas parecem odiar estar ali sentindo-se em evidência. Nas aulas de reforço escolar elas dificilmente iam por conta própria, eram quase sempre ‘empurradas’ pelas educadoras; mas não se mostravam tão infelizes quanto nas dinâmicas, quando ficam caladas, cabisbaixas, com expressões faciais de desânimo, apatia ou irritação; parecendo ter muito medo. Poucas demonstram vontade de participar do debate. Isso foi detectado em todas as vezes (cerca de dez) em que fizemos este tipo de trabalho. Estas posturas das meninas nestas situações são muito bem interpretadas por Goffman.

*“Assim, surge no estigmatizado a sensação de não saber aquilo que os outros estão “realmente” pensando dele. Além disso, durante os contatos mistos⁸, é provável que o indivíduo estigmatizado sinta que está “em exibição” e leve a sua autoconsciência e controle sobre a impressão que está causando a extremos e áreas de conduta que supõe que os demais não alcançam” (GOFFMAN, *Estigma...*, 1973, p.23-24)*

“Sugiro então, que o indivíduo estigmatizado terá motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada. Assim, deve-se suspeitar que nós, normais, também acharemos estas situações angustiantes. Sentiremos que o indivíduo estigmatizado ou é muito agressivo ou é muito tímido e que, em ambos os casos está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações”. (ibid., 27)

Por mais que nos considerassem muito, não chegamos a criar vínculos de amizade tão fortes quanto os que elas mantém com as educadoras com nenhuma das garotas. Mas ao mesmo tempo quando nosso trabalho de professor surtia efeitos evidentemente sentíamos uma grande satisfação (principalmente quando a disciplina em questão era matemática, que nunca foi a nossa especialidade).

---

⁸ Contato misto para Goffman, é uma situação social em que estigmatizados interagem com ‘normais’.

“Fiquei dando aula pra aquela menina simpática e animada que se chama R.. A primeira coisa que ela me mostrou foi uma prova que ela fez depois da nossa primeira aula. Valia 3 e ela tirou 2,6, fiquei contente.” [Nota de campo]

4.1.3 As relações com vizinhos, colegas, namorados

A relação com a comunidade é bastante ambígua. Existem meninas que dizem ter amigos na vizinhança, jogam bola com os outros moradores na cancha de areia ao lado da casa, paqueram os garotos, algumas tem namorado vizinho. Mas a maioria das declarações que ouvimos sobre as relações com a comunidade local revelam muito mais preconceito contra as meninas da República, medo e desinformação por parte dos vizinhos; o que contribui para a estigmatização da casa e de suas internas. Os relatos das meninas são bastante reveladores neste sentido.

Este não é um fenômeno somente deste local, uma educadora que está no projeto há muitos anos nos contou que em novembro de 93 estavam sendo expulsas da região onde moravam “a comunidade não queria mais a gente lá de jeito nenhum”. Mas a vizinhança atual e as escolas que as meninas freqüentam não fogem a regra. Algumas meninas declaram que já ouviram xingamentos e manifestações explícitas de preconceito por parte dos vizinhos. Há várias declarações de que as meninas são vistas como vagabundas.

Milena “E existe muito preconceito sim porque... na própria rua sabe, que a gente mora. Já teve uma ocasião que eu discuti com o vizinho da frente sabe , daí o filho dele tava ali conversando com a gente e ele pensou que a gente tava tipo dando trela pro filho dele e ele disse que não queria que o filho dele ficasse aqui. (...) Daí eu falei que a rua é pública. Daí ele falou é vocês ficam dando bola pra ele daí ele não sai mais daí. E eu falei, mas isso não é culpa nossa. Aí ele bem assim:” Volta pra FEBEM de onde vocês vieram por que eu tenho que trabalhar cedo!” Daí eu comecei a discutir com o homem, por que agente não é... aqui não é uma Febem entendeu, as pessoas falam sem saber”.

“Tivemos hoje mais um episódio lamentável com nossa vizinhança, a Sra C. veio à casa às 23 horas reclamar que seu irmão estava na grade naquela hora conversando com meninas que estavam no último quarto, fez várias colocações desagradáveis sobre a casa e sobre as meninas, disse que irá amanhã à nossa regional fazer uma reclamação e pedir posicionamento para evitar este tipo de coisa para evitar discussões pedi que procurasse a diretora durante o dia. Reuní as educandas na sala e adverti a todas sobre este tipo de situação que nos encontramos pelo comportamento de poucas “[Anotação do Livro de Ocorrência do dia 13 de janeiro de 2002]

Ariane – *“Tem pessoas que acham que aqui dentro é uma casa de vagabundas, lá na Francisca pensavam que era uma casa de putas, tanto é que ligavam pra perguntar quanto que era o programa, (...) aqui as pessoas ficam falando mal, por exemplo uma mulher ali na frente falou: E, isso daí só está aí pra tomar espaço, só pra pegar nosso dinheiro tacar no cú das guria”*

Entrevistador – *“Você sente preconceito por morar aqui?”*

Milena – *“Sinto. Não só sinto, como isso acontece. Por a gente morar aqui muitas pessoas... por exemplo na minha escola né. Por que não sei se você sabe nós temos Kombi aqui. Comigo nunca aconteceu por que eu evito este tipo de coisa. Mas tinha uma menina que estudava na minha sala, daí a Kombi foi buscar nós né, (...) Daí o menino bem assim: só faltou a sirene do resgate social! Tipo tirando sarro. Daí junto a sala inteira para zoar porque a Kombi vai buscar a gente. Daí começaram tudo a tirar sarro porque a gente morava numa casa tal.⁹*

E também já aconteceu uma ocasião dentro do ônibus que uma mulher, acho que ela não sabia que eu morava aqui, foi bem no começo que a gente veio morar aqui – porque eu morei na casa velha – quando a gente veio morar pra cá tinha mais três meninas dentro do ônibus né, E a mulher bem assim:- Ah você viu aquela casa de meninas que veio pra cá? Ah garanto que elas vieram lá da tipo, ela falou tipo que nem Febem. Ah são tudo marginal! E a gente ficou com vergonha de falar que a gente morava aqui sabe? A gente até ia falar não claro que não isso não é verdade, mas a gente ficou sem jeito assim sabe, ficamos só ouvindo ela falar. E muitas mães falam, ó se você não me obedecer você vai praquela casa ali, entendeu? Rola este tipo de preconceito. Os próprios vizinhos mesmo falam que depois que a casa veio pra cá ficou uma bagunça. Nada a ver, por que a gente mora aqui dentro, tem educador 24 horas, como que a gente vai ficar fazendo bagunça. Nem tem como. Mas sempre rola este tipo de preconceito da gente morar aqui, sempre tem, que as pessoas não conhecem a gente só vê a gente de vista e acham que a gente é um bando de marginal.”

A afirmação de que as mães da vizinhança falam para as filhas “se você não se comportar você vai para aquela casa” demonstra que as meninas passaram a ser o referencial do que não se deve ser. Como disse ELIAS (2000, p.147): *“ser bom significava não se comportar como se comportavam os jovens do ‘loteamento’”*

Conforme Goffman, podemos assim interpretar a ‘paralisia’ das meninas nesta situação:

*“(...)aqueles que são objeto de ataque não conseguem revidar porque, apesar de pessoalmente inocentes das acusações ou censuras, não conseguem livrar-se, nem sequer em pensamento, da identificação com o grupo estigmatizado sua própria consciência estava do lado dos detratores. Com essa incapacidade de revidar, os grupos socialmente ‘inferiores’ acabavam como que confirmando as fofocas e assumindo seu caráter de inferior.” (GOFFMAN, **Estigma...**, 1975, p. 31)*

⁹ A Kombi passou a ser um símbolo de estigma. Dá uma informação social: eu sou de projeto! Apesar de não ser a intenção da casa. Por causa desta questão da Kombi da prefeitura ir levá-las e buscá-las, algumas meninas dizem que pedem para a Kombi parar na esquina.

Outras entrevistas de uma educandas esclarecem o mesmo aspecto:

Entrevistador – *“Você já sofreu algum tipo de preconceito por morar em República ou orfanato?”*

Vanessa – *“No colégio... o pessoal zoa bastante... tipo quando a Kombi vai buscar a gente, eles ficam, ó o resgate social, ficam tirando... eu não ligo, mas tem menina que liga aqui casa... elas choram... mas eu não.”*

Entrevistador – *“Você gosta da escola? Tem amigos lá?”*

Jandira – *“Tenho amigos, mas nem todos eles são meus amigos, por que eles me criticam por causa que eu moro numa República”.*

Entrevistador – *“O que eles falam?”*

Jandira - *“Tenho duas amigas a Maria e a Márcia, são minhas amigas, as outras, eu não contei minha vida que eu morava numa República, elas aí você é de República você não fica comigo, não sei o quê, começa a falar, aumentar as coisas, falar pras minha amigas que... minhas amigas não ligam. Mas elas gostam de ser as mais que podem e isso me machuca, eu fico longe delas eu tento ignorar elas, mas não adianta elas ficam te atentando, te atentando para ter confusão”.*

Todas estas declarações demonstram com bastante nitidez que o fato das meninas morarem numa República mal vista pela comunidade (que a maior parte da vizinhança não sabe exatamente o que é) é um fator gerador de estigma. Tal estigma proporciona aos moradores desta República um status de inferior.

Se observarmos à afirmação de Hannah ARENDT (1985, p 66): “A admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome”, percebemos o quanto é agressivo e destruidor o tratamento que estas meninas recebem da vizinhança e das colegas de escola.

Esta crença de que a República é de pessoas inferiores (que a comunidade imagina que são infratoras, prostitutas, ou meninas de rua) acaba sendo incorporada pelas meninas. E vai compor o grupo de valores que irá determinar a sua auto-imagem. O autocontrole individual e a opinião grupal estão articuladas entre si e reproduzem o estigma.

Sobre a questão da Jandira (depoimento acima) ser isolada na escola, o comentário de Elias é bastante pertinente:

“Uma das normas (dos grupos estabelecidos) de grande importância é a de não se poder relacionar com os membros outsiders, já que eles são tidos como anômicos e o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros estabelecidos como uma “infecção anômica”. E como a auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo está ligada ao que os outros membros pensam dele, os estabelecidos não se arriscam a descumprir esta regra sob pena de ser tratado como um outsider” (ELIAS, 2000, p.26)

Joana - *"...Por que ele, ele , ele batia na Rose, que a Rose mentiu que ele engravidou ela, ela mentiu pra todo mundo daí ele deu um pau nela. Daí a gente começou a conversar na boa, começou a se dar bem, por que nenhuma menina gostava dele, ninguém conversava com eles. Por que eles começavam a falar mal da nossa casa. Que a gente era as putinha. A gente passava de a pé, a Denise, as velhas que moravam aqui, passavam escutavam ele chamar ai putinha, putarada. Daí as meninas quase foram no bar e enfiaram a mão na cara dele. A gente não era pra conversar com eles. Por isso que a nossa casa é mal falada. Pelas meninas da casa velha, as meninas da casa velha, as meninas que moravam nessa casa que já eram antigas. Era mal falada por causa disso. (...) o comentário lá fora que foi o A., não sei se foi o A. que falou, diz ele que ficam cuidando da nossa vida aqui dentro, que que a gente faz, eles nem sabem, ficam contando por aí pros vizinhos."*

"Às 23:45 chegou à casa uma viatura da guarda municipal. O guarda alegou que precisava fazer umas verificações pois recebera uma ligação telefônica da vizinha ao lado reclamando do som alto e ainda, segundo ele, da presença de meninos no interior da casa. Foram convidados a entrar e verificar que nenhuma das duas coisas estava ocorrendo. Algumas meninas realmente estavam no reforço ouvindo música e dançando, mas já haviam abaixado o som devido ao adiantado da hora. O aparelho em questão é meu e nem é muito potente a ponto de incomodar nossos prezados vizinhos." [Nota do livro de ocorrências de 17 de janeiro de 2002]

Com relação a esta postura da vizinhança podemos invocar novamente Goffman:

*"É freqüente as crenças coletivas serem impermeáveis a qualquer dado que as contradiga ou a argumentos que revele sua falsidade, pelo simples fato de serem compartilhadas por muitas pessoas com quem se mantém contato estreito. Seu caráter coletivo faz com que se afigurem verdadeiras. " (GOFFMAN, **Estigma...**, 1975, p. 129)*

Rosimeri - "E no trabalho também, se você fala que é do projeto as pessoas já te olham meio assim... será que esta daí não rouba? E qualquer pessoa, se falar que é de projeto elas pensam tudo de mal de você. Mas depois você tem que mostrar que não é bem assim, que a pessoa tem que conhecer"

Rosimeri - "Na escola o tratamento do professor, no caso né, por exemplo uma menina lá que não mora no projeto que é uma 'Patricinha' o professor atende na hora, agora você que é de projeto..."

A quantidade de relatos de preconceito por parte dos moradores e da comunidade e a intensidade de algumas manifestações de ódio de vizinhos nos instigaram e nos remeteram imediatamente à obra de ELIAS (2000); "Os estabelecidos e os *outsiders*", onde o questionamento dele é justamente sobre uma segregação entre comunidades. Ao consultarmos Elias, percebemos que comportamentos que vemos nestas manifestações de preconceito e rejeição, são fenômenos, inerentes (e até certo ponto necessários) a todas as sociedades:

“Trata-se da questão de por que a necessidade de se destacar dos outros homens, e com isso descobrir neles algo que se possa olhar de cima para baixo, é tão difundida e enraizada que, entre as diversas sociedades existentes sobre face da Terra, não se encontra praticamente nenhuma que não tenha encontrado um meio tradicional de usar uma outra sociedade como sociedade *outsider* (...) a série de exemplos não tem começo nem fim.” (...) “Parece que a autovalorização de indivíduos e grupos só é possível como resultado da desvalorização de uma outra pessoa ou grupo” (ELIAS, 2000, p. 208-209)

Para Elias este preconceito está calcado nesta necessidade das pessoas e dos grupos se autovalorizarem e no medo. No caso da República, o medo é um receio de uma ‘contaminação’ com um grupo considerado inferior, medo de macular a imagem do bairro e medo que as esposas e namoradas sentem de perder os seus maridos para as meninas da República, ou serem traídas.

No livro **Tolerância** (SAHEL, 1993), Françoise COBLENCÉ, se utiliza das idéias de Freud que reconhece a intolerância como natural e constitutiva. O próprio título do seu texto: **A ditadura da Razão?** demonstra que “a intolerância é tão natural quanto a agressividade”. Para ele “A intolerância mostra-se como um fenômeno natural, uma figura da agressividade instintiva do homem, figura intacta que seria ilusório julgar desaparecida ou policiada” (...) “o direito de desprezar os outros acompanha, como um complemento indissociável, a estima (ou superestima) de si” (COBLENCÉ, 1993, p.29,30)

Essa necessidade de desprezar o outro é esclarecida na mesma obra (**A Tolerância**) no texto de DENIAU (1993, p. 67-68):

“ A intolerância é produzida pela necessidade de fazer agir a angústia congelada, imobilizada nesse nó para o qual uma circunstância irá chamar o sujeito aliviando-o e liberando-o da culpabilidade do peso que experimentava.(...) Nessa confusão que assinala a infiltração do inconsciente, ele joga para fora, através de um discurso com pretensão universal, seu sofrimento íntimo que ele gostaria de mascarar. (...) Essa atitude de rejeição sempre ativa revela o traço de origem comum que se procura recalcar, fora da visão, fora do entendimento. O que deve ser destruído, apagado no interior do sujeito é levado para o exterior, e depois para o interior mesmo do grupo, por purificações sucessivas.”

Na mesma linha de pensamento encontramos Enriquez que no texto **O Trabalho da morte nas Instituições** (KAËS, 1991)

“A violência parece ser, assim, substancial para a vida institucional, na medida em que procede da legalidade que exige que os homens renunciem à satisfação das suas pulsões e na medida em que, fazendo isso, é capaz de reacender os combates entre iguais e favorecer o desejo das interdições; mas a violência institucional não se reduz à violência legal” (ENRIQUEZ, 1991, p.55)

O estigma das meninas não é do tipo visível, só é detectado quando a Kombi aparece, ou alguém as vê entrando na casa ou quando conta que mora na República. Isto lhes dá a possibilidade, quando afastadas das cercanias da República, de ocultá-lo (coisa que não é possível em outros tipos de estigma). Entretanto, em qualquer aproximação de maior intimidade (amizade ou namoro) ou para efeitos de relações comerciais e trabalhistas o estigma de ser institucionalizada vai acabar aparecendo, como já previu GOFFMAN (1975, p.98) “Toda relação obriga as pessoas nela envolvidas a trocar informações sobre uma certa quantidade de fatos íntimos sobre si mesmas como prova de confiança e de compromisso mútuo.”

“(...) mesmo quando alguém pode manter em segredo um estigma, ele descobrirá que as relações íntimas com outras pessoas, ratificadas em nossa sociedade pela confissão mútua de defeitos invisíveis, levá-lo-ão ou a admitir a sua situação perante a pessoa íntima, ou a se sentir culpado por não fazê-lo. De qualquer maneira, quase todas as questões muito secretas são, mesmo assim, conhecidas por alguém e, portanto lançam sombras sobre o indivíduo” (GOFFMAN, 1975, p.85)

Rosimeri - “Olha, eu tô com meu namorado faz um ano e um mês, mas no começo, pelo fato de eu morar na República, a mãe dele já não me aceitou muito bem. Por que quem tá lá fora, vê o projeto com outros olhos, acham que é uma FEBEM, um lugar que as meninas vão se prostituir, que é uma lugar que é só... mas é justamente o contrário né, quem vem aqui vê que não é bem assim, que as meninas trabalham, estudam que elas tão lutando né, e que o fato delas estarem aqui já é uma boa coisa né, pelo passado que elas tiveram. Mas as pessoas lá fora não conseguem ver dessa maneira. Mas nossa eu sofri muito com isso que ela não me aceitava. Agora que ela me conheceu que ela sabe como eu sou, agora a gente se dá bem, mas no começo foi difícil.”

Lembramos o que dissemos no capítulo 3.1, que é a questão mais grave do estigma, ou seja, o fato do próprio indivíduo identificar-se com a imagem que dele fazem, e adotá-la: “O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma “pessoa normal”, um ser humano como qualquer outro, uma criatura portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima” (GOFFMAN, 1975, p.16)

4.1.4 Família Adotiva

Foram relatados muitos casos de tentativas frustradas de adoção. Algumas meninas, antes de chegar ao projeto foram morar com famílias adotivas. E é

bastante significativo a quantidade de relatos sobre maus tratos, depreciação da adolescente, desconfiança de que a mesma esteja 'dando em cima' do pai adotivo, suspeita de roubo dentro de casa, ciúme dos irmãos adotivos. Uma educadora nos disse que muitas famílias adotam uma menina e acabam tratando-a como a empregada da casa. Demonstrando uma depreciação pela própria família que a adotou e um processo de estigmatização por aquela criança ser órfã ou já ter estado em instituições.

E fica claro pelos relatos que tivemos, que o fato delas acolherem as meninas não significa que elas também não as consideram como inferiores, como já disse Goffman:

"Não importa o que os outros admitam (na presença de um estigmatizado) eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em "bases iguais" (...) "Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os havia levado a prever e que ele havia previsto receber; ele faz eco a essa negativa descobrindo que alguns de seus atributos a garantem." (GOFFMAN, 1975, p.17-18)

Abaixo um trecho da entrevista de uma educadora.

Samanta - *"Isso é um caso que a gente sempre teve, desde o tempo do albergue assim, que as crianças são adotadas. Ah! Vê um bebezinho bonitinho lá... isso acho que estatisticamente você vai encontrar muito desse caso, que foi adotado por que era um bebezinho muito bonitinho, ah! por que eu sou linda maravilhosa eu vou adotar essa criança. Algumas vezes deve ter um número significativo de famílias evangélicas que fazem isso né? ... eu vou fazer minha parte pela sociedade e vou adotar esta criança. Daí o que acontece, essa criança cresce, e vai quebrar vidro, como toda criança e vai fazer arte e daí não vai aceitar isso, sabe? Falar ah não te quero mais e... esse tipo de família eu acho o mais terrível, porque...eu acho que a rejeição é maior ainda né? Porque você ser rejeitado quando você nasceu, a perda né... as meninas meio que tudo bem né... mas daí você ser adotado e daí ser rejeitado..."*

Entrevistador- *"Mas elas foram rejeitadas depois de vários anos?"*

Samanta- *"Depois de vários anos, tem casos bem assim."*

Entrevistador - *"Você cita bastante evangélicos por que há um certo radicalismo..."*

Samanta- *"É e acontece muito isso, deles fazerem essa coisa de... porque vê que tem um nenezinho... e ah eu vou pegar porque é meu dever religioso e esse dever é que complica, porque você vai adotar uma criança, não é por dever, você tem que realmente adotar, e não é 'como se fosse filho', tem que 'ser um filho'! Você vê um caso clássico, não sei se pode citar o nome... o da Vanessa, a Vanessa foi exatamente assim, ela foi adotada e ...(...)por que é o óbvio né. A criança vai crescer e vai começar a dar problema, dá dor de cabeça, toda criança dá dor de cabeça. Doze anos de idade a pessoa já... a Kátia a própria Kátia, foi adotada... só que quando os avós morreram é... os avós morreram e ela foi adotada por uma tia e a tia batia nela, daí no fim...As crianças viram adolescentes, e... daí já tão trabalhando, tão*

estudando, né, tão mais tranqüilas e ... já tão vivendo aqui, já passou a fase do tempo do conflito maior, aí elas querem de volta e tal, querem né... pegam pra visitar, e daí numa visita uma criança... um adolescente totalmente diferente daquelas brigas todas né, porque é o processo assim né. A criança começa... é criança, é adolescente, daí começa a ir pra aula, começa a trabalhar, quando começa a trabalhar eu acho que faz a diferença né. A pessoa começa a assumir responsabilidade, se socializa com outras pessoas, daí eles acabam querendo... né? Se aproximam mais."

Abaixo temos algumas declarações das meninas sobre este fato:

Andréa – “Quando eu nasci fiquei com minha mãe. Aí com um ano e um mês ela me deu. Aí eu fui conheci ela né (eu não lembrava dela, um ano e um mês você não consegue lembrar né?) eu fui conhecer ela eu tinha sete anos. Aí, isso lá no Paraguai, ela morava lá eu também com essa outra família. Aí deu um problema com esta família daí eles me deram pra minha mãe novamente, daí eu vim pro Brasil.”

Entrevistador – “Qual problema aconteceu?”

Andréa – “É que o homem, ele tentou...”

Entrevistador – “Abusar de você”

Andréa – “É. Aí a mulher descobriu tal, eu contei....”

Entrevistador – “Com sete anos?”

Andréa – “Isso antes, até foi com seis, porque daí até localizar minha mãe demorou quase um ano eu fiquei na casa da irmã dela. Ela não denunciou ele mas me tirou de perto. Aí eu vim embora com a minha mãe pro Brasil”

Kátia – “ah eu morava com meus avós, só que daí eles faleceram, eu tinha 6 ou 7 anos era uma coisa assim, eu não lembro direito, aí eu fui morar com minha tia, só que daí minha tia me fazia como empregada entendeu? E não deu muito certo, daí uma família me adotou e também não deu muito certo, daí uma família me adotou e também não deu muito certo por causa do filho deles que tinha a minha idade (...) só que também eles me batiam muito e os vizinhos reclamaram, né, aí eu fui pro juizado aí o juizado me encaminhou pro Hermínia Lupion, eu fiquei dos 9 aos 14, aí dos catorze até os 19 agora, eu to aqui na República (...) Ah tipo assim eu não vou tirar minha culpa, é que eu e o menino aprontava muito entendeu? mas tipo, não era coisa séria, era coisa de criança, entendeu? não precisava ele me bate daquela forma, só que eles batiam só em mim e nele não, entendeu? Por que ele era filho e eu não”

Vanessa - “No começo era maravilhoso assim... daí depois as minhas irmãs foram começando a ficar com ciúmes, por que comigo era quatro né, Minha mãe tinha ciúmes do meu pai, achava que eu tinha um caso com ele né, aí eu peguei e fugi de casa, daí eles me pegaram, daí eu fugi de novo daí eles me pegaram e me trouxeram pra Madre Antônia. Antes morei três meses com a minha tia. Minha tia via que não era verdade que eles começavam a inventar um monte de coisas assim. Daí ela viu que não era verdade e perguntou pra mim se eu não queira morar com ela. Daí eu não sabia direito o que dizer... daí não dei respostas, daí nisso a minha mãe me pegou e me levou pra madre Antônia”.

Milena – “Meus pais adotivos resolveram se separar e começaram a resolver os problemas deles começando por mim, por isso vim parar nesta instituição”

Como é perceptível pelos depoimentos não é raro que estas adoções acabem não dando certo e que as famílias acabem ´devolvendo´ a menina para o conselho

tutelar ou juizado. O que, sem dúvida traz como conseqüências, seqüelas bastante graves ao auto-conceito daquela garota. Elas passam a ter muita dificuldade em lidar com a rejeição, sentem-se culpadas, e têm maiores dificuldades de relacionar-se intimamente (criar vínculos) com as pessoas, passam a ser desconfiadas e têm medo que a história se repita.

5. EDUCADORAS – UM CASO PARADIGMÁTICO

5.1 EDUCADORAS

Existem na casa 10 educadoras em turnos alternados de forma a ter um acompanhamento 24 horas. Existem quatro educadoras que sempre estão na casa em duplas que se revezam para a vigília. Não existem educadores homens nesta Unidade.

Somente 2 educadoras e a diretora tem curso superior, as demais possuem Ensino Médio completo (que é a única exigência para se trabalhar no projeto) além de ser aprovada no concurso público. Como nos informa a diretora da casa: “O treinamento é feito pela prefeitura durante o tempo que elas estão trabalhando, treinamento constante, existe um inicial para que elas conheçam como funciona a área que elas estão trabalhando, aqui no caso é o abrigo; conheçam o organograma e toda área... existe o inicial que é de vinte horas, que elas já fizeram... todas fizeram”

Entre as educadoras que estão na casa durante o dia, cada uma fica responsável, além do controle geral do bom andamento da casa e das meninas, de controlar com mais cuidado um setor: uma cuida de contatar as empresas onde as meninas trabalham, dos cursos e da documentação, outras ficam encarregadas de estar em contato com as famílias das meninas, outra cuida dos procedimentos relacionados à saúde (agendar consultas, encomendar remédios e administrá-los), e outras duas cuidam mais especificamente do acompanhamento escolar.

Além dos cursos e desta divisão de responsabilidades existem dois documentos (apresentados abaixo) que são transmitidos às educadoras quando elas começam a trabalhar na casa. Um contém as atribuições e regras e o outro determina conduta do Educador.

Quadro 2 – Documento que estipula a conduta do Educador

CONDUTA DO EDUCADOR

- 1- Troca de plantão – discussão com o plantonista anterior; leitura do livro de registros e ocorrências;
- 2- Observar o cronograma de compromissos, fixado na sala dos educadores e participar aos respectivos educandos (sempre orientando quanto à necessidade dos mesmos, assumirem seus próprios compromissos a serem responsáveis pela datas e horários);
- 3- Cientificar-se das escalas e respectivos responsáveis, orientando-os acompanhando-os e revisando as escalas;
- 4- Planejar quinzenalmente as oficinas;
- 5- Ministras as oficinas, conforme cronograma, registrando no respectivo livro as atividades desenvolvidas, objetivos, participantes e observações constatadas.
- 6- Orientar os educandos, diariamente quanto a higiene pessoal do ambiente;
- 7- Registrar minuciosamente, situações importantes ocorridas no plantão, de uma forma que todos educadores e direção estejam cientes do que aconteceu na unidade. (inclusive com letras BEM LEGÍVEIS);
- 8- Assinar o ponto diariamente;
- 9- Qualquer acordo firmado com educanda, registrar para que o educador do plantão seguinte possa dar continuidade ao acordo, evitando manipulações;
- 10- Manter a ética profissional, principalmente em relação a comentários do trabalho dos colegas (sendo que situações de conflito deverão ser resolvidas em particular e/ou com a direção);
- 11- Manter ou adquirir uma postura profissional, lembrando que somos modelos;
- 12- Ter cautela em relação à utilização das medidas sócio-educativas não ferir o ECA;
- 13- Auto avaliar-se periodicamente, quanto ao seu desempenho na unidade, discutindo com a direção;
- 14- Ser participativo nas atividades e/ou eventos que contribuam no aperfeiçoamento do trabalho, principalmente com sugestões;
- 15- Propiciar e manter um ambiente agradável na sala dos educadores, respeitando o espaço e trabalho de cada um;
- 16- Conhecer e se interessar “integrar-se” ao trabalho de todos funcionários auxiliando na efetiva constituição de uma equipe, participando com sugestões que tragam melhorias;
- 17- O educador (es) devem estar ciente de todas as atividades desenvolvidas pelas educandas da unidade, escola, trabalho, curso, passeio entre outros, ou seja, deve-se estar ATENTO a todos os acontecimentos, principalmente dentro da República, evitando ser surpreendido por situações desagradáveis;
- 18- No transporte (Kombi) deverá se manter a ordem e higiene. As educandas só poderão utilizar a Kombi acompanhadas de um educador;
- 19- O local que o educador MENOS deve permanecer é a sala dos educadores, pois deve estar atento a todos os movimentos dos educandos (quartos, banheiro, lavanderia, fundos, bosque);
- 20- Cada educador é responsável por um setor, afim de maior organização, saúde, trabalho, curso, entrega de materiais, etc, logo deverão ser respeitados pelos outros, evitando manipulações por parte dos educandos, desrespeito na forma de trabalho de cada um;
- 21- Os educandos NÃO deverão ter acesso, em hipótese alguma às chaves que não seja a dele. O educador será responsável por eventuais danos;
- 22- O educador deve compreender e agir, enfocando que todas as atividades exercidas pelos educandos, tem os objetivos educativos e/ou pedagógicos, assim como se deve compreender a sua importância e seu papel dentro da unidade;
- 23- O educador deve vestir-se adequadamente, para através de sua conduta orientar os educandos quanto aos seus trajes e bons modos;
- 25- Os educadores devem efetuar as ligações solicitadas pelas educandas nos horários estipulados.

Quadro copiado do computador da Instituição.

Quadro 3 - Lista de funções de uma educadora.

- Acompanhar as educandas na escola diariamente;
- Fazer acompanhamento quinzenal de faltas e comportamento;
- Fazer acompanhamento bimestral de notas;
- Providenciar documentos escolares quando necessário;
- Fazer matrícula e rematricula;
- Acompanhar a oficina de tarefa escolar diariamente das 15h às 16h;
- Acompanhar a higiene pessoal das educandas: Banho, escovação de dentes e limpeza das mãos antes das refeições;
- Verificar os guarda-roupas das educandas;
- Cumprir com as orientações da direção e vice – direção;
- Verificar diariamente a organização e limpeza dos quartos e da casa como um todo (área interna e externa);
- Planejar quinzenalmente (conforme cronograma da unidade), executando, avaliando e registrando o trabalho realizado e a produção das educandas.

Quadro copiado do computador da Instituição.

Existem também como funcionárias da casa, uma cozinheira e uma auxiliar de limpeza que é também responsável por controlar o cumprimento da escala de limpeza por parte das meninas.

5.2 DUAS DIRETORAS

No que diz respeito à relação das educandas com as educadoras, é necessário fazer uma consideração de um aspecto que apareceu com muita força nos depoimentos das meninas e das educadoras. Que é o fato de haverem existido em toda a história da República duas equipes dirigentes; e que as mesmas agiam com propostas extremamente diferentes. É preciso, portanto, fazer considerações sobre os dois tipos de direção e das duas posturas de relacionamento com as internas.

Até um ano e meio atrás (outubro de 2001), a República era comandada por uma outra diretora. Esta apresentava uma forma bastante peculiar na sua maneira de se relacionar com as abrigadas. Mantinha vínculos intensos com as meninas.

Foram muitos os relatos de que essa diretora (antiga) era “muito diferente”, “muito especial”, “muito mãezona”, “mais carinhosa”. Há entrevistas que deixam bem claro que a relação dela (e de parte de sua equipe) com as meninas era muito mais ‘pessoal’ que ‘profissional’. Segundo os relatos das meninas mais antigas, das

educadoras que estiveram naquela época e da própria diretora (que foi entrevistada por nós); esta via a República como sua casa, seu trabalho como uma 'causa' e as meninas como parte de sua família.

Enquanto que a atual direção, por sua própria personalidade e por determinação da Secretaria, mantém uma postura de maior distanciamento: ela é, segundo as meninas (que também demonstram gostar dela e respeitá-la), mais 'séria', mais 'profissional', exige das educadoras menos envolvimento pessoal e emocional com as educandas.

Tivemos então, presentes nesta República, dois tipos de relação entre educandas e educadoras: a atual, mais 'profissional' e a antiga que mantinha uma relação mais 'pessoal'. O que nos proporciona valiosa oportunidade de averiguar duas formas diferentes de lidar com as regras, relações e situações dentro da casa, bem como os efeitos de cada uma das posturas distintas.

É muito importante lembrar, primeiramente, que estas duas direções atuaram em momentos e com perfis de meninas bastante distintos. Isto aconteceu porque, no ano 1998 a Secretaria da Criança executou a reforma estrutural nas suas Unidades de Abrigo, na qual transformou esta República – que até aquele momento abrigava principalmente meninas em situação de rua – em Unidade de Nível 2 (somente para meninas sob medida de proteção e não da rua conforme esclarecido na p.7). Como explica a diretora atual:

Josiane – “E decidiram então que nível de República eram meninas que teriam um pouco mais de liberdade, porque são meninas mais responsáveis e que não fogem, que não tem mais aquele vínculo com a rua, que estão mais adaptadas à sociedade então elas conseguem viver a nível de República. E as casas de nível 1, são casas para meninas que vem da rua lá são casos bem diferentes daqui, porque são meninas diferentes, elas tem um vínculo grande ainda com a rua, então são trabalhadas outras questões bem diferentes das que nós trabalhamos”

A primeira diretora que, segundo ela mesma, foi a pioneira no trabalho com crianças que habitavam as ruas e a fundadora da República Nova Esperança; que lidava com um grupo de meninas que vinham, em sua totalidade, de uma vida na rua. Já a segunda diretora, que assumiu após a reforma estrutural que a Secretaria promoveu, passou a trabalhar somente com meninas em situação de proteção ou vindas das Unidades de nível 1.

5.2.1 A antiga direção

Muitas pessoas que estiveram na casa sob a direção anterior, inclusive educadoras, dizem que o ‘clima’ da casa era outro. Que as meninas tinham uma relação com a diretora e com a própria casa muito diferente. Elas viam a casa como ‘sua casa’ e a diretora como ‘sua mãe’, e as outras meninas e educadoras como ‘sua família’.

Vê-se claramente que a antiga direção fazia pouca separação entre sua função de diretora e sua vida particular. A casa era uma parte muito importante da sua vida e as meninas não eram apenas parte do seu trabalho, eram como parte de sua família. O que se pode perceber claramente pelo depoimento das meninas e da própria diretora (que denominaremos aqui de Sônia):

Sônia – “Eu dava colo dava colo mesmo, chorava na frente delas, contava meus problemas, As educadoras contavam os problemas para as educandas”.

Abaixo o relato de algumas educandas ilustram esta característica.

Gislaine (educanda) – “A Tia Sônia leva a gente no carro dela pra sair com ela.”

Rosimeri (educanda) – “Claro, com ela era como se fosse mãe, mas as outras era como se fosse tia (risos) entendeu? Ela e a Rita a gente tinha uma um relacionamento mais forte, a Rita era vice diretora, e os outros educadores era como se fossem tios, irmãos, sabe, a gente sempre teve um bom vínculo com todos, sem exceção. Todas a gente se dava bem. Se tivesse algum problema chegava e brigava, mas era aquela coisa passageira, chorava e depois voltava e conversava, aquela coisa bem como família. Depois que ela saiu no meu caso já não deu muito certo porque se outro educador falava alguma coisa pra mim eu já não aceitava.”

Milena (educanda) – “A Tia Sônia via a casa como sua casa e as meninas como suas filhas.”(...) “A Tia Sônia lutava muito assim, até demais sabe, por isso que ela foi embora, até saiu daqui por causa disso. Ela achava que tudo aqui era dela sabe, pensava que as meninas eram dela, as educadoras eram dela, a casa era dela, ela passava mais horas aqui do que na própria casa dela. Tinha final de semana que não era nem para ela vir ela vinha ah tava sozinha em casa não tinha nada para fazer vim pra cá. Ela se dedicava muito. Isso é o que mais faz falta assim a dedicação dela.”

Rosimeri (educanda) – “Dia das mães ela já passou com a gente, a maioria das vezes, ela que passava com a gente, ela trazia, entendeu, bolo, essas coisas, nem que fosse pra ficar... por exemplo, ela ia viajar com a filha dela, ela passava, pelo menos e ficava uma duas horas.”

A maioria das meninas que viveu sob a direção antiga diz gostar muito da antiga diretora e da sua postura, apenas duas meninas manifestaram opinião contrária.

Michele (educanda) – *“Ah, a Tia Sônia aqui era a casa dela ela achava que era tudo dela, quando ela não tinha o que fazer nos fins de semana ela vinha pra cá.”*

Kátia (educanda) - *“Ah, ela era legal entendeu? Só que tinha muitas coisas que ela fazia que não precisava fazer, tinha que fazer outro tipo de coisa. Ela achava que a gente era dela e a gente não é de ninguém.”*

A condução e sistemática de funcionamento da casa também era bastante diferenciado como declara a própria ex-diretora:

Sônia (1ª Diretora) – *“No meu tempo as meninas faziam tudo. Não tinha essa história de cozinheira e auxiliar de limpeza. Elas tinham que sentir que a casa é delas. Quando estava em construção elas iam até lá dar marmita pros pedreiros para que tudo saísse como elas queriam. Elas decoravam. Compravam objetos para a casa eu dizia: ‘pode pôr, eu não ligo’; ‘a casa é de vocês, é nossa’ (...); quando as mais velhas começaram a trabalhar elas contrataram uma diarista, você acredita? Elas realmente sentiam que a casa era delas.”*

Muitas meninas dizem que o fato de a antiga diretora ser ‘mãezona’ não quer dizer que ela era permissiva.

Rosimeri (educanda) – *“Não na questão dela ser só boazinha, pra estudar ela cobrava, questão de namorar ela cuidava, meu Deus do céu! Nem pensar! Ela sempre instruiu a gente. Teve uma disciplina boa, e aquele vínculo assim, de mãe, de querer proteger, de aconselhar a não ir em danceteria e não namorar o piá errado*

Alguns trechos da entrevista da primeira diretora demonstram seu discurso e, podemos dizer que também a sua ação, pois não houve discrepância entre o discurso dela e os relatos das meninas:

Sônia – *“...então eu posso te dizer, que dá certo sim, mas você tem que estar disponível, acreditar e ter uma causa. Não ser simplesmente um trabalho. Enquanto as instituições forem só um trabalho eu sou técnica. Tratar como diretora e educanda. Você vai conseguir que ela vá pra escola, vai fazer relatório pra Secretaria de bom comportamento. E depois, a Deus dará a vida dela. Mas que consistência você deu pra ela?” (...)* *“O que que eu fiz nestes dez, onze anos que eu trabalhei? Foi fazer uma família grande, eu não era nem mãe nem pai, eu era aquilo que elas queriam que eu fosse, como o educador também. (...) Eu pedia que armassem mesa de domingo como em qualquer casa: garfo, faca guardanapo, coca-cola, sobremesa, eu não queria nada em panela. Eu cansava de Domingo almoçar duas vezes, eu saía da Igreja almoçava com elas e ia pra casa, ninguém sabia, cansei de fazer esta loucura. Eu achava importante. E eu queria ver que se tavam fazendo também, e elas Deus o livre se não tivesse uma toalha na mesa, isso elas levaram.”*

5.2.2 A atual direção

A diretora atual (que está na casa desde outubro de 2001) é vista pelas meninas como sendo mais profissional. Vê a casa, segundo ela mesma e as meninas, como seu trabalho.

Ela diz se envolver menos com as meninas, não só porque acredita que esta é a postura correta, mas também porque sabe que atualmente as meninas tendem a ficar menos tempo na casa. Na época anterior as meninas que estavam na casa era um grupo muito mais constante, hoje há uma rotatividade maior como explica a atual diretora:

Josiane¹ - *“Existe uma rotatividade maior porque eu acho que cumpre-se mais o estatuto da criança e do adolescente. Porque o estatuto prevê que elas voltem pra família. E na verdade quando eu cheguei aqui tinha um monte de meninas que tinha condição de voltar mas estava aqui. Até por que aquela questão assim de que tinha se apegado à figura da outra diretora, então considerava que ela era uma mãe.”*

Entrevistador – *“A Secretaria determinou esta sua postura diferenciada com as meninas?”*

Josiane – *“É assim, eu acredito até que a secretaria espera isso de mim, mas isso é meu mesmo, porque a minha questão é a implantação do estatuto da Criança e do Adolescente, porque o estatuto prevê que o abrigo é provisório, então não tem como você ficar criando muitos vínculos, e até assim porque eu não sou mesmo mãe delas, eu procuro sempre estar apoiando pra que elas dêem mais valor pra família que elas tem, pra que elas permaneçam com estes vínculos pra que elas não fiquem tão distantes porque o que eu sentia era que a maioria das meninas que estava aqui tinham perdido o vínculo com a família e eu vim resgatando isso, por quê? Porque vai chegar um dia fatídico que elas vão ter que sair daqui e daí elas vão se apoiar em quem? E elas vão se apoiar nas famílias delas porque é o que elas tem de referência. E a maioria delas eu vi que foi isso mesmo que aconteceu sabe, quando precisa vai pra família, pode ser que não estejam morando com a família, mas numa necessidade maior é a família que vai ajudar.(...)A minha preocupação com elas é esta, a visão sempre é o futuro, é a saída delas daqui, pra que elas estejam bem quando elas saírem”*

A respeito de sua relação com as meninas a atual diretora declara:

Josiane – *“(...) e esta parte mesmo eu não deixo misturar apesar de todo afeto e todo carinho que eu tenho por elas, não deixo que cresça isso nelas, este sentimento. Eu recebo assim, mas não alimento assim. Hoje em dia até é diferente por que elas dizem: obrigado por fazer o papel de nossas mães. Que nossas mães fariam e que você faz. Mas não é assim obrigado por ser minha mãe, então é diferente”*

---

¹ Nome fictício.

5.2.3 Contraste

Existe hoje na casa, uma educadora, formada em psicologia, que trabalhou quatro anos na casa durante a antiga direção e esteve afastada durante três anos para retornar recentemente, já na direção atual. Ela teve portanto, uma oportunidade de observar as diferenças que aconteceram. Ela afirma que sentiu, ao retornar, muita diferença na animação do grupo e na postura das meninas com a casa (materialmente falando). Ela relata:

Lilian - "A primeira coisa que eu observei assim, é que eu senti assim... é um aspecto negativo de repente: falta de 'vida'! Sabe, é uma coisa assim mecânica, entre elas, uma falta de amor pela casa uma coisa que eu observava aqui que tinha muito, era como se fosse delas mesmo. Eu me sinto muito à vontade de colocar isso por que é da parte delas: das meninas."

Entrevistador – *"O que aconteceu?"*

Lilian – "Não sei. Talvez seja uma coisa que a equipe passe de cuidado com a casa, dos detalhes, não é por falta de garra por que esta equipe tem garra. Não sei. Não sei o que que pega sabe. Mas assim, foi um choque essa coisa assim por parte delas, elas jamais olhariam uma cortina torta e isso permaneceria."

Sobre a relação que as educadoras tinham com as meninas na antiga direção ela diz que a antiga diretora cobrava uma postura similar à dela própria, queria que as educadoras se entregassem ao trabalho plenamente:

Lilian – "...tinha...mas é complicado, só quem viveu aquilo, era uma cobrança assim... de que... Aquela direção, a única coisa que existia na vida dela era a República, e meio que existia uma cobrança que com a gente fosse assim também (...) Não! Nós tínhamos nossas vidas lá, nossos filhos, nossas casas... cada um tinha isso. "

Como se poderia deduzir, a saída da antiga diretora e de parte de sua equipe, (por determinação da SMCr) causou muitos transtornos a dinâmica da casa. As meninas daquela época sentiram muito a sua substituição. Uma garota que já deixou o programa e que morava na época da transição da diretoria, demonstrou francamente a sua decepção ao haver a substituição da diretora. Não é difícil nem exagerado dizer que o sentimento de perda relatado por ela foi similar ao que as meninas experimentam quando são abandonadas pelas família.

Rosimeri – “ Daí eu fiquei cinco anos na casa, daí quando a tia Sônia saiu pra mim foi uma perda muito grande, daí eu não me acostumei com o novo sistema deles, por que eu tava acostumada com outro tipo de tratamento”(..)Eu não tenho problema com elas (com a atual direção) o problema é que eu já tava acostumada com a Tia Sônia por que desde os 13 aos 17, quer dizer é como se fosse uma mãe né. (...) Eu não consegui aceitar a saída dela,. Por mais que elas façam o trabalho direito, ou errado, ou se elas tivessem fazendo o trabalho direito ou mal, pra mim não ia influenciar nada por que pra mim tava horrível tudo! Por quê? Por que eu tava acostumada com outras pessoas. Quando eu saí da casa do meu tio eu tava muito insegura, então, quando eu entrei no projeto a Tia Sônia pra mim foi como se fosse um porto seguro. ” (...)“E de repente assim, ela falava pra gente assim, que ela ia estar aqui por um bom tempo ... e a gente.... nunca imaginamos ... isso pegou a gente de surpresa... bem de surpresa” (...) “E a equipe dela, os educadores, que a maioria foi embora, então veio um pessoal estranho, então digamos, teve que começar tudo de novo, questão de conquista, questão de... né... então no caso eu coloquei como uma barreira. Eu não consegui, não é problema delas, hoje que eu tô fora da República eu vejo que o problema não tá com elas. O problema é que eu não consegui por que eu não aceitava a saída da Tia Sônia. É como se me tirassem daqui e me levassem pra uma casa estranha. Foi o que aconteceu, e daí as meninas, nossas amigas, foram embora, as meninas antigas. E aí foram chegando meninas novas, então daí atrapalhou ainda mais a convivência com elas, por que a gente não tava acostumada, assim, e então ficou meio aquele troca-troca, um dia vinha, daí tava meio que virando intercâmbio aqui sabe? De algumas meninas virem e daí depois irem embora. Por que é aquela coisa, antes eram aquelas meninas, as 18 meninas e ficavam. E ficou por cinco anos ou mais as mesmas meninas, as antigas, sempre todo mundo ali. Tinha aquele tempo de conhecer a pessoas. Agora aqui não, entendeu chegou muitas meninas e muito rápido, então não teve tempo de se aproximar e não sabia o que elas queriam. Daí já é difícil você conviver com pessoas estranhas. Mas eu adorei morar na República pra mim foi um aprendizado, mas enquanto a Tia Sônia tava aqui, depois a partir do momento que ela saiu pra mim já...não.”

A atual diretora também relata que sofreu muita resistência, pela força do vínculo que a outra diretora havia estabelecido com as meninas:

Josiane – “Olha, no começo foi bem difícil pra mim, foi muito difícil, por que tinha muita resistência por parte das meninas, elas acharam que eu vim aqui pra tirar o lugar da Sônia, e começaram com muitas comparações. Nós somos pessoas muito diferentes, então foi muito sofrido, muita resistência, então era difícil eu me aproximar delas, muitas não deixavam, cutucavam todo tempo por que a tia Sônia não fazia assim, por que você faz, porque você é ruim, porque você é isso, porque você é aquilo. Mas eu acabei conquistando, mesmo as meninas mais antigas, até umas que já saíram daqui, elas já falaram, não pra mim, mas pra certas educadoras, que elas tem por mim carinho e respeito e até elas falam, apesar de ser diferente da Tia Sônia. Eu gosto delas, tenho respeito também, não de amor de mãe, mas é carinho e respeito, mas foi difícil, não sei como eu agüentei por que eu não sou a pessoa mais forte do mundo.”

A análise dos efeitos destas duas posturas e da eficácia de cada uma serão tratados no Capítulo 6 e na conclusão deste trabalho.

5.3 RELAÇÕES COM AS ATUAIS EDUCADORAS

Todas as meninas entrevistadas sem exceção declararam que gostam de algumas educadoras e não gostam de outras. Existem relações de amizade, e meninas que consideram as educadoras como suas mães. Em alguns casos são correspondidas, em outros não. Já presenciamos meninas chamando as educadoras de 'mãe' ou 'mãezinha'.

Chamou-nos a atenção desde os primeiros dias o fato das meninas, na maioria das vezes, tratarem as educadoras por 'Tia'. Com o passar do tempo, também fomos promovidos ao *status* de 'Tio' (inicialmente e até os últimos dias, pela maioria das meninas, éramos chamados pelo nome ou de 'professor').

As relações entre educanda e educadora variam de indivíduo para indivíduo por simples afinidade e afetividade, o que torna esta comunicação bem 'pessoal' por que é muito claro que o tipo de relação de cada educadora com cada menina é muito variável. Segundo as educadoras a preferência e proximidade com as meninas é por obediência ou docilidade; e segundo as educandas pela permissividade e 'chatice' ou não da educadora.

O mesmo acontece entre as meninas e outras funcionárias da casa: cozinheira (uma senhora de mais idade que parece ser a única unanimidade, muito amada pelas meninas) e a responsável pela limpeza.

Assim como vimos meninas gritando reclamando com as educadoras, (e educadoras que ralham com as meninas como quem ralha com os filhos), vimos muitas manifestações de carinho entre educadoras e educandas: abraços, beijos, meninas 'voando no pescoço' das educadoras, declarações, meninas e educadoras dizendo: "Eu te amo" umas às outras e cartinhas de afetividades que nos foram mostradas. Mas de qualquer forma, esta prática, segundo a postura atual da casa² deveria ser bastante controlada.

Mas podemos perceber que as meninas não são vistas como simples *objetos de trabalho*, existem relações mais profundas e sentimentos envolvidos, mesmo com a atual direção. Não acontecem, portanto, o que GOFFMAN (1974) descreve em seu livro "Manicômios, Prisões e Conventos" de os internos adquirirem características de

---

² Como foi mencionado no capítulo 6.1, esta República passou por uma administração que mantinha uma relação totalmente diferente com as meninas e que a postura exigida pela atual diretora é a de mais profissionalismo.

objetos inanimados. Apesar do empenho da direção atual em imprimir ao grupo de educadoras uma postura mais profissional, as relações nunca são desprovidas de sentimento e subjetividade no interior desta República.

Esta postura mais 'profissional' requisitada pela direção (segundo a própria diretora) não significa frieza e distanciamento, significa: "dar apoio, conversar, dar carinho, mas não assumir uma posição de mãe, no máximo, de amiga das meninas." Porém, algumas educadoras acabam sendo 'seduzidas' por vínculo mais forte.

Renata – "Por mais preparada que você esteja, que você saiba que não pode misturar, você sempre cria vínculo, por que aqui, elas pedem para ir à sua casa, pra estar com você, próxima, e são coisas que você sabe que você não pode criar esta expectativa (...) esse vínculo é inevitável mas a gente tem que tentar manter um equilíbrio, por que elas pedem mesmo a carência é muito grande. A Cátia você vê, ela vive atrás de mim: "ah mãezinha, mãezinha". E pra mim é complicado por que eu não tenho filhos né, e eu sou louca pra ter um filho né, sabe aqueles momentos de vida assim que você tá e... e não pode assim né (...)"

Renata – "Aqui pra nós é difícil né, por elas elas querem estar na casa da gente, elas querem estar convivendo com a família e é complicado, daí você dizer não, não dá. Daqui do portão pra fora... mas a gente tem vontade de levar elas para participar de uma festa de família, tal, não dá... não dá... profissionalmente não é produtivo, isso frustra, entre as coisas que causam frustrações um dos motivos é este."

Ouvimos de muitas educadoras e ex-educadoras o discurso "Eu consigo separar, meu trabalho é da porta para dentro, da porta pra fora não pode levar nada". Esta é a determinação da Secretaria, mas vemos que em boa parte dos casos nas ações (relações com as meninas) e até na fala, a maioria delas não consegue manter uma postura imune às afetividades ou ao estabelecimento de vínculo com algumas educandas. Esta outra educadora concorda com a opinião da colega, relatada acima:

Tânia - "Esse trabalho aqui não acaba quando você vai pra casa."

Muitas anotações no Livro de Ocorrências – que além de registrar os fatos importantes acaba servindo para as educadoras se comunicarem – revelam sua emoção ao acompanhar o desempenho das meninas fora da instituição. Na anotação abaixo, extraída deste livro, uma educadora conta o que sentiu ao acompanhar a educanda em seu primeiro emprego:

“Hoje levei a Maria lá no Banco do Brasil, vocês nem imaginam a emoção que senti quando me despedi dela para vir embora, ela ficou me olhando com o olhinho assustado e quem saiu de lá com os olhos cheios de lágrimas fui eu, mas foi tão bom o que senti... M.” [Nota do Livro de Ocorrências de 19 de dezembro de 2002]

Nestas falas está presente a dificuldade que algumas educadoras sentem em distanciar-se de um envolvimento maior com as meninas.

Não existe nenhuma orientação nas regras da casa sobre qual educadora deve cuidar de quais educandas, ou seja, não existe delimitação de responsabilidade sobre as internas³. Isso é o que Goffman chamava de *autoridade escalonada*:

“(...) Essas regras ocorrem num sistema de autoridade escalonada: qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da classe dos internados, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção. (...) No mundo externo, o adulto de nossa sociedade geralmente está sob a autoridade de um único superior imediato, ligado aos seu trabalho....” (GOFFMAN, 1974, p.45)

Segundo as meninas existe muita diferenciação de tratamento nas negociações das licenças para sair, que pode ser visto neste trecho de entrevista:

Entrevistador - E as educadoras, como é tua relação com elas?

Ariane – “É boa. Só de vez em quando que eu não me acerto com a Elisa e com a Renata não gosto da Renata, tipo eu converso com ela assim pra não ficar pra trás, né. Se não ela me deixa pra trás e não tem condições. Por exemplo, se eu brigar com ela agora e pedir pra sair ela não vai deixar. Tem que ficar numa boa com ela.”

Silmara – “As meninas que não saem muito são as que aprontam, saem fazem bagunça voltam bêbadas e alteradas, é óbvio que não vão sair mais tanto.”

Esta personalidade é um jogo de controle nas permissões para sair, que segundo a própria direção é inevitável. Ela diz que não dá para estabelecer critérios muito rígidos tem que ver cada caso, o que nos pareceu bastante realista e coerente dentro daquela casa. Mas as meninas lêem como sendo um jogo de poder e preferências.

---

³ Segundo o regimento interno da RNE as educadoras tem responsabilidades específicas e determinadas sobre setores da vida de todas. Assim uma dupla de educadoras cuida da documentação, outra da inserção no mercado de trabalho, outra da assistência médica, outras dos controles da vida escolar, e outra das escalas de trabalho na casa.

5.3.1 Diferenciação e Estigma

Um aspecto forte trazido por Goffman em seu trabalho sobre as instituições totais e que, de certa forma se confunde com a questão do estigma, é o fato de que uma pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar.

“Um homem colocado numa prisão política deve ser um traidor; um homem na cadeia deve ser um delinqüente; um homem num hospital para doentes mentais deve estar doente. Se não fosse traidor, delinqüente ou doente por que estaria ali?” (...) “A normalidade nunca é reconhecida pelo auxiliar que trabalha num ambiente em que a anormalidade é a expectativa real” (GOFFMAN, 1974, p. 77-78)

E este aspecto está presente na forma como algumas educadoras tratam, em alguns momentos, as meninas. As educadoras muitas vezes lidam com pouco tato com relação a situação das educandas, estas se queixaram algumas vezes de que algumas educadoras vivem ‘jogando na sua cara’ a sua situação. Também transparece no discurso de alguma educadoras o quanto elas vêem as meninas como “inferiores”.

Ao ouvirmos relatos sobre estes aspectos e até mesmo presenciá-los, ficou evidente para nós a existência de reprodução do Estigma por parte de algumas das educadoras. E lembramos imediatamente desta questão (mencionada acima) dita por GOFFMAN (1974, p.40) que é o fato de que “uma pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição (supostamente) abriga”.

O que parece importar, em alguns momentos, é que haja uma forte diferença entre as pessoas que estão naquele ambiente para trabalhar e são ‘normais’, e as que estão ali por serem “inferiores”. Esta distinção, é, segundo Goffman, necessária para que quem trabalha dentro da instituição não se sinta como estigmatizado. Ela também está presente no medo que algumas educadoras sentem de que as meninas realizem coisas que não se espera de um indivíduo estigmatizado.

O trecho abaixo, escrito por Goffman, se encaixa perfeitamente no que acontece no interior da República Nova Esperança: “Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados” (Ibid., p. 19)

Neste sentido pode haver um desejo por parte das pessoas que lidam com estas meninas de vê-las fracassar já que sentem-se mal por serem normais e verem algumas conquistando coisas que elas mesmo não conquistaram: namorado, bom emprego, casamento, filho, possibilidade de um diploma.

O receio que algumas funcionárias sentem por trabalhar nesta casa, de serem comparadas às meninas, faz com que se encontre mecanismos de diferenciação.

Entre os mecanismos de diferenciação que pudemos captar estão:

- O posicionamento de algumas educadoras: "Não, eu não me envolvo, isto aqui é meu trabalho, às vezes as meninas vem me chamar de mãe ou coisa parecida e eu faço que não escuto, tenho minha própria família" "Isso daqui pra mim é trabalho, posso até gostar delas mas estou aqui por obrigação".
- O fato de existir um banheiro somente para as educadoras.
- A Sala das educadoras onde oficialmente as meninas não podem entrar (o que na verdade não é muito respeitado) que marca bem o caráter de que aquela é uma instituição e não uma casa.
- O fato de algumas educadoras salientarem a condição das meninas e de sua família e de salientarem que elas devem agradecer por tudo o que recebem e se comportar pois muitas crianças estão na rua e não têm o que elas têm dentro da casa⁴.
- O fato das educadoras sempre se servirem por primeiro durante o almoço. Nenhuma educanda pode servir-se antes das educadoras.⁵
- O tratamento bastante duro com alguns comportamentos indisciplinados: chamar a guarda municipal em caso de briga⁶.
- O próprio fato de as meninas terem que se comportar para não entrar na avaliação e terem que agradar as educadoras para conseguir alguns benefícios.

Ainda, enquanto mecanismos de diferenciação, também nos chamou atenção a quantidade de vezes que se usa a palavra 'surto' dentro da instituição. "*A menina surtou toda escala agrediu a D. Maria e sua colega*" ou "*a Jeanine surtou e*

---

⁴ Ouvimos até relatos de mais de uma educanda: "*Eu estou tomando o lugar de outra que está na rua*".

⁵ [Nota do Livro de ocorrências do dia 21 de janeiro] "*Almocei aqui de novo, novamente a oração e uma menina falou, fure a fila por que se você não furar a fila nós não vamos almoçar. Primeiro as educadoras*"

⁶ Chamou-nos muito a atenção o fato de duas meninas que brigaram (agredindo-se fisicamente) serem levadas pelas viaturas da Polícia Municipal para dar depoimento na Delegacia do Adolescente. Questionamos muito a necessidade de tal ação levando em conta o quanto é estigmatizante e traumatizante para qualquer indivíduo ser levado pela polícia para depor (como réu) numa delegacia. Além disso existem no livro de ocorrências situações em que a guarda é chamada para verificar a casa.

chamamos a Guarda municipal". Segundo uma educadora surtar é ter um "xilique" um "faniquito", e tem uma conotação que reafirma a causa daquela menina estar na instituição. O que nos remete novamente à afirmação de Goffman de que, se alguém está no interior de uma instituição deve ter algum problema.

Vê-se nestas situações de diferenciação, os momentos em que as próprias educadoras, no afã de se distanciarem da situação de 'internas', dão continuidade, dentro da própria República, ao processo de estigmatização.

Não se pode esquecer que estes mecanismos de diferenciação não excluem o fato de haverem sentimentos afetivos envolvidos. Como em qualquer relação, existe uma grande complexidade e contradição. O sentimento que brota entre educadora e educandas somada ao estigma que quem está na casa sofre, faz com que as relações tornem-se um tanto ambíguas e contraditórias – da mesma forma que acontece com as famílias que adotam indivíduos institucionalizados – *"Eu amo esta menina mas sou (tenho que ser) diferente dela"*, ou ainda *"Como eu posso amá-la se eu sou tão diferente dela?"*.

6. MODELO BUROCRÁTICO RACIONAL X MODELO AFETIVO

Conforme já disseram BERGER e LUCKMANN (1973) a socialização (ou inserção social) só é possível através da interação com as pessoas próximas e com as instituições as quais nós (eu e as pessoas próximas) pertencemos.

Por esta razão, desde o início da nossa pesquisa, focamos a análise nas relações interpessoais e nos seus efeitos. Como já afirmamos no capítulo 4, que trata da amizade entre as educandas, são as relações que estabelecem os processos de identificação, construção social do sujeito e das representações da realidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não trabalha a questão dos afetos; ou seja, não previu e conseqüentemente não determinou nenhuma prerrogativa quanto ao que acontece ou poderia acontecer com a teia das relações entre educandas e educadores no interior de uma instituição como esta.

Entretanto, a riquíssima oportunidade de ter contato com dois estilos de relação educador-educanda nos fez perceber que não se pode deixar de levantar uma questão: que tipo de relação deve ser estabelecida entre educadores e educandas no interior destas instituições para que se cumpra as determinações do ECA de proteger as crianças e adolescentes integralmente?

Qual o modelo de relação entre equipe dirigente e internas é o mais apropriado? O modelo que chamaremos de *burocrático racional*, que é o modelo que a Secretaria preconiza atualmente, em que deve-se evitar o estreitamento de vínculos afetivos; ou o que chamaremos *modelo afetivo*, que temos como exemplo a direção antiga, no qual há o estabelecimento de vínculos estreitos entre educadores e educandas.

Acreditamos que, (independente do tempo de permanência) a passagem das adolescentes por unidades de abrigo, sejam eles públicos ou não, tem grande influência sobre a menina, e pode ser determinante do seu sucesso ou fracasso futuro. E que o tipo de relação que se estabelece é de fundamental importância sobre aspectos da personalidade da educanda.

6.1 MODELO AFETIVO: 'TIA SÔNIA' E CHÁCARA

6.1.1 'Tia Sônia'

A esta altura já deve ter ficado claro, qual o estilo de relação estabelecido pela diretora antiga. A relação dela com as educandas, como já foi destacado, era de muita proximidade. Ela via as meninas da casa como uma família, chegou a promover festa de quinze anos com todas as pompas que acontecem neste evento em outras classes sociais da nossa sociedade¹. Procurava pessoalmente as meninas sempre que fugiam. E tinha uma relação muito familiar com todas. O que fica muito claro nos trechos da entrevista que a diretora em questão nos concedeu. Segundo ela, é justamente este vínculo que dá resultado na integração social das meninas:

Sônia - "Você não pode montar assim um projeto frio e distante, você tem que tocar, tocar, se a menina vier contar ou vier dizer assim, eu quero falar com você, me dá colo. Você, vai rir de mim, eu dava literalmente colo eu sentava na salinha, naquele sofazinho que tem lá elas deitavam a cabeça no meu colo e contavam tudo o que tava acontecendo, no colo, sem problema algum."

Não podemos fechar os olhos ao fato de que a direção anterior, com sua *postura afetiva*, teve sucesso em reintegrar² algumas meninas, em se considerando que o perfil de educandas da sua época era o de jovens com muita vivência de rua, de drogas, de prostituição. Há relatos que demonstram que meninas com fortes vínculos com a rua, que moravam em "mocós" onde não tomavam banho, faziam suas necessidades ao lado de onde dormiam; drogavam-se, viviam sem higiene e na promiscuidade, acabaram por morar muito tempo em uma casa, limpa, organizada e com regras. A maioria destas meninas está em uma situação muito melhor. Segundo a própria ex-diretora. O que é um resultado surpreendente para meninas que estavam em situação de rua.

Algumas das meninas que ainda estão na casa, e uma parcela considerável das meninas (do seu tempo de direção) que já saíram, realmente conseguiram uma estabilidade em termos de emprego e família (companheiro e filhos) coerentes com

¹ Muito se ouve falar no interior da República da "Festa de Quinze Anos". Um baile de debutantes realizada no clube URCA, em Curitiba, organizada pela antiga diretora com ajuda de muitas pessoas e empresas. Segundo a própria ex-diretora, a festa contou com vestido 'chique' para as meninas, banda, presentes, desfile das debutantes, e 'bolo-vivo' com cadetes da aeronáutica.

² O segundo a ex-diretora de treze meninas de rua que iniciaram o projeto da República com ela, apenas cinco não tiveram uma inserção social satisfatória.

o padrão aceitável de sobrevivência. O que inegavelmente é um passo muito largo no caminho da inserção social e um feito louvável numa época em que os parâmetros de ação destas instituições não eram claros por parte da Secretaria.

6.1.2 Chácara

Evocamos aqui um outro exemplo bastante ilustrativo e bem discutido de instituição que atua sob *modelo afetivo*. No decorrer do nosso trabalho tivemos contato com outro trabalho sociológico que analisava uma outra instituição que abriga ‘meninos de rua’ na cidade de Mandirituba (Região Metropolitana de Curitiba). Trata-se da tese de mestrado de Maria Helena RIGONI (1999) sobre a Chácara Pe. Eduardo Michelis ou “Chácara 4 Pinheiros”.

Segundo a autora, esta chácara foi construída por uma ONG criada por uma Associação de Moradores. Mantida pela própria associação com ajuda de pessoal e recursos de várias pessoas e entidades.

Os educadores da Chácara Pe. Eduardo Michelis são todos funcionários contratados pela ONG. Inclusive o administrador principal, que chamaremos aqui de Fabiano.

“O grupo de educadores da Chácara é composto por seis pessoas que permanecem ininterruptamente naquele espaço acompanhando todas as atividades desenvolvidas pelos meninos, no interior ou exterior da chácara: higiene pessoal, atividades da casa, estudos, trabalhos da Chácara, saídas da Chácara, passeios, contato com familiares, entre outros. Além desse acompanhamento, participam do planejamento das discussões, da operacionalização, da avaliação e dos estudos relativos ao projeto da Chácara e ao bem-estar dos meninos que nela residem.

Esse grupo é constituído de quatro pessoas moradoras da Vila Lindóia que só retornam aos seus lares nos fins de semana, por uma religiosa da congregação da Divina Providência e um jovem ex-morador da chácara, que, após ter completado 18 anos, demonstrou capacidade e interesse para desempenhar esta função.

O papel dessas pessoas é de fundamental importância para o alcance dos objetivos da Fundação. Para o exercício de suas funções, não é exigida escolaridade ou qualquer formação específica”. (RIGONI, 1999, p.74)

A chácara possui um estatuto determinado por esta associação de moradores, mas cujas regras de convivência diárias assim como outras questões referentes ao relacionamento dos internos é discutido em conjunto. “Nada foi construído na chácara sem a opinião dos meninos” (p.89). Pegamos este exemplo,

justamente, por que a autora destacou o fato de que o dirigente principal mantém com os meninos um vínculo forte e é visto por eles como uma figura paterna.

“O relacionamento dos meninos com o Fabiano é peculiar. Sendo tratado às vezes como irmão mais velho, em outras como um pai, os meninos estão sempre à sua volta: conversando pedindo coisas, queixando-se, exigindo arbítrio para suas brigas, buscando respostas ou simplesmente brincando com ele. A liberdade de expressão neste relacionamento também é gratificante de ser presenciado” (loc.cit.p.109)

“Atendendo por Pai, Véio, Vêião, Fabiano continua ainda hoje representando o ponto de apoio para uns, o ponto de referência para outros e tudo para a grande maioria dos Meninos de Quatro Pinheiros. Auxiliado por uma equipe de colaboradores ele continua escutando, conhecendo, e possibilitando aos meninos a viabilização do projeto (...). Permanece em tempo integral na chácara, sendo a sua presença indispensável para o andamento das atividades de modo geral.” (ibid. p. 92)

No texto, a autora conclui que “(...) a permanência e envolvimento dos meninos no processo de construção do projeto da Chácara estão intimamente ligados à possibilidade vista por eles de construir a si próprios como sujeito, tendo por referência e sustentação de seus propósitos, o exercício da alteridade em sua trajetória na Chácara”. (p. 23)

Segundo Rigoni os meninos entram na Chácara por opção própria e não se sentem presos. São queridos da comunidade em geral. “Olham a chácara como um espaço de interação construído e vivenciado de forma socialmente estruturada” (p.145). Enfim, a chácara tem resultados extremamente interessantes na inserção social dos ex-‘meninos-de-rua’.

6.2 MODELO BUROCRÁTICO RACIONAL: SECRETARIA DA CRIANÇA

Ressaltamos que, como já foi possível perceber no (capítulo 5.3 – “Relações com as atuais educadoras”) o fato de chamarmos o estilo de relações estabelecido pela da antiga diretora de *modelo afetivo*, não quer dizer que atualmente as relações que estão se estabelecendo no interior da RNE sejam desprovidas de afeto. Até por que parece muito difícil a qualquer educador manter esta distância.

A RNE não é uma Instituição Total, mas é uma instituição governamental. Portanto muitas de suas ações são pautadas em obrigações. Inclusive o tipo de relação entre educandas e educadoras deve(ria) ser delimitado.

Segundo determinação da Secretaria deve-se evitar um vínculo muito estreito, a 'mistura' entre questões pessoais e profissionais. No momento em que substituiu a antiga diretora a proposta da SMCr era tentar uma 'profissionalização' do trabalho das educadoras dentro da República. Tendo em vista a preocupação com o fato de algumas terem sentido muito a saída da antiga diretora. E que, pelo período menor que as meninas tem passado na casa³, a nova proposta passou a ser o não estabelecimento de vínculos afetivos que pudessem criar dependência ou causar muita dificuldade às meninas no momento que estas se desligassem da casa.

Entretanto, como já ressaltado, as educadoras não tem correspondido ao ideal da Secretaria, que é uma relação sem envolvimento pessoal. E é muito revelador o fato de que mesmo com uma postura contida determinada pelas novas diretrizes, as relações que seriam impróprias continuam se estabelecendo. Demonstra-nos que o não envolvimento talvez seja tão impossível quanto a objetividade absoluta o é em Ciências Sociais.

Percebemos, na nossa observação, o quanto as relações profissional e pessoal se misturam. Há uma tentativa por parte das educadoras em se manter a 'distância' estabelecida pelo modelos racional burocrático da SMCr. Mas a fronteira entre a relação profissional de educadora e educanda e os vínculos afetivos é extremamente permeável⁴. É muito claro (no que ouvimos, vimos e lemos nos registros) e na quantidade de meninas que já deixaram a casa e que continuam procurando educadoras, que ainda existem laços fortes entre as meninas e as mesmas.

Pela dificuldade em se manter esta postura rigidamente 'profissional' há uma constante confusão na identidade daquela instituição. Assim como o papel de educadora, amiga e 'mãe adotiva' se misturam, há uma confusão entre o papel da instituição: ora é uma entidade da prefeitura, ora é uma casa, um lar.

---

³ Isto porque, por não mais se tratarem de meninas que vêm da rua, o que a Secretaria alega é que a estada delas será curta. Em levantamento feito por nós a partir de documentos de registros de abrigamento e desabrigamento das meninas na RNE. Chegamos a conclusão de que, em média, uma menina permanece na casa, 14 meses.

⁴ Algo que representa muito bem esta mistura é a divisão para a sala das educadoras: Pela determinação da regras da casa as meninas não podem ficar na sala das educadoras, devem pedir licença para entrar lá. Mas somente em raros momentos as educadoras lembram que devem cobrar isto delas. E exigir que elas peçam licença.

6.3 DOS VÍNCULOS POSSÍVEIS...

Não se pode querer que todos os educadores que trabalhem em projetos como estas casa tenham posturas de 'pai' e 'mãe', como os dois exemplos que apresentamos de modelo afetivo. Assim como não se pode fingir que é possível um relacionamento hermético, emocionalmente falando, com os internos. Se isto acontecer podemos ter certeza que ali estará presente o estigma.

Tendo em vista, que o modelo de família conjugal e suas variações é, para nossa sociedade uma instituição fortíssima, o indivíduo, para sentir-se integrado tem que ter uma casa, uma família. O modelo de família conjugal (pai, mãe e filhos) e seus arranjos (padrastro, madrasta, enteados), estão ainda incrustados no imaginário da nossa sociedade como o padrão de referência⁵.

É fato que estes meninos e meninas vão, inevitavelmente, ver a figura de seus pais em pessoas que lhes proporcionarem atenção e carinho. Como lidar com este aspecto? Certamente não é ignorando a situação.

Mesmo que não se queira lidar com isto, deve-se lembrar que, como socialização, devemos ter em mente também a questão do modelo familiar. Como preparar uma menina ou menino para constituírem uma família sem inserí-lo (a) em uma?

Esta busca de uma referência de modelo familiar dentro da instituição é bastante nítida neste exemplo:

Durante a sua entrevista a antiga diretora nos disse: *Elas montaram a casa delas parecida com a casa (república): toalhinha, enfeitezinho, que naquela época era delas e não da Secretaria*".

O que nos lembra BOURDIEU (1983) que dizia que, a cada classe social, corresponde uma série de gostos e práticas classificadas e classificadoras que definem um estilo de vida: "um conjunto unitário de preferências distintivas que determina diferenciação entre as classes". Esta disposição é, segundo Bourdieu muito pouco subjetiva, pois é objetivamente interiorizada.

---

⁵ "Seja qual for o tipo de organização familiar, a família assume centralidade na fala dos jovens, ao configurar-se como espaço de expressão privada de amores e ódios, de encontros e conflitos, de guerra e de paz. " SALLAS, Fayet Ana Luisa Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania. Brasília. UNESCO 1999 (p. 131)

Como uma pessoa pode estabelecer referências para montar a sua casa, a sua família (e há que se admitir que são setores da vida do sujeito imprescindíveis à aquisição da inserção social) se não mora numa casa de família?

Assim como elas buscam referências ao interrogar as educadoras e especular sobre a sua vida particular. Presenciamos também muitas meninas manifestarem, séria ou jocosamente, o desejo de serem educadoras, em mais um claríssimo exemplo de identidade⁶.

Se estas meninas não vão voltar para a família, (que segundo as estatísticas a serem apresentadas no Capítulo 7, são 64,5 % das meninas da República). Qual referência vão ter para estabelecer sua própria casa e suas futuras relações quando tiverem de fato a seu próprio lar?

Numa instituição pública que funciona como o modelo racional burocrático elas não tem nenhum modelo de como funciona uma casa, uma família. Aproveitamos para lembrar outra questão vinculada a este tema. Em todo o corpo de educadores da RNE não há nenhum profissional do sexo masculino. Sem querer entrar no campo da psicologia, sabemos da importância da figura masculina para pessoas que estão no período que conhecemos como adolescência e que, em boa parte dos casos, não tiveram uma oportunidade de conviver com um modelo masculino durante seu período de socialização primária. Em outros casos, este modelo que as meninas tiveram na infância é um referencial 'de risco' (pai alcoólatra, drogado, traficante), que poderia ser reconstruído com a presença de 'pai' presente, amigo e correto, como parece ser o caso do Fabiano na Chácara.

Enfim. Deve-se desconsiderar ou incorporar um modelo familiar ou afetivo? Se incorporar, de que maneira?

Berger e Luckman viam numa cópia do modelo familiar como única possibilidade de reconstruir o sujeito e promover uma socialização a um nível próximo da primária. Segundo estes autores a quebra da socialização primária se dá com um ambiente familiar.

---

⁶ Sobre esta questão é interessante perceber que na Chácara investigada por Rigoni op. cit. é aberta a possibilidade de alguns meninos que se manifestam interessados e comprometidos em ficar na chácara, após os 18 anos, trabalhando como educadores. Vimos documentos da SMCr que traziam projetos similares, para que as meninas fizessem estágios nas creches, mas não foi levada a cabo esta idéia.

Se eles estão certos será que é possível ou recomendável montar instituições públicas com este modelo? É preciso aprofundar esta questão.

Entretanto, há no *modelo afetivo* algo com que se tomar cuidado. Se o *modelo racional burocrático* vem se mostrando omisso e depreciativo dos indivíduos abrigados, não se pode deixar de levar em consideração que a preocupação da Secretaria com a questão da dependência é pertinente.

Existe, no trabalho sobre a Chácara, por exemplo, o relato de um menino que saiu da Chácara aos 18 anos e foi morar com a família, trabalhou em Curitiba mas diz não ter suportado viver longe do Fabiano e dos meninos e voltou. (RIGONI, 1999, p.103)

A autora daquele trabalho escreveu "(...) a dependência que os meninos tem da figura do Fabiano é algo que precisa ser reavaliado dentro da Chácara. Ouvi de muitos meninos expressões, tais como: 'sem o Fabiano eu não seria ninguém'; 'se o Fabiano não existisse eu não sei o que seria de mim' eu tenho muito medo do Fabiano morrer'; 'o Fabiano pra mim é tudo'." (ibid., p,110)

Assim como está bastante nítido no discurso das educandas que assistiram a partida da 'Tia Sônia' o quanto foi doloroso para elas a quebra deste vínculo. Um vínculo mais forte torna mais difícil a saída da instituição.

Ou seja, um estreitamento de vínculo descuidado pode acarretar na perda da autonomia do indivíduo que é (ou deveria ser) o grande objetivo das Unidades de Abrigo.

Acreditamos que com a frieza forçada às educadoras do sistema imposto pela Secretaria (a estigmatização da comunidade), e ao fato da morada delas ser do Estado faz com que a estada na RNE seja caracterizada pelo *não pertencimento*.

Uma casa que não é delas, com regras que não são delas, objetos que não lhes pertencem, educadoras que não formam uma família com elas sendo que algumas destas educadoras ainda tem uma postura de distanciamento com relação a elas, e quando há uma postura de distanciamento há mais uma vez a lembrança de que aquele espaço não é delas.

Se não há pertencimento, não há possibilidade da construção da identidade. A questão das relações afetivas não está prevista no Estatuto. Este diz apenas que as entidades tem a obrigação de "preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente" (artigo 94, item VII).

Sob o *modelo racional* burocrático a única possibilidade de construção da identidade do sujeito possível no interior da RNE é com os iguais.

O processo de alteridade (descrito no capítulo 5) que proporciona aos internos e internas identidade, que dá sentido às suas ações, sensação de pertencimento, é melhor efetivado na Chácara e na RNE durante a época da 'Tia Sônia' pois é um espaço DELES E DELAS e não do ESTADO. Não é simples obediência a regras⁷ para ganhar abrigo e comida, é pertencimento, construção coletiva de uma história e de uma identidade.

A opção entre uma proposta que permite afetividade e participação ou uma proposta racional burocrática (como acreditamos que é a determinação da Secretaria até o momento do término das observações de campo) corresponde respectivamente à opção entre fazer das crianças e adolescentes atendidos sujeitos de sua própria história ou objetos da ação do Estado.

---

⁷ Na Chácara e na RNE durante a direção passada, segundo os relatos, todas as regras eram discutidas e determinadas coletivamente. Na RNE atualmente, há uma tentativa de democratização ao se chamar sempre uma educanda para participar de uma reunião de avaliação semanal, mas as educandas não sentem a casa como sendo delas e dizem que, de uma maneira ou de outra, as regras são impostas.

7. SAÍDA – E O FUTURO?

7.1 AUTO-IMAGEM NEGATIVA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A carga de estigma que as meninas da República recebem da comunidade, de algumas educadoras, e, às vezes, das famílias adotivas por que passaram, faz com que elas acabem incorporando um *status* de inferior, que vai inconscientemente nortear as suas atitudes.

Na maioria dos casos em que há um fracasso em conseguir organizar a sua vida está presente esta programação interna de 'inferior'. O indivíduo muitas vezes, por identificar-se com o seu próprio estigma, age no sentido de executá-lo, boicotando suas possibilidades, agindo como se espera que ele aja. Como dizia ELIAS (2000): "Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a esta expectativa"

Vejam abaixo a declaração de uma menina de 18 anos que já saiu da casa. Esta mesma menina se acha diferente das outras, e durante toda a sua entrevista revelou que não sucumbiu ao estigma, ou no mínimo, não se identificou com o *status* de inferior, apesar de ter passado boa parte da sua vida (6 anos) no interior da República. Num dado momento da entrevista ela diz:

Mariana - "Olha o colégio que eu estudava aqui no Santa Cândida, eu fui a primeira menina a estudar naquele colégio, é um colégio muito bom, por sinal eu não queria que ninguém fosse pra lá, por que elas tinham um comportamento diferente do meu, aí quando eu entrei lá eles já sabiam quem a gente era, e assim quando a gente entra num colégio por a gente ser da República a gente tem que fazer uma imagem de como a gente é realmente. Aí elas entravam e começava a fazer peruagens assim... só sacanagem mesmo, dá em cima dos meninos, esse tipo de coisa, arrumavam briga, aí só sujavam a imagem da gente assim sabe, Ah as meninas olha lá! Se viam eu ficando com algum menino, já começavam olha aí, esta aí é galinha, esta aí não presta, começavam a falar. Isso que era o mais complicado assim, das meninas"

Mariana – "As meninas novas sempre me acharam metida, não metida, mas eu queria ajudar, elas olhavam torto pra mim como se elas achassem que eu fosse inferior a elas, mas o que eu queria, eu queria ajudar, muitas vezes a Renata brigava comigo e eu dizia, eu quero que ela seja igual a mim entendeu? Não totalmente igual a mim, mas que ela veja o mundo de outra forma"

Esse discurso demonstra dois aspectos bastante importantes. Em primeiro lugar revela um indivíduo que não se identifica com o *status* de inferior, pois trata-se de uma menina que se vê como sendo diferente das demais e não quer ser

comparada a elas. Demonstra claramente uma diferenciação e um desejo de segregação com relação as outras pessoas com quem ela habitava, ela não queria ser identificada como uma daquelas meninas e por isso queria ser a única menina da República a freqüentar aquela escola que ela considerava de alto nível. Ela não queria ser comparada com as outras meninas, não queria ser 'contaminada' pelo estigma.

"Quer mantenha aliança íntima com seus iguais ou não, o indivíduo estigmatizado pode mostrar uma ambivalência de identidade quando vê de perto que eles comportam-se de um modo estereotipado, exibindo de maneira extravagante ou desprezível os atributos negativos que lhe são imputados" (GOFFMAN, 1975, p.118)

Em segundo lugar mostra como as meninas agiam, dentro do colégio. Assim como aparece no livro de ELIAS (2000), o grupo considerado inferior e 'selvagem' acabava agindo como tal. *"Eles eram rejeitados pela comunidade por se portarem mal e se portavam mal por serem rejeitados"*. (p.153) As meninas da República (assim como os garotos da vila estigmatizada no estudo de Norbert Elias) acabam agindo conforme a expectativa e a imagem que se tinha delas.

Percebe-se que diversas atitudes das meninas são fruto de uma identificação com o *status* de inferior. Tais atitudes que vão acabar boicotando suas possibilidades e concretizando o fracasso desejado pelos grupos estigmatizantes que os cercam. Algumas meninas por exemplo estão constantemente namorando vários meninos da região, exibindo-se através de danças no quintal, fugindo para ficar com os garotos, (às vezes no próprio bosque da casa). Existem no livro de ocorrências muitas anotações sobre meninas que gazeavam aula, que aprontavam, teve até mesmo relato de uma menina que foi pega transando com um rapaz considerado 'mau elemento' no banheiro da escola. Vê-se que o preconceito juntamente com a auto-imagem que as meninas já tem acaba direcionando algumas de suas atitudes:

Entrevistador – *"Mas elas aprontavam alguma coisa?"*

Joana – *"Ahã...Elas pulavam no bosque e ficavam com os piá. (...) faz tempo era em 2001 já. (...) Ele ficava com as gurias depois chutava as gurias sabe, só ficava uma noite depois chutava as gurias"*

Educadora – *"Nós pegamos várias vezes as meninas lá no bosque com os vizinhos"*

“(...) a vizinha chamada Amélia veio reclamar que os garotos estão pulando o muro de sua casa para entrar na República e ficar conversando com as meninas, como sempre são as mesmas, comentamos com as educandas novamente que este tipo de procedimento não condiz com nossa filosofia de trabalho” [Nota do Livro de ocorrências do dia 15 de janeiro de 2003]

“(...)para terminar bem a tarde, a L. e a J. estavam de brincadeiras de mau gosto na área, dizem que uma ficou tirando a blusa da outra, a L ficou desfilando lá fora de sutiã, estou deixando as duas no quarto por 24 horas” [Nota do Livro de ocorrências do dia 07 de agosto de 2002]

As considerações de Elias tratam exata e precisamente destas questões:

“As crianças e adolescentes da minoria desprezada do loteamento habitacional eram evitadas, rejeitados e tratados com frieza pelos colegas “respeitáveis da aldeia”, (...)porque o “mau exemplo” que dava era uma ameaça às defesas dos jovens “respeitáveis” contra seus próprios impulsos internos de desregramento; e como a minoria mais rebelde dos jovens sentia-se rejeitada, procurava revidar, portando-se mal de maneira ainda mais deliberada. Saber que, sendo barulhentos destrutivos insultuosos, eles conseguiam incomodar aqueles por quem eram rejeitados e tratados como parias funcionava como um incentivo adicional... para o “mau comportamento”. Eles gostavam de fazer exatamente as coisas que lhes eram censuradas, como um ato de vingança contra aqueles que os censuravam” (ELIAS, 2000, p. 152)

“(...)Cleuza surpreendeu várias meninas furando a estação tubo do portão, ao ver Cleuza, Clarissa voltou e mandou que elas pagassem a passagem. Quando chegaram fui questionar a atitude e Ariane respondeu que iria economizar vales para comprar o que tinha vontade e se fosse preciso iria roubar” [Nota do Livro de ocorrências do dia 15 de agosto de 2002]

“(...) Ao agir desta forma, tentando chamar a atenção despertando o ódio, os jovens outsiders ajudavam a reproduzir a própria situação de que tentavam escapar” (Ibid., p. 30)

Sua auto-imagem negativa manifesta-se também no seu desempenho escolar. Algumas meninas mostram verdadeira satisfação ao contarem ou constatarem que vão mal na escola, dizem rindo ou com certo orgulho “*eu reprovei de ano*”, várias vezes nós ouvimos, “*sabia que eu estou super mal na escola?*”:

“Daiane falou sorrindo sabia que eu reprovei?” [Nota do dia 23 de janeiro de 2003]

“Liguei para o Colégio Maria de Montessori, Milena foi aprovada, Ludimila reprovada. Ludimila ficou toda feliz por ter reprovado. Parabéns para nós que além de carregá-la o ano inteiro e ainda ter que aturar este tipo de atitude”. [Nota do Livro de ocorrências do dia 12 de dezembro de 2001]

Kátia -*“Ah, porque olhe só, todo mundo fala pra mim que eu tenho que voltar a estudar, eu vou voltar a estudar o ano que vem, só, ah, mais é que eu não tava a fim entendeu? Então eu não me sentia bem de ficar enganando as pessoas e ficar*

falando que ia pro colégio e não ia entendeu? E ficar em lugares por aí, não tava enganando só elas, mas eu também entendeu?

O descaso com a escola, o próprio descumprimento das regras, a briga por causa das escalas de trabalho, bebedeira quando saem, tomar as coisas das colegas (às vezes arrombando o armário) comportamento promíscuo de algumas (ficar com vários meninos do bairro, ou de ficarem com o primeiro que se candidata), o fato de meninas que são tratadas como prostitutas e agem como tal (menina flagrada no banheiro da escola transando com um rapaz considerado perigoso), ou das meninas que foram para a prostituição são indicadores de uma disposição à obedecer o status de inferior, e algumas atitudes ocorrem por um movimento do indivíduo de concretizar a auto-imagem negativa:

“O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma “pessoa normal”, um ser humano como qualquer outro, uma criatura portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima.” (GOFFMAN, 1975, p.16)

Entrevistador- Ela (Kátia) foi para a prostituição?

Vânia – “Ela tá fazendo strip-tease... ta fazendo... tá fazendo essas coisas assim...ela não era assim sabe? Acabou mudando...”

Entrevistador – Tem bastante história que caíram na prostituição foram pra droga... foram morar na rua...

Vânia – “Tem ... Tem a Fabíola... Só que ... Deixa eu ver...A Fabíola ela vem aqui de vez em quando... ela diz que não faz prostituição mas todo mundo acha assim. Uma vez eu tava eu tava trabalhando ainda [está de férias] eu vivia encontrando ela no Passeio Público e um dia eu cheguei nela e perguntei, você ta fazendo programa? Ela falou que não, mas da onde ela ia tirar dinheiro, ela tava com roupa de marca, tênis de marca, ela tava andando tão bonita assim, você não dizia que ela fazia aquilo entendeu? Mas ela ta fazendo e eu acho que ela acabou fazendo isso por que ela tinha dois gêmeos, e acabaram tirando os gêmeos dela. Eu acho que ela se revoltou assim.”

No que se refere à opção pela prostituição, Elias, tem também uma valiosa contribuição:

“As pessoas ‘inferiores’ tendem a romper tabus que as ‘superiores’ são treinadas a respeitar desde a infância. O desrespeito a esses tabus, portanto, é um sinal de inferioridade social. Com freqüência fere profundamente o sentimento de bom gosto, decência e moral das pessoas “superiores”. (ELIAS, 2000, p.171)

A seguir vemos o exemplo de Kátia, uma menina que está institucionalizada desde pequena, que teve duas oportunidades de sair do país, e segundo relatos de educandas e educadoras está na prostituição¹:

Kátia - "Era pra mim ser adotada, era pra mim ir pra Itália, é eu tinha acabado de chegar (no Hermínia Lupion²) , já tinha sido escolhido, aí eu não fui"

Entrevistadora (Silvana)- *"Pedimos mais detalhes desta adoção e ela explicou:
Kátia - "Tipo, tiravam foto nossa e nossas fotos iam pro exterior entendeu?: Lá pra lá. Aí tipo, folheavam todo catálogo e tipo a menina que eles gostasse mais eles mandavam a foto deles pra gente entendeu? E tinha que ser bem de vida e não podia ter filho e daí eles escolheram eu, entendeu? Sendo que tinha um monte de menina na fila e elas eram mais velhas do que eu, aí quando veio assim eu fiquei feliz, só que daí eu não fui entendeu? Fiquei dois dias com eles aqui no Brasil, tinha que ficar um mês, pra depois ir pra lá, e eu não quis ir."*

Entrevistadora (Silvana) - *"Indagamos sobre o motivo de sua recusa em ser adotada"*
Kátia - *"Ah, por que muita gente jogava para mim assim, eu não achava certo entendeu? daí eu dei a vez pra uma menina que já tava há muito tempo na espera" (...) eu gostei deles entendeu? Mas é que eles me tratavam bem demais e eu não era acostumada com aquilo entendeu? Então eu achava que não era merecedora(...) eu acho que eles gostaram de mim sim porque era por uma foto assim não era pessoalmente ali, e eles olharam pra foto e gostaram entendeu? Mas depois a gente conviveu dois dias assim eles eram legais, eu também gostei deles, só que eu não fui por causa das meninas entendeu? E também por que eu não achei justo (...) É tipo assim, a bobeira minha é que eu fui um dia com eles aí no segundo dia eu quis voltar pra lá entendeu? E nisso eu voltei a pressão tava muito grande, começaram a cobrar porque eu tinha saído com eles, começaram a falar um monte de coisas pra mim, e aí a partir daquele momento a minha cabeça mudou e eu não quis ir" (...) "é eu senti receio por causa disso também né, porque afinal eles não eram meus pais verdadeiros, e outra eu tava indo pra um lugar assim onde eu não conhecia entendeu? E porque era na época em que tavam seqüestrando muita criança entendeu? Então tipo assim, eu fiquei meio no receio por causa das meninas também"*

Outra educadora, falando da Kátia ao ser perguntada com quem ela morava:

Renata - "Com uma amiga, que assim, na verdade a Milena contou pra mim em off que ela foi pra casa dessa menina que o pai dela é cafetão. Ela fugiu.(...) A Kátia já tinha conseguido um emprego pra ela na Alemanha que ela ia ganhar 500 euro, iam matricular ela num curso de Alemão lá e ela ia cuidar de duas crianças, isso assustou ela assim tremendamente, e nós achamos que o que levou ela à fuga foi isso, o medo desse compromisso, aí ela se boicotou, quem que não ia querer ir né., numa oportunidade dessa. "

¹ Trata-se de uma menina que fugiu da casa. Esta entrevista foi concedida por ela a à educadora Silvana Fátima Freitas (nome verdadeiro), por conta do monografia de graduação da mesma.

² Orfanato de Curitiba.

Esta garota é um exemplo de que um auto-conceito negativo é, muitas vezes determinante do fracasso. Também interessante perceber como a pressão das outras colegas foi determinante para a sua renúncia de uma nova possibilidade:

“(...) supõe-se com freqüência, e há provas disso, que a pessoa que se encobre sentir-se-á dividida entre duas lealdades. Ela sentir-se-á um pouco alienada de seu “novo” grupo por que provavelmente não se identificará de maneira completa com a sua atitude em relação aos membros da categoria a que pertencia. E talvez se sentirá desleal e desprezível por não poder responder às observações feitas pelos membros da categoria dentro da qual ela se encobre contra a categoria a que pertencia – sobretudo quando ela própria considera perigoso não aderir a esse aviltamento.” (GOFFMAN, 1975, p.79)

“Uma vez que em nossa sociedade o indivíduo estigmatizado adquire modelos de identidade que aplica a si mesmo a despeito da impossibilidade de se conformar a eles, é inevitável que sinta alguma ambivalência em relação a seu próprio eu.” (ibid. p.117)

“Quanto aos jovens, como sucede a outras pessoas, eles queriam ser “alguém”. Mas a única maneira que conheciam de mostrar aos que os tratavam como “ninguém” que de fato eles eram “alguém” era inteiramente negativa, a exemplo do sentimento que eles tinham a respeito de sua identidade: era a condição de outsiders rejeitados que, numa compulsão onírica e totalmente ineficaz, rebelavam-se contra essa rejeição através de uma espécie de guerrilha, provocando e perturbando, agredindo, e tanto quanto possível, destruindo o mundo ordeiro do qual eram excluídos, sem entender muito bem por quê. A lógica de seus sentimentos e atos parecia ser: “Vamos obrigá-los a prestar atenção em nós, se não por amor, ao menos por ódio”. Eles eram rejeitados pela comunidade por se portarem mal e se portavam mal por ser rejeitados”. Ao agir de acordo com esse sentimento, eles ajudavam a reproduzir a própria situação que tentavam escapar.” (ELIAS, 2000, p. 144-145)

“Verifica-se que as crianças marginalizadas são mais propensas à agressividade e, em certo sentido, materializam os esteriótipos que lhes são atribuídos, pelo menos até certo ponto.” (ibid., p. 30)

Como diria Elias, o fato de algumas delas seres meninas ‘de República’ fê-las acreditarem que estavam fadadas á fracassar. *“(...) é provável que algumas crianças que cresceram no “beco dos ratos” (...) tenham sofrido se uma imagem do “nós” similarmente maculada e por isso se tornaram desviantes.”*

E aqui não estamos nos reportando apenas a algumas meninas que muito raramente cometeram algum ato isolado que é considerado normal á qualquer adolescente (pois se assim fosse estaríamos raciocinando com a mentalidade estigmatizante), mas baseados no fato de que muitas meninas ‘aprontam’ e que algumas fugiram para as ruas, o tráfico, a prostituição, para uma morte violenta ou a mendicância.

7.2 TERROR NA SAÍDA

A hora da saída é uma questão importante nesta instituição. Em primeiro lugar por que muitas ainda não estão estruturadas financeiramente e não tem famílias em condições de recebê-las quando chegam aos dezoito anos. Somado a isso, tem o medo do fracasso, a perda de alguns benefícios e certas tranqüilidades. As meninas que estão para sair passam por uma fase de muita ansiedade. Existem casos de meninas que sempre tiveram um bom comportamento, e quando vai chegando a hora de pensar em deixar a casa, começam a 'aprontar'.

Goffman já havia escrito que o alívio das responsabilidades econômicas e sociais traz ao internado um efeito desorganizador. "Por isso a estada do internado é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte ao mundo exterior, o que já foi denominado "desculturamento" – isto é "destreitamento" – que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos da sua vida diária". (GOFFMAN, *Manicômios...*, 1996, p.55)

Segundo Goffman, muitos internados apresentam angústias quanto à sua liberação, em virtude o medo de 'se sair bem' no mundo real, de ser aceito, de se readaptar. A liberação tende a acontecer justamente quando o internado aprendeu a sobreviver dentro da instituição, quando estabeleceu laços afetivos, que descobre que são muito importantes.

E é muito interessante perceber, como ressaltou Goffman, que o temor de sair é um fenômeno peculiar à instituições onde as pessoas ficam internadas por um período de tempo, mesmo que sejam instituições onde o indivíduo foi prejudicado. Não raro os soldados, ex-detentos e ex-doentes mentais têm dificuldades em abandonar a instituição que lhes prejudicara, e arranjam alguma forma de manter algum vínculo com ela. O que também acontece nesta República: muitas meninas que saíram mantêm vínculos com a casa ou com pessoas que estiveram na casa na mesma época que elas.

O terror da saída, além de medo de enfrentar a realidade de se sustentar, é o desafio de enfrentar o estigma. De ter uma série infundável do que Goffman chamava *encontros mistos*³. Na república o indivíduo tem o estigma mas todos os que o

---

³ Encontro entre indivíduo estigmatizado e indivíduo 'normal'.

cercam também o tem, na sociedade 'lá fora' não. Por questão de esclarecimento vamos repetir este trecho de entrevista:

Entrevistador – *“Como se apresentaria a alguém?”*

Kátia - *“eu iria dizer que eu sou a Kátia, que eu moro numa república de meninas entendeu? E que eu não tenho mãe nem pai, o que eu sempre falo pra todo mundo e eu acho que é assim, quando eu conheço alguém, logo eu tenho que falar de cara que eu moro numa república que só tem menina que eu não tenho família entendeu? Por que se for pra ser meu amigo tem que me aceitar do jeito que eu sou entendeu? Porque eu fico com medo de ir prolongando a conversa e chega no final você fala e as pessoas se decepcionam com você, tem que falar de cara.”*

Kátia - *“Achei muito importante que você tenha me entrevistado porque eu acho importante que as pessoas lá de fora saibam que nós aqui dentro não somos diferentes de ninguém, nós só temos mais experiência, nós não somos diferentes...”*

A educadora Silmara dá uma interpretação bastante pertinente:

Silmara - *“a pessoa 'lá de fora' é a sociedade, e nós aqui dentro, as pessoas lá de fora também somos nós que também trabalhamos aqui dentro. Ela fala que tem uma família, mas você sabe que esta família... você sabe que ela não é aceita nessa sociedade. “Por que ela tem a representação que tem uma família (que no caso é a República), mas a sociedade não aceita esta família (...) Eu vejo claro este preconceito. A sociedade não aceita esta condição dela de institucionalizada. Por que quando ela diz assim: “Não quero que se decepcione comigo fica óbvio que já aconteceu, né. “*

Neste sentido, Goffman descreve o que acontece com um estigma de defeito físico, mas que é totalmente aplicável ao caso das meninas que saem da casa.

*“Quando este fator é removido por cirurgia, o paciente perde a proteção emocional mais ou menos aceitável que ele oferecia e logo descobre para sua surpresa e inquietação, que a vida não é fácil de ser levada, mesmo pelas pessoas que tem rostos 'comuns', sem máculas. Ele está despreparado para lidar com esta situação sem o apoio de uma 'desvantagem', e pode-se voltar para a proteção menos simples, mas semelhante, de padrões de comportamento de neurastenia, conversão histérica, hipocondria e estados de ansiedade aguda” (GOFFMAN, **Estigma...**, 1975, p.20)*

Obviamente que o motivo mais forte para ansiedade é a perda de uma proteção. Existe a proteção material mas também uma autodefesa, um comodismo das meninas atrás da sua própria condição. *“Se não der certo comigo é porque eu sou órfã, ou porque sou de República”⁴*. No momento em que não se é mais de República diminui-se o estigma mas diminuem as desculpas que o indivíduo pode

⁴ como afirmou Goffman (loc.cit. p. 46.): *“A criatura estigmatizada usará provavelmente o seu estigma para 'ganhos secundários', como desculpa pelo fracasso a que chegou por outras razões”*

apresentar pra si mesmo e para os outros, aumenta a responsabilidade, suas conquistas dependem muito mais dele.

A educadora confirma a nossa observação.

Renata - *“Mas eu percebo assim quando a menina vem de muito tempo institucionalizada, a instituição, por outro lado traz muitos problemas. (...) A gente tem meninas assim que estão abrigadas desde os oito meses, estas são mais difíceis, de criar autonomia, por que já criou este vínculo todo com o governo, daí elas acham que vão ter tudo (...) por um lado (pensam) que é obrigação do governo por um lado sempre manter isso, instituição, não é por aí né?”*

Renata - *“De uma forma ou de outra se ela ficou muito tempo ela aprendeu a operar dentro daquele espaço e o fato deste espaço dar às meninas tudo ‘de mão beijada’ é uma grande desvantagem ela perder todas as benesses que encontra dentro da casa. O excesso de coisas dentro da casa talvez explique o fracasso de algumas meninas ao saírem porque se torna pra elas muito difícil de manter o mesmo nível de conforto.*

Mas além da questão básica, que é a preocupação com o sustento material em diversos níveis, existe o peso de toda a questões sobre o reordenamento do sujeito. Todos os aspectos ressaltados para o processo na entrada na instituição (capítulo 4.1.1), servem para a saída, entretanto, em sentido contrário. A saída é tão ou mais ‘dolorosa’ que a entrada, porque como muito bem definiu ENRIQUEZ (1991), obriga o indivíduo a “um luto e um novo processo de reorganização da personalidade”. Abandona-se mais uma vez o universo conhecido, os laços conhecidos, os padrões de comportamento e as ligações às quais se tem confiança.

“Toda instituição tem um corpo de conhecimento transmitido como receita, isto é, conhecimento que fornece as regras de conduta institucionalmente adequadas. Este conhecimento constitui a dinâmica motivadora da conduta institucionalizada. Define as áreas institucionalizadas da conduta e designa todas as situações que se localiza dentro destas áreas. Define e constrói os papéis que devem ser desempenhados no contexto da instituição em questão.” (ENRIQUEZ, 1991, p.54)

“Eles elaboram uma certa maneira de viver na instituição, uma armação estrutural que se cristaliza numa determinada cultura, ou seja, em atribuições de postos, em expectativas de função, em comportamentos mais ou menos estereotipados, em hábitos de pensamento e de ação, em rituais minuciosamente observados, devendo facilitar a edificação de uma obra coletiva” (ibid., p. 94)

Ao permanecerem na casa, elas tiveram que aprender os novos valores, costumes e comportamentos do grupo. Tanto os valores que o grupo tem de si mesmo, (que estão vinculados aos valores do grupo com o restante da sociedade), quanto o valor que ela tem

---

dentro do grupo. Quanto maior foi a aceitação destes valores, maior foi sua integração à casa, e melhor ela se sentiu durante a sua estadia e pior será o momento da saída.

7.3 AS EDUCANDAS QUE JÁ SAÍRAM

Segundo dados oficiais da SMCr, de um universo de 90 meninas que estiveram na instituição desde 1998 (ano que estes registros passaram a ser feitos) encontramos o seguinte quadro no que se refere à motivo da saída.

TABELA 5 – QUANTIDADE E PORCENTAGEM DE MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA POR MOTIVO DA SAÍDA – 2003

RAZÕES DA SAÍDA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Retorno familiar	32	35,6 %
Evasão	19	21,1%
Transferencia de Unidade	14	15,5%
Orientado e liberado	8	8,9%
Recâmbio	4	4,5%
Entregue ao Conselho	3	3,3%
Guarda	1	1,1%
Outros	9	10%
TOTAL	90	100%

FONTE: Secretaria Municipal da Criança.

Considerando que é uma instituição em que uma minoria das abrigadas vem de uma história de vínculos com a rua podemos concluir um retorno familiar bastante baixo, o que indica que 64,4% das famílias não tiveram condições de receber a menina novamente. Não temos maiores detalhes sobre os termos usados pela SMCr para caracterizar estas saídas, sabemos apenas que o termo 'Recâmbio' designa a situação que a abrigada 'foge' e é depois acolhida em outra unidade de abrigamento. De qualquer forma podemos destacar que o número de evasões é bastante alto para uma Unidade de Nível 2.

Já foi dito que a nossa pesquisa não se preocupa em enfatizar dados estatísticos como forma de analisar a eficácia das instituições. Entretanto, fizemos

um pequeno levantamento da atual situação de um pequeno (mas representativo) grupo de meninas que estiveram na República, o que pode nos trazer algumas conclusões.

Esta amostra que estaremos exibindo a seguir é de um universo de 16 meninas que já saíram da casa das quais conseguimos informações respeitando o critério de que 8 meninas saíram por 'desligamento oficial'⁵ e 8 por 'evasão'⁶.

Podemos tentar perceber, por exemplo, aspectos que sejam similares na atual situação destas moças, com vistas a detectar fatores de sucesso⁷ no processo de inserção ou reinserção social das meninas abrigadas. Vejamos:

TABELA 6 – QUANTIDADE DE MENINAS⁸ QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR FORMA DE SAÍDA – 2003

FORMA DA SAÍDA	QUANTIDADE
Desligamento oficial*	8
Desligada por evasão	8
TOTAL	16

FONTE: Educandas, Educadoras e Direção da República Nova Esperança.

*Por desligamento oficial entende-se que a menina saiu pelo fato de ter completado 18 anos, ou por um parente ter requerido a guarda na justiça.

⁵ Termo utilizado pela SMCr.

⁶ Termo oficial utilizado pela SMCr. Usa-se muito dentro da instituição, o termo **fugir**. Que consideramos, assim como o termo **evasão**, errado já que não se trata de uma Instituição Fechada. Por isso iremos evitar a utilização deste termo, usando os termos fuga e evasão entre aspas.

⁷ Que podem também, ser chamado de *fatores de resiliência*, que segundo ASSIS, (Simone G., **Traçando caminhos numa sociedade violenta** Rio de Janeiro Fiocruz, 1999 . p. 21) são aspectos que acontecem na vida do indivíduo que o protegem, evitando que ele busque ou se renda ao caminho da transgressão legal.

⁸ Quadro estatístico de 16 meninas de idade entre 16 e 22 anos, que moraram (no mínimos seis meses) na casa. Estas informações nos foram dadas pelas educadoras, pelas atuais educandas e por contatos telefônicos que fizemos com as meninas que já saíram. Sobre as meninas que fugiram, temos informação, por que após a fuga, mantiveram algum tipo de contato com alguém da instituição:

TABELA 7 – SITUAÇÃO GERAL DAS MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR FORMA DE SAÍDA – 2003

SITUAÇÃO	Desligadas Oficialmente	Desligadas por evasão	Total
Está bem	6	4	10
Não está bem	2	2	4
Sem informação		2	2
TOTAL	8	8	16

FONTE: Educandas, Educadoras e Direção da República Nova Esperança.

Consideramos as que “estão bem” as que (segundo as nossas próprias informantes) não estão na rua, nem na ilegalidade, que não estão passando grandes privações, ou que não tem doenças sérias. Se a menina tiver um dos aspectos mencionados foi categorizada como menina que “Não está bem”.

Pode-se perceber pelo quadro acima que a “evasão” não representa a migração para uma situação ruim, assim como a estada na instituição não garante uma boa situação.

É importante ressaltar que entre as quatro meninas que fugiram e que foram enquadradas entre as “que estão bem”, encontram-se atualmente em situação razoável, porém instável, pois moram de favor em casa de amigos ou na casa dos pais dos namorados (sendo que estes não trabalham).

Entre as meninas que consideramos entre as “que não estão bem”, a situação em que se encontram foram: uma está na prostituição; uma mora na favela com o companheiro e ambos estão desempregados; uma é portadora do vírus da Aids (não se sabe, atualmente, o paradeiro) e uma está sem dinheiro, sem emprego abandonada pelo namorado com um filho e morando de favor com parentes.

TABELA 8 – SITUAÇÃO DE TRABALHO DAS MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR FORMA DE SAÍDA – 2003

SITUAÇÃO	Desligadas Oficialmente	Desligadas por evasão	Total
Não quer trabalhar fora	3	1	4
Trabalha fora	2	1	3
Está procurando emprego	3	6	9

FONTE: Educandas, Educadoras e Direção da República Nova Esperança.

No quadro acima consideramos o trabalhar fora, uma atividade com remuneração, com carteira de trabalho assinada ou não, mas que seja diária, constante e legal.

TABELA 9 – SITUAÇÃO DOMICILIAR DAS MENINAS QUE JÁ DEIXARAM A REPÚBLICA NOVA ESPERANÇA E CONTINUAM EM CONTATO COM A MESMA POR SITUAÇÃO GERAL – 2003

SITUAÇÃO	Mora com companheiro	Mora com parente	Mora com amigos	Sem informação
Está bem	5	3		
Não está bem	1	1	1	1
Sem informação (2)				
TOTAL (2)	6	4	1	1

FONTE: Educandas, Educadoras e Direção da República Nova Esperança.

Nota-se pelo panorama geral encontrado nessa amostra que as meninas “que estão bem” todas moram com o companheiro ou com a família, sendo que a maioria com o companheiro. Nenhuma mora sozinha ou com amigos.

Chama a atenção a quantidade de meninas que estão fora do mercado de trabalho e inclusive três (sustentadas por parentes ou pelo companheiro) que não querem trabalhar fora de casa.

Pelo nosso período de observação, podemos dizer que o número de ‘evasões’ foi bastante elevado, considerando-se que se trata de uma República de Nível 2.

Entre os motivos para ‘evasões’ apontados pelas educadoras e educandas que ainda mantém contato com as meninas que se ‘evadiram’, estão principalmente a ‘fuga’ por causa do namorado (nesta amostra de 16 meninas por exemplo, 7 meninas, entre as 8 que fugiram, deixaram o projeto por este motivo), e pela alegação de falta de liberdade.

Entre os motivos para ficar apontado pelas meninas que ainda estão na casa, elas mencionaram: carinho, comida, abrigo, dedicação das educadoras, amigas, vínculo com as educadoras.

7.4 'FUGAS': NAMORADO=OPORTUNIDADE

O número de 'fugas'⁹ é elevado para um lugar que está oferecendo uma proteção efetiva às meninas; e onde elas tem muito mais liberdade se comparada às casas de Nível 1¹⁰. Aspecto que também nos causou muitos questionamentos. Além das fugas serem muitas, boa parte delas são de meninas que fogem com o namorado, antes de chegar o momento do desligamento.

Consideramos que a grande quantidade de fugas que vêm acontecendo está vinculada à falta de perspectiva que estas meninas tem com o futuro. Elas sabem que a sua saída representa a perda de muitas coisas; principalmente o conforto material e psicológico de não ter que se preocupar com o próprio sustento. As que estão para sair percebem que a vida fora da instituição é realmente difícil. Os relatos e índices mostram que as que saíram não conseguiram se manter sem a ajuda de uma família ou de um companheiro.

Quando completam 18 anos e devem deixar o projeto, mas não tem como voltar para a família e nem como sustentar-se, a chance que elas vêm de garantir a sua sobrevivência sozinhas é muito pequena. O que explica o fato de muitas fugirem para viver com os namorados. As meninas que estão na casa percebem que as ex-externas que estão em melhor situação, são as que estão casadas ou tem família estruturada. Esta é uma realidade. O depoimento desta educadora é precisamente sobre este fato:

Entrevistador- "Você acha que a maioria das meninas voltam pras famílias ou elas conseguem uma estabilidade, digamos assim, sozinhas?"

Silmara - "É, eu acho que o maior número de meninas é que retornaram pra família, por uma questão estritamente material... acho que o mais fácil seria mesmo se você conseguisse um contato com a família, porque você... elas saem daqui fazendo o que? No máximo ela vai conseguir um estágio de 200 reais por mês. Como que ela vai pagar água, luz, aluguel, né? O mais fácil seria com a família só que nem sempre é possível(...)"

A maioria esmagadora das meninas que "fogem" desta instituição, não o fazem para voltar à rua (como acontece com as meninas na Unidade de nível1 que

⁹ Toda vez que usamos o termo fugas ou fugir estamos usando o termo que como as educandas e educadoras se referem ao ato de sair da instituição sem consentimento da direção da República e, portanto do Conselho Tutelar. Como já dissemos, este termo não deve ser entendido ao pé da letra, já que as meninas não estão detidas.

¹⁰ No espaço de tempo em que estivemos na casa foram mais de dez desligamentos por evasão.

estão sempre fugindo porque têm muito vínculo com a rua); na República, as que tem vínculos com a rua atualmente são pouquíssimas¹¹. Elas fogem porque se desesperam com a falta de perspectiva porque vêem como única alternativa, quando não tem família apta a recebê-las, o encontro de um companheiro que as sustente ou as apoie financeira e emocionalmente.

A ansiedade da hora de sair (todas as que fugiram tinham entre 16 e 18 anos) faz com que elas 'se agarrem' ao companheiro, quando este representa uma oportunidade de sobrevivência. O que, na verdade, sob a ótica da sobrevivência lícita, demonstra que elas estão agindo conforme foram instruídas pelas educadoras, estão procurando se manter sem recorrer à prostituição e outros tipos de ações ilegais. E estão tentando manter o padrão de conforto que tinham na casa.

Colabora para acreditarmos nesta afirmativa o fato de que há uma valorização no interior da instituição, por muitas falas das educandas, do estar 'bem casada'. E também o fato de que 4 meninas que fugiram disseram (quando entrevistadas) que gostavam de morar ali.

---

¹¹ Existem apenas dois casos de "fuga" com esta finalidade: uma menina que foi para a prostituição e outra que "fugiu" para encontrar (segundo ela mesma) uma 'galera' que lida com drogas. Sendo que esta última fugiu com o namorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

República: Nova Esperança?

Acreditamos que a estada numa instituição como esta só deve acontecer nas situações em que a integridade física ou a sobrevivência da criança ou adolescente estejam realmente ameaçadas¹; porque, a curto prazo será difícil reverter o caráter estigmatizante desta instituição.

Morar numa instituição pública, além de uma experiência estigmatizante, é prejudicar a possibilidade de possuir uma vida privada. Do ponto de vista das internas, o seu lar é do Estado e a sua 'família' é do Estado. As moradoras desta instituição não tem portanto uma esfera privada onde se resguardar do mundo. Hannah Arendt que nos faz perceber a profundidade deste aspecto: "No entanto há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença dos outros no mundo público; (...) existem muitos assuntos relevantes que só podem sobreviver na esfera privada."(ARENDR, 1985, p. 61)

Podemos afirmar, que na RNE A ESFERA PRIVADA É PÚBLICA. Quer dizer que o indivíduo que lá habita não tem o que nós temos em nossa esfera particular: privacidade. A vida privada das meninas da instituição é permeada e controlada por funcionários públicos (que segundo desígnios da Secretaria à qual respondem não podem estabelecer laços de vínculos fortes com elas). As que tem parentes consangüíneos (que são maioria) não podem contar com eles, (se pudessem não estariam naquela instituição). Seus 'parentes' passam a ser as educadoras. E aí é que se deve questionar se este distanciamento preconizado pela Secretaria é realmente o melhor posicionamento.

A República Nova Esperança está sendo eficiente? Talvez sejam necessários mais dados e mais tempo para sabermos. Pois seria interessante analisar a situação de uma amostra de meninas que estiveram na instituição apenas após a reforma, ou seja, quando as meninas que entraram na casa de outubro de 2001 até atualmente, saírem.

---

¹ Conforme declaração da diretora, que descrevemos no capítulo 6.2, nem sempre este critério é seguido à risca.

O que é certo é que em relação ao que se conhece sobre os antigos modelos de instituição para adolescentes em situação de risco já analisados por vários autores entre eles ASSIS (1999), LEVISKY (1998), VOLPI (1997), MALDONADO(1997); este modelo representa um grande avanço.

O simples fato de não ser uma instituição total já indica uma evolução. Existem muitos outros pontos positivos: o fato de ser uma instituição pequena² com uma média de uma educadora para cada 4 meninas, de se dar importância aos estudos, a um grande número de atividades culturais, à inserção profissional e às condições básicas (comida, abrigo, e principalmente serviço de saúde) com qualidade é um grande avanço. Nestes aspectos a RNE está em plena concordância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Existem meninas que vão ao curso de inglês, dança, natação; que são atividades que apenas adolescentes de famílias com razoável poder aquisitivo tem acesso. A totalidade das meninas tem a disposição dentro desta instituição, muito mais recursos materiais do que costumava ter antes de sua entrada na mesma. Entretanto esta melhoria na vida material não vem acompanhada, até o momento, de benefícios a auto-imagem das adolescentes, pelo contrário.

O ECA ainda não prevê a questão do estigma e das relações interpessoais e suas conseqüências. A auto-imagem positiva é fundamental para qualquer indivíduo, em especial para estes adolescentes. E estas duas questões principais (estigma e relações interpessoais) são fatores importantes da formação desta auto-imagem e do fortalecimento dos fatores de resiliência (que mencionamos no início do trabalho, p. 2). Conseqüentemente os cuidados com relação a estas questões são fundamentais para que instituições como esta realizem com sucesso seus objetivos de auxiliar estes jovens.

Experiências como a Chácara Quatro Pinheiros, ou o sucesso que a diretora antiga obteve em reintegrar meninas de rua; e ainda muitas outras histórias de jovens atendidos pela SMCr que obtiveram efetivamente uma (re)integração à sociedade, nos faz acreditar que, em se fazendo alguns ajustes neste modelo de

---

² *Uma menina comenta, (comparando a República com outra instituição onde esteve), ao ser perguntada sobre onde acha que recebeu as suas noções de certo e errado: "eu acho que foi aqui. É que lá no Hemínia era assim, tinha muita menina entendeu? A gente não conversava muito com as imãs a gente conversava mais entre a gente, acho que eu vim aprender aqui num lugar menor com menos meninas né".*

casa, as possibilidades de sucesso são reais, mesmo que estas casas sejam administradas pelo Estado. Basta que se preste atenção às ações que proporcionem uma auto-imagem positiva aos adolescentes. Deve-se mostrar a eles (independentes do vínculos) que eles são pessoas capazes e merecedoras de respeito, não por favor do Estado, mas pelo valor deles mesmos.

Acreditamos que os dois exemplos apresentados de modelo afetivo são exemplos de uma ação bem sucedida. E conseguiram sucesso, não pelos vínculos afetivos (pois estes merecem sérias ponderações como já foi apontado no capítulo 6) mas por que estes tipos de vínculos deram uma noção de pertencimento aos indivíduos e fez com que eles tivessem em sua auto-imagem a noção de que são merecedores de viver dignamente na sociedade; o que os ajudou a superar a condição de estigma que tinham anteriormente.

A valorização do indivíduo se dá, por exemplo, com a realização da Festa de 15 anos proporcionada às meninas pela antiga direção da RNE. Como já mencionamos (nota 1 p. 83), foi um evento com todas as pompas peculiares a uma festa de debutantes. As meninas tiveram com esta festa a realização de um sonho. Assim como uma jovem da RNE que teve (também pelo esforço da direção) realizada sua cerimônia de casamento. Tal celebração é lembrada até os dias atuais pelas meninas. (Há a foto da cerimônia deste casamento no porta-retrato da sala de televisão)

Eventos como estes, de grande importância simbólica na nossa sociedade e que povoam os sonhos das meninas, são na verdade, rituais que colocam os indivíduos numa situação de aceitação, como se dissessem a eles: “*você agora faz parte desta comunidade*”. No baile de debutantes as moças são apresentadas à sociedade como pertencentes a ela, merecedoras de sua atenção; é uma cerimônia de acolhida. Percebe-se que uma cerimônia como esta é um trabalho poderoso em benefício da auto-imagem das meninas, e independe do tipo de relação que se tem com elas, é uma demonstração de aceitação social.

Assim como as festas de aniversário que muito as empolgam. A realização das comemorações de aniversário (comer bolo, cantar parabéns, ganhar presentes, festejar com o grupo) significam ao indivíduo homenageado que os demais estão reconhecendo e agradecendo a sua existência e a sua companhia.

O aniversário é um ritual imbuído de simbologias extremamente benéficas à valorização do EU. Ela significa para o indivíduo, o reconhecimento dele pelo grupo. Quer dizer, em primeiro lugar: “*EU existo*”, e em segundo: “*eu sou importante para as pessoas por que elas estão aqui fazendo uma festa para mim, comemorando que eu estou no meio delas*”.

Estes e outros aspectos da valorização do indivíduo devem ser levados em conta nestas instituições que devem se preocupar, não apenas com os suprimentos das necessidades materiais, mas com as ferramentas para a construção da identidade e valorização do indivíduo abrigado.

A República Nova Esperança atinge seu objetivo de proteger fisicamente as adolescentes abrigadas. E as protege em muitos aspectos: das agressões de famílias violentas, da ameaça das ruas, das privações. E, ao isolar as meninas das oportunidades de atividades ilegais e destruidoras, as protege de um encontro com um destino ainda mais grave.

Não é a situação ideal para um indivíduo estar numa instituição, sem ter convivência constante com a família e sujeito ao preconceito. Mas tendo em vista a anterior situação destas meninas e as possibilidades que elas tinham, vê-se que estar numa República como esta, (mesmo com todas os reveses abordados neste trabalho) é indubitavelmente mais seguro do que o risco da mendicância, da exploração, das drogas, do tráfico, da prostituição, ou (o que seria pior), da internação em uma instituição que causa ainda mais prejuízos ao indivíduo, como as de modelos anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para que as chances de reintegração dos adolescentes se multipliquem, deve-se, além de prestar atenção às questões que foram mais exaustivamente abordadas; realizar alguns ajustes ao modelo que descrevemos a seguir, de forma resumida (por considerarmos que a justificativa das necessidades de tais ações já estão amplamente presentes no cerne deste trabalho).

Assistência psicológica

As meninas que vivem sob estigma tem uma situação ambígua e complexa. Ao mesmo tempo temem ser desrespeitadas e temem ser respeitadas. Na primeira situação por uma questão do próprio instinto de sobrevivência do indivíduo na

segunda por que ser respeitada não combina com a identidade social que ela já incorporou. Quando alguém as trata bem, ou as trata como normal, parece que alguma coisa está errada.

É uma situação bastante complicada no sentido de que isso anula qualquer tentativa de (re)construção do sujeito. Para amenizar os efeitos do estigma, e as deteriorações que elas já sofreram no seu eu por conta de sua história de vida anterior a instituição, é imprescindível o acompanhamento psicológico efetivo e de qualidade.

Educadoras

Tudo o que foi relatado com relação a algumas ações da equipe dirigente mereceria ser revisto a fim de que este modelo de instituição possa melhorar a eficácia da realização de seus objetivos. E isto pode ser efetivado com um preparo mais elaborado e contínuo dos profissionais que acompanham o cotidiano da instituição. O preparo dado às educadoras até o momento é claramente insuficiente.

Lidar com indivíduos que já tem as suas noções de segurança básica abaladas é um trabalho que exige preparo. Independente do modelo adotado (racional burocrático ou afetivo). A equipe dirigente deveria receber orientação e apoio profissional para saber lidar com estas adolescentes.

Se as educadoras fossem melhor preparadas e também recebessem uma forma de acompanhamento psicológico ou emocional, não sentiriam a necessidade de marcar tanto as diferenças através de mecanismos de segregação, (como os descritos no capítulo 6.3). O que traria ainda mais avanços ao trabalho desenvolvido na instituição. E daria às profissionais condições de ajudar as educandas reforçando nelas uma melhora de auto-imagem e não o contrário.

Família

É preciso efetivar um trabalho mais em contato e acompanhamento das famílias. As meninas vêm as famílias mas estas não são acompanhadas, nem orientadas, no sentido de se preparar para receberem e ajudarem a meninas após o

seu desligamento da instituição. O ideal, era dar mais condições para que estas cumpram seus papéis.

Com relação ao trabalho com as famílias, a diretora declara:

“Mas o trabalho que nós fazemos aqui em relação às família ainda precisa ser bastante melhorado. (...) Até eu to querendo fazer um mapa das famílias. Quem é o pai, o que tem condição de fazer, se trabalha, se tem condição de trabalhar, pra estudar melhor aquela família até pra ajudar um pouco mais, porque nós temos alguns programas na prefeitura aqui. Por que cesta básica é muito pouco. A gente só dá porque vem e nós damos. Fazer programas assim que eles possam fazer um curso profissionalizante, pra que eles possam tentar trabalhar, gerar alguma renda que não seja através do trabalho com carteira assinada, mas que seja um trabalho informal... A gente quer trabalhar assim as família, além deste vínculo com elas, não distanciar da meninas, a família, ó teu filho tá aqui... Tentando ajudar, dando algum suporte, é muito difícil, muito difícil... Por causa da falta de opção. Eles até vão lá, fazem o curso, mas daí falta o emprego, ou falta o capital pra iniciar, sabe, não tem estrutura.”

Estar com a família é benéfico ou nocivo? Com relação ao vínculo familiar não se pode generalizar para nenhum lado. A falta de convivência com a família, tanto pode ser uma necessidade como pode ser um equívoco, pois a situação de cada família é peculiar. Algumas meninas conseguiram sair-se bem justamente por que tiveram vínculos e foram morar com parentes. Outras tentaram morar com a família, mas esta continuava na mesma situação e elas acabaram voltando às ruas, à exclusão e à prostituição.

Se a intenção do projeto e a proposta do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente é o retorno à família (quando esta é passível de melhora); de nada adianta deixar a menina isolada na República, sem acompanhar e auxiliar o desenvolvimento familiar. Esperar que a família se modifique por sua própria conta, é esperar que a menina volte com 18 anos para o convívio, com uma família que vai ter os mesmos problemas. Se a família não for preparada, não vai poder ajudá-la e a menina não vai ter condições de se manter sozinha.

A fala da diretora evoca uma questão que, embora não tenhamos abordado, sabemos ser imprescindível levar em conta. Que é a questão da realidade macroeconômica que atinge as famílias das meninas. Como disseram BERGER e LUCKMANN (1973, p. 216) “A socialização ocorre sempre no contexto de uma estrutura social específica.(...)Em outras palavras, a análise micro-sociológica ou

socio-psicológica dos fenômenos de interiorização deve ter sempre por fundamento a compreensão macro-sociológica de seus aspectos estruturais.”

Dever-se-ia empreender uma investigação de uma relação de custos. Acreditamos que há a possibilidade, de, em muitos casos, o auxílio em maior escala efetivo e de qualidade à família ser mais viável do que o internamento das meninas, que, como muito já defendemos, é repleto de ‘efeitos colaterais’.

Há também que se lembrar que o trabalho com as famílias das meninas que estão na República teria uma dupla utilidade; além de preparar a família para o retorno da educanda, é uma ação preventiva, pois é sabido que estas famílias continuam tendo filhos, ou seja, gerando novas crianças (futuros adolescentes) em situação de risco.

Quando não há possibilidade de retorno familiar, existiria a alternativa de haver um trabalho de preparação à família que se apresentam como adotivas, “pais sociais”, ou que pedem a guarda de uma menina. O próprio Estatuto prevê esta medida. Mas nestes casos, deve-se proporcionar uma preparação eficiente e uma orientação e acompanhamento mais efetivos para se evitar a proliferação de casos de adoções desastrosas.

Nível 3

Uma outra possibilidade de apoio à menina que sai da República seria a constituição de uma 2ª República, para que as meninas maiores de 18 anos que saem da casa e não tem parentes ou amigos em condições de ajudá-las, possam viver em um nível aceitável. Um imóvel fornecido pela prefeitura que funcionasse como uma espécie de ‘casa de estudantes’. Que fosse administrada e mantida pelas próprias meninas. Vimos em documento da SMCr, que já houveram projetos para a realização de uma casa como esta, mas nunca foi levado adiante.

De uma forma ou de outra, para que a proteção ao indivíduo que é atendido por esta instituição seja verdadeiramente eficaz, tem que se resolver a questão do que acontece com a adolescente após a sua saída, pois é mais do que evidente que a falta de apoio e a carência material levam a menina novamente à exclusão. Jogando fora, além da vida das meninas (que deveria ser, segundo o Estatuto, a prioridade), todo o tempo e recursos que foram investidos neste projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forence Universitária, 1985 .

ASSIS, Simone. G., **Traçando caminhos numa sociedade violenta** Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999.

BERGER, Peter. e LUCKMANN, Thomas, **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. in ORTIZ, Renato. **A Procura de uma Sociologia Prática**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1983.

CARVALHO, Jeferson Moreira de, **Estatuto da Criança e do Adolescente – Manual Funcional**. Editora Juarez de Oliveira Ltda. São Paulo, 2000.

COBLENCÉ, Françoise, **Ditadura da razão?** In SAHEL, Claude org **Tolerancia: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993.

DENIAU, Alain. **Que bicho te mordeu?** In COBLENCÉ, Françoise, **Ditadura da razão?** In SAHEL, Claude org **Tolerancia: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993,

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos** – Rio de Janeiro. Ed Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a a partir de uma pequena comunidade** – Rio de Janeiro. Ed Jorge Zahar, 2000.

ENRIQUEZ, E. **O trabalho da morte nas instituições** in KAËS, René. **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1991

GOFFMAN, Ervin **A Representação do eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis. Ed Vozes, 1983.

GOFFMAN, Ervin **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada** Ed. Zahar, Rio de Janeiro 1975

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Ed. Perspectiva. 5ª Edição. São Paulo –1996.

JODELET, D. Representations sociales. Cap. 1. **Representations Sociales: un domaine en expansion**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991,

LEVISKY, D. L. **Adolescência pelos caminhos da violência**, São Paulo, Casa do Psicólogo 1998.

MALDONADO, M. T. **Os Construtores da paz: os caminhos de prevenção da violência**. São Paulo; Moderna 1997.

RIGONI, Maria Helena. **Do terço à chacara: A expressão da alteridade na construção do sujeito para os meninos de quatro pinheiros**. Tese de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1999.

SAHEL, Claude org **Tolerancia: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993.

WACQUANT Loïc **Corpo e alma, Notas etnográficas de um aprendiz de boxe** (Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2002

BIBLIOGRAFIA

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. **Adolescência normal** Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.

ABRAMO, Helena W.(org) **Juventude em Debate** São Paulo, Cortez, 2000

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forence Universitária, 1985 .

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro LTC, 1981.

ASSIS, Simone. G., **Traçando caminhos numa sociedade violenta** Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999.

BECKER, D. **O que é Adolescência?** , São Paulo. Brasiliense. 1989.

BERGER, Peter. e LUCKMANN, Thomas, **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. in ORTIZ, Renato. **A Procura de uma Sociologia Prática**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1983.

CALLIGARIS C **A Adolescência**, São Paulo , Publifolha, 2000.

CARVALHO, Jeferson Moreira de, **Estatuto da Criança e do Adolescente – Manual Funcional**. Editora Juarez de Oliveira Ltda. São Paulo, 2000.

COBLENCÉ, Françoise, **Ditadura da razão?** In SAHEL, Claude org **Tolerância: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993

DENIAU, Alain. **Que bicho te mordeu?** In COBLENCÉ, Françoise, **Ditadura da razão?** In SAHEL, Claude org **Tolerância: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993,

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**, São Paulo, Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos** – Rio de Janeiro. Ed Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a a partir de uma pequena comunidade** – Rio de Janeiro. Ed Jorge Zahar, 2000

ENRIQUEZ, E. **O trabalho da morte nas instituições** in KAËS, René. **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1991

FERNANDES, Florestan, **Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico no Brasil**. São Paulo. Ed. Nacional, 1975.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**, São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN. E. **A representação do eu na vida cotidiana**, Petrópolis, Vozes, 1983.

GOFFMAN, Ervin **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada** Ed. Zahar, Rio de Janeiro 1975

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Ed. Perspectiva. 5ª Edição. São Paulo –1996.

JODELET, D. Representations sociales. Cap. 1. **Representations Sociales: un domaine en expansion**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991,

LEVISKY, D. L. **Adolescência pelos caminhos da violência**, São Paulo, Casa do Psicólogo 1998.

MALDONADO, M. T. **Os Construtores da paz: os caminhos de prevenção da violência**. São Paulo; Moderna 1997.

PASSETTI, E., **O que é menor**” São Paulo, Brasiliense, 1989.

SAHEL, Claude org **Tolerancia: por um humanismo herético**, Porto Alegre. Ed LP&M 1993.

SALLAS, A L F. **Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças, juventude violência e cidadania**. Brasília. UNESCO 1999.

VOLPI, M., **O Adolescente e o ato infracional**. São Paulo, Cortez, 1997.

WACQUANT Loïc **Corpo e alma, Notas etnográficas de um aprendiz de boxe** (Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2002

WINNICOTT, D. W. **A luta para superar depressões**. São Paulo Martins Fontes, 1995.